

# praia do sol

## potenciais das margens da represa Guarapiranga

trabalho final de graduação | 2024

Giovanna Naommi Oyama

Orientador: Fábio Mariz Gonçalves

Co-orientadora: Ana Cecília Mattei de Arruda Campos





# praia do sol

## potenciais das margens da represa Guarapiranga

trabalho final de graduação | 2024

Giovanna Naommi Oyama

Orientador: Fábio Mariz Gonçalves

Co-orientadora: Ana Cecília Mattei de Arruda Campos



## AGRADECIMENTOS

Essa parte do trabalho se diferencia dos restantes pelo caráter de carta. Pretendo com esse texto me direcionar pessoalmente a todos que cruzaram minha vida na graduação e contribuíram para a formação do que sou hoje.

Primeiramente, agradeço a meus pais. A partir da priorização da educação como valor básico e fundamental para uma vida consciente, forneceram todo o suporte material e imaterial para que eu tivesse a melhor formação. Muito obrigada por tudo. Desde a cadeira apropriada para o estudo até o intercâmbio à França. Tenho consciência de que, antes de qualquer qualidade nata, minhas conquistas vieram pelo esforço e dedicação de vocês. Nessa leva de familiares, também devo considerações ao meu irmão Enzo. Ainda que ele não se equipare aos meus pais, é meu companheiro de período integral. O “Super Gêmeos”, como nos chamam no futevôlei, não é qualquer time. Depois de tanto me ouvir reclamando sobre frustrações futuras e ideias quase boas, esse meu agradecimento vai para o cara que quis saber dos meus problemas e depois me fez rir. Obrigada por tornar minha vida mais divertida!

Em seguida e não menos importante, devo muito a FAU-USP, mas principalmente

a comunidade FAU-USP. Nunca me senti tão acolhida para desenvolver projetos pessoais como nesse ambiente. Já construí maquetes assim como propus uma exposição da Clarice Lispector no Sesc Pompeia, todos acompanhada dos melhores professores sobre o assunto. Agradecimento especial à Tati Sakurai, que não me deixou desistir do curso; ao Alexandre Delijaicov, que abriu minha mente sobre o potencial das águas e, acima de tudo, demonstrou uma postura admirável de reconhecer cada pesquisador sem distinção, seja graduando ou doutorando, como parte importante da criação do conhecimento científico; ao Giorgio Giorgi, que me ensinou como se portar perante as formas; ao Silvio Macedo, que das rampas me mostrou a paciência e das conversas, a complexidade de uma paisagem de animação. Deixei para agradecer os professores que me acompanharam no TFG por último como forma de destacá-los: muito obrigada Fábio e Ana Cecília por todo apoio ao longo do desenvolvimento desse trabalho. Muito mais que orientações, nossas conversas representaram o exercício da reflexão. Pacientemente, vocês me auxiliaram a tornar ideias em desenhos e de desenhos em projeto, a partir de provocações na minha forma de pensar e de desenhar. Amadureci bastante com vocês. Muito obrigada.

Ao Wellington Nagano que, embora não seja professor, acolheu-me como se fosse. Nossas conversas não foram muitas, mas as poucas que tivemos foram generosas. Muito obrigada pela disposição para me ajudar, principalmente, porque não tínhamos vínculo nenhum. Agradeço também ao Gustavo Rabello, Thor Saad e Antouan Monteiro que forneceram informações valiosas sobre saneamento, dispuseram-se a tirar minhas dúvidas sobre o assunto e me convidaram para reuniões sobre a Sabesp, o PlanHidro e o CMSH. Sem eles, o olhar sobre a gestão municipal teria sido muito mais ingênua e superficial. À Sarah Daher, que me ofereceu a oportunidade de trabalhar no Guajava e aprender sobre paleta de cores de mapas, desenvolvimento de projetos conceituais e lidar com equipes maiores. À Ju e ao Clément que me ensinaram sobre o mercado de design de móveis e a lidar com



clientes confusos.

Finalmente, chegamos aos amigos, elemento essencial da minha graduação. A começar pelo “Sapabonde”, como alguns nos chamam, tornou-se uma segunda família para mim. Seja porque dormimos em barraca juntas, seja porque as dificuldades dos trabalhos, do intercâmbio e da vida pessoal nos fizeram nos encontrar para conversar e dizer: “tá tudo bem”. Sou muito grata aos conselhos, risadas e fofocas desse grupo. Obrigada! Um agradecimento especial para a Let, que morou comigo e me ensinou que não é demérito desistir. Faz parte do reconhecimento dos nossos limites. Obrigada amiga!

Coincidência ou não, metade do “Sapabonde” também fez parte dos “Danados”, time de natação que participei durante boa parte da faculdade. Os “Danados” foram onde encontrei parte de mim. Para além de serem loucos por água, nadando não importa onde nem em qual circunstância, foi onde encontrei pessoas determinadas e comprometidas, sem perder o humor. Muito obrigada pelo companheirismo nos treinos, principalmente, nos treinos “gorfinhos”, nas palavras de incentivo e nas reflexões sobre a água. Só quem nada sabe como o time faz diferença nesse esporte. Como não citar a Flora nessa equipe? Ficava me apertando para eu dar meu melhor nos treinos e nas competições.

Por fim, quero agradecer ao Gian, que sempre atende aos meus telefonemas para falar de qualquer coisa; ao Abu, que desde o Ensino Médio, acompanha minhas maluquices; a Sofia, que coincidentemente tem o mesmo nome do meu alter ego e, ao Zé, que me mostrou a represa Guarapiranga como ninguém, além de ter ficado do meu lado nos momentos mais divertidos aos mais estressantes desse trabalho. Muito obrigada!

# LISTA DE SIGLAS

ANGua	Associação Nossa Guarapiranga
APP	Área de Proteção Permanente
Aprel Esportes	Associação Paulistana de Recreação, Esporte e Lazer
ARO	Área de Restrição à Ocupação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAE	Casa de Agricultura Ecológica
CE	Centro Esportivo
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CMSH	Comitê Municipal de Segurança Hídrica
GCM	Guarda Civil Metropolitana
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
ITF	International Tennis Federation
ODA	Operação Defesa das Águas
OIDA	Operação Integrada Defesa das Águas
PDE	Plano Diretor Estratégico

PGM	Procuradoria Geral do Município
PlanHidro	Plano Municipal Hidroviário
PMDI	Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
Sabesp	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SECLIMA	Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SMSUB	Secretaria Municipal de Subprefeituras
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SEPEP	Secretaria de Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias
SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras
SMSUB	Secretaria Municipal de Subprefeituras
SP Regula	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo
SISAR	Sistema Integrado de Saneamento Rural
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UPA	Unidade de Produção Agropecuária
UMAPAZ	Universidade Aberto do Meio Ambiente e Cultura de Paz



# SUMÁRIO

- 1.** INTRODUÇÃO | 14
- 2.** DÁ PARA NADAR NA GUARAPIRANGA? | 22
  - história da represa Guarapiranga | 24
  - saneamento básico | 32
  - políticas públicas | 40
  - possíveis respostas | 46
- 3.** PRAIA SEM MAR? | 52
- 4.** MORADORES NO PARQUE? | 62
- 5.** OS FREQUENTADORES DE SEMPRE E OS EVENTUAIS | 66
  - eventos da Prefeitura | 70
  - narrativas
    - atividades na terra | 76
    - atividades na água | 92
- 6.** PROJETO | 104
- 7.** CONSIDERAÇÕES FINAIS | 146
- 8.** REFERÊNCIAS | 150



## 1.

# INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar o Parque Municipal Praia do Sol, um parque de orla localizado na margem direita da Represa Guarapiranga. O estudo visa a compreender como o poder público está atuando nos parques das bordas dos mananciais, tendo em vista que essa categoria surge em resposta aos novos valores do início dos anos 2000 e, portanto, trata-se de um conceito recente que precisa ser amadurecido.

Para compreender o contexto da criação dos parques de orla, faz-se necessário traçar certas considerações sobre a evolução dos projetos de parque ao longo da história. A começar pelo seu surgimento, essas áreas verdes nasceram sob o contexto inglês da Revolução Industrial, quando o crescimento das cidades adensou o território em detrimento dos espaços públicos e as péssimas condições de trabalho provocaram descontentamento popular<sup>1</sup>. Como forma de atenuar esse cenário sufocante, os jardins da aristocracia serviram de inspiração para a proposição de áreas verdes na cidade, surgindo os jardins públicos e, em seguida, as praças ajardinadas e os parques urbanos<sup>2</sup>.

Entretanto, muito mais que resolver a insalubridade decorrente da industrialização, esses espaços passaram a ser instrumento de embelezamento das cidades, tanto no seu sentido estético quanto no moral. Na cidade de Nova York, o *Central*



Fig. 01: Mapa do município de São Paulo com destaque para o ponto triangular em verde indicando a localização do Parque Praia do Sol.



Fig. 02: Planta do Central Park de autoria, cuja autoria do projeto se deve a Otto Sibeth (cartógrafo), John Bogart (engenheiro), Calvert Vaux (arquiteto), Frederick Law Olmsted (arquiteto).

Park tinha o objetivo de “civilizar e refinar o caráter nacional, fomentar o amor pela beleza rural e aumentar o conhecimento e o gosto por árvores e plantas raras e belas”. (ALEX, 2011, p. 66) Portanto, o parque proporcionava o contato com a natureza em contraposição ao caos urbano, como também transmitia certas condutas das classes dominantes. Frederick L. Olmsted, um dos autores do projeto, defendia inclusive a presença de seguranças no *Central Park*, a fim de repreender aqueles que não se portassem de forma “adequada”<sup>3</sup>. Os jardins da aristocracia podem ter contribuído para os parques terem as próprias regras de conduta, diferenciando-se dos demais espaços públicos. Ainda hoje, os parques possuem regras específicas, indicando a preservação de certos valores.

No início do século XX, a partir do movimento moderno, os projetos de parque passaram a adotar infraestrutura de lazer voltada às massas. Gradativamente, usos que valorizassem



atividades populares como quadras, parquinhos infantis e piscinas, ganharam espaço em relação à vegetação e à contemplação. Nesse período, as experiências históricas dos mais diversos parques constituíram repertório para entendimento de que as áreas verdes na cidade poderiam exercer função de embelezamento, mas também de espaços de lazer para as classes menos abastadas, de modo a serem reivindicados pela população e incluídos dentro da agenda dos governantes<sup>2</sup>.

Nas últimas décadas do século XX, os valores modernistas passaram a ser contestados. Os projetos de espaços livres começaram a apresentar maior liberdade a partir da forma e da função, dando origem aos mais diversos tipos de parques. No Brasil, nos anos 2000, a preocupação com a preservação ambiental e o maior entendimento dos serviços ecossistêmicos consolidaram as leis ambientais, de modo que os parques foram entendidos como área de lazer e de embelezamento da cidade, mas também como parte da “drenagem urbana, manutenção do microclima e diminuição das ilhas de calor”. (SAKATA, 2018, p.62) Assim, no início do século, novos projetos de parques foram implantados sob a égide jurídica da valorização das funções ecológicas.

É nesse contexto que os parques lineares foram criados em São Paulo. O município apresentava um déficit habitacional para a camada de baixa renda que acabava por construir suas moradias nas margens dos corpos hídricos, já que a APP<sup>4</sup> impedia edificações em um raio mínimo de 50 metros ao longo do curso d’água, depreciando o valor imobiliário dos terrenos e abrindo espaço para as ocupações irregulares. A partir do surgimento das APPs urbanas, reconheceu-se a necessidade de flexibilização das restrições para ocupação e do poder público atuar mais incisivamente dentro dessas áreas<sup>5</sup>. Nesse sentido, em 2008, a SVMA implantou o “Programa 100 Parques”, a fim de mobilizar esforços junta à SEHAB para implantar parques lineares nas margens de rios, córregos e represas, preservando os corpos hídricos e impedindo a reincidência das ocupações nessas áreas.

Em paralelo, foram feitas ações para construir habitações e remover moradias em condições precárias e em risco geológico e hidrológico, além de obras de qualificação dos espaços livres públicos<sup>2</sup>. O programa elevou o número de parques municipais de 34, em 2005, para 102, em 2012<sup>6</sup>, demonstrando certa mudança de postura do poder público em relação ao nível de preocupação com a preservação dos corpos hídricos.

Vale destacar que a criação dos parques lineares reforça a necessidade de uma melhor conceituação do que é definido como parque. A Prefeitura de São Paulo diferencia os parques de praças a partir da necessidade dos cercamentos que ditam os horários de funcionamento. Essa condicionante não é suficiente para justificar a classificação de determinado espaço livre, já que reduz ambos os conceitos a existência ou não de uma barreira física e desconsidera a historicidade de ambos os espaços<sup>7</sup>. Essa definição se enfraquece ainda mais com o surgimento dos parques lineares, que, por estarem inseridos muito próximos às edificações e vias, tornam-se locais de passagem, de modo que não tem a obrigatoriedade de possuir gradis, contestando a definição de parque<sup>2</sup>.

Galender e Campos ainda apontam para a falta de clareza da administração municipal em relação à definição de parque linear.



Muitos são definidos como tal desde a sua gênese: é o caso dos parques Linear Sapé (Zona Oeste), Linear Aricanduva e Tiquatira (Zona Leste), Linear do Fogo (Zona Norte) e Linear Parelheiros (Zona Sul). Outros como Cantinho do Céu (Zona Sul) e Consciência Negra (Zona Leste) não têm seu nome oficializado como linear no Guia da SVMA (2014), mas assim são reconhecidos. Já os parques Praia São Paulo e Prainha (Zona Sul), apesar de igualmente localizados na orla de represa, não são apresentados como lineares<sup>5</sup>.

Esse despreparo do poder público frente à consolidação de um conceito que responda aos diversos cenários de São Paulo pode ser entendido como parte do processo de estruturação da gestão municipal em relação aos espaços livres. Enquanto os primeiros parques da cidade foram planejados no final da década de 1960, a partir da publicação do Plano de Áreas Verdes de Recreação<sup>8</sup>, apenas em 2002, o PDE incluiu os parques lineares como parte dos projetos da cidade, revelando a recente presença dessa categoria na governança do município<sup>2</sup>. Os parques de orla se encontram em situação semelhante. Criados na represa Guarapiranga, a partir de 2007, resultado das atuações da Operação Defesa das Águas e, em 2008, em ambos os mananciais com o “Programa 100 Parques”, os parques de orla nem são reconhecidos como uma categoria pelo PDE 2014. Apesar de se aproximarem dos parques lineares, uma vez que tem o objetivo de preservar as APPs das represas, possuem particularidades que impedem o enquadramento como parque linear ou urbano<sup>9</sup>.

Considerando o exposto, o presente trabalho pretende estudar o Parque Praia do Sol, entendendo que se trata de uma tipologia nova na cidade e, portanto, sua gestão pública atravessa várias problemas conceituais, intersetoriais, de governança, que se defrontam, ao se propor uma área verde em região de manancial. Dessa forma, o segundo capítulo se inicia discutindo a qualidade da água na Represa Guarapiranga, traçando um breve panorama histórico do surgimento do manancial; interpretando-o a partir das suas diversas funções: energético, recreativo, ambiental e parte do saneamento básico; e problematizando a forma da gestão pública administrar a expansão urbana na orla da represa Guarapiranga. A abordagem procura se aproximar dos problemas estruturais do corpo hídrico para, nos capítulos seguintes, entendê-los em um âmbito local, o Parque Praia do Sol, recorte territorial escolhido. Do terceiro ao quinto capítulo, portanto, compreende-se a implantação do parque no município e na bacia hidrográfica, coleta-se informações em visitas de campo e problematiza-se os dados primários. As conclusões dos estudos



apresentados se refletirão em uma proposta de requalificação do Parque Praia do Sol.

A escolha do recorte de estudo se deve ao fato de que o Parque Praia do Sol atrai bastantes frequentadores, diferenciando-se dos demais parques de orla da represa Guarapiranga. Essas condicionantes instigaram a pesquisa a reconhecer quais elementos propiciam esse intenso uso da população e quais poderiam ser melhorados. O local foi estudado também segundo uma óptica de experimentação, fornecendo informações sobre as potencialidades possíveis de serem exploradas no restante dos parques da orla do manancial.



# 2.

## DÁ PARA NADAR NA GUARAPIRANGA?

O parque Praia do Sol apresenta uma implantação convidativa para os banhistas. Em visita ao local em dias ensolarados, os banhistas são elemento expressivo na paisagem. Há crianças e adultos se refrescando, assim como *stand-up paddles* e caiaques alugados em outros pontos da margem que se espalham pela represa, coabitando com os veleiros e completando o cenário de litoral. Apesar do clima de lazer, um olhar mais atento questiona: Dá para nadar na Guarapiranga? Há muitas garrafas de plástico, sacos de lixo, além da existência de dois córregos nas extremidades do parque que não aparentam despejar água limpa. Em cima dessa desconfiança, o capítulo se aprofundará no funcionamento das estruturas responsáveis por gerir os mananciais.



Fig. 03: Fotografia das águas da represa Guarapiranga.



## HISTÓRIA DA REPRESA GUARAPIRANGA

Antes de entender a represa Guarapiranga como um corpo d'água recreativo, sua existência na cidade se deu por princípios essencialmente de engenharia. Construída em 1907 pela empresa canadense *The São Paulo Tramway, Light and Power Co*, o represamento do rio Guarapiranga visava potencializar a produção de energia elétrica da Usina de Parnaíba (atual Edgar de Souza), no Rio Tietê, uma vez que a cidade de São Paulo se encontrava em um contexto de crescimento e, portanto, de aumento das demandas por eletricidade. Em razão da visão tecnocrata da época, a água foi vista apenas como uma engrenagem do sistema de geração de energia, subestimando os impactos ambientais e sociais que esse novo elemento provocaria nos arredores da cidade<sup>1</sup>. Já de início, percebe-se o desinteresse dos agentes envolvidos com a preservação da qualidade da água.

O alagamento desse território desencadeou uma série de mudanças. Antes, a região era pouco povoada, voltada às atividades extrativistas de madeira e de produção de carvão vegetal, além de abrigar eventos religiosos que atraíam produtores rurais<sup>1</sup>. Com as obras, a represa se tornou um vetor de atratividade. O acesso era dificultoso, marcado por um solo pouco firme. “Quem se aventurava de carro não raramente atolava em algum trecho da jornada” (ARAÚJO; SOLIA, 2014, p.73). Mas não era impossível, na verdade, era compensador, como retratou o livro “Guarapiranga 100 anos”,

“

Em 15/08/1907, patrocinada pela Light, houve uma excursão de jornalistas dos principais periódicos de São Paulo ao local das obras. Tomaram um bonde no Largo São Francisco e seguiram até a Vila Mariana, de onde partiram no trem a vapor. De Santo Amaro até a barragem, utilizaram trolleys, diligências e cavalos. Todos voltaram impressionados. No dia seguinte, o jornal A Gazeta antevia que “situada em tão bello valle, uma tão vasta extensão de água ficará conhecida das pessoas que procuram diversão e que gostam de pescar, gente de perto e de longe; e para os habitantes de São Paulo o attractivo que offerece fará do lago de Santo Amaro um dos pontos mais procurados”<sup>2</sup>.

Dessa forma, rapidamente a região começou a ser apropriada por usos recreativos. Em 1917, foi fundado o *Sailing Club* (atual São Paulo “Yatch Club” - SPYC), preenchendo a paisagem das águas com os primeiros barcos a vela da represa<sup>2</sup>. Surgiram chácaras e casas de finais de semana, clubes de campo e náuticos e hotéis. Em outras palavras, a presença da água se tornou um fator de valorização imobiliária, encarecendo os terrenos nas proximidades da represa<sup>1</sup>.

Em 1927, a represa Guarapiranga começou a fazer parte do abastecimento de água de São Paulo, refletindo o crescente desenvolvimento urbano. A cidade começava a atrair as



indústrias, de modo que as demandas por infraestrutura urbana eram cada vez maiores. Instalações elétricas, arruamentos, transporte coletivo, progressivamente ganhavam mais espaço. Além disso, as indústrias representavam, para além da produção fabril, oportunidades de emprego, de tal forma que, em 1940, o setor primário que predominava nas proximidades do manancial passou a ser substituído por bairros operários<sup>1</sup>.

A mudança do uso e ocupação do solo acarretada pela industrialização avançou em ritmo mais rápido do que o planejamento urbano. O mercado imobiliário regia a expansão urbana da cidade, encarecendo o valor da terra nas áreas onde havia infraestrutura e afastando a classe popular para a periferia, com precárias condições<sup>1</sup>. Em relação ao sistema de saneamento, vale ressaltar que mesmo as áreas centrais da capital possuíam uma rede de esgoto omissa às questões ambientais. Nos bairros do Brás, Mooca e Belenzinho, os efluentes eram direcionados para a Usina Elevatória da Ponte Pequena, atualmente desativada, e, em seguida, despejados *in natura* no Rio Tietê sem nenhum tratamento<sup>3</sup>. O livro “Tietê: O Rio do Esporte” (2000), ao documentar as travessias, denuncia o aumento da poluição da época, quando relata a morte de tifo do nadador olímpico João Havelange, em 1944, em razão da água. No mesmo ano, Cásper Líbero, que organizava as travessias no Tietê, também morreu por causa da contaminação do rio. A poluição hídrica começou a ser pauta da saúde pública<sup>4</sup>.

Se a degradação ambiental acontecia em áreas onde havia infraestrutura urbana, o descaso para com o destino dos efluentes das regiões periféricas era imenso. A classe trabalhadora vivendo em áreas desprovidas de saneamento básico inevitavelmente contribuía para a contaminação dos recursos hídricos. Além da falta de infraestrutura, os moradores das regiões mais próximas da represa tinham que conviver com águas gradativamente mais poluídas em razão do aumento dos efluentes provindos do adensamento da cidade<sup>1</sup>.

As décadas de 1940 e 1950 inauguraram uma nova etapa

Fig. 04: Fotografia das obras da construção da represa Guarapiranga cujo título original é “Vistas das construções em Santo Amaro” (Março de 1908).

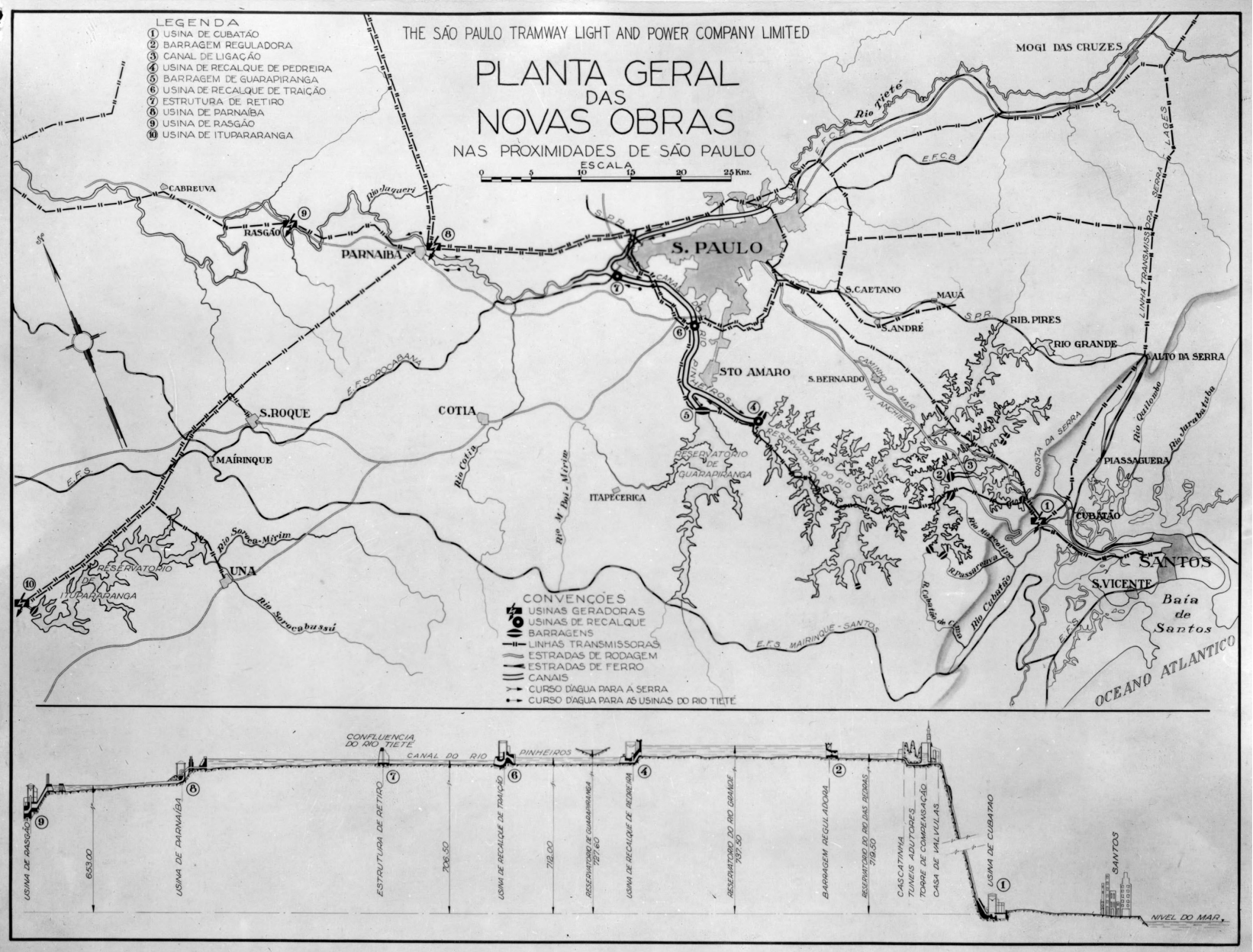


de ocupação na região das represas. A partir da construção das marginais com a retificação do Rio Pinheiros, o acesso à região sul/sudoeste ficou mais fácil, intensificando a expansão urbana. Em paralelo, Santo Amaro se consolidava como parque industrial. Esse contexto gerou grandes mudanças no entorno dos mananciais que gradativamente passaram a ter a mancha urbana como parte da paisagem<sup>1</sup>.

Em 1972, foi criado o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI). O Plano decretou, dentre outras medidas, a Lei de Proteção aos Mananciais, cujo objetivo principal era conter o avanço da ocupação em áreas que comprometiam a qualidade da água dos reservatórios. Entretanto, com pouca fiscalização e sem o entendimento intersetorial de uma área de manancial urbana, a legislação se mostrou insuficiente. A lei impedia somente o mercado imobiliário formal de abrir loteamentos nas margens das represas, criando espaço para os loteamentos clandestinos, que se instalavam não só pela falta de moradia para a classe mais baixa, como também pela proximidade dos empregos nas indústrias. Em razão da abordagem legal simplista, o poder público não conseguia nem salvaguardar os mananciais, responsáveis pelo abastecimento da cidade, nem prover infraestrutura para as camadas populares, que se encontravam nas bordas da represa<sup>1</sup>.

Os problemas se agravavam. A cidade não conseguia prover infraestrutura física e social na velocidade do crescimento populacional e urbano. No contexto da ditadura militar (1964-1984), as questões ambientais e sociais foram institucionalmente negligenciadas em prol do crescimento econômico a todo custo. A inflação crescia, assim como o desemprego. O histórico desleixo do poder público com as necessidades populares acentuaram a condição de vulnerabilidade socioeconômica, em razão da estagnação econômica que o país se encontrava<sup>1</sup>.

O fim da ditadura militar (1985) abriu espaço para as discussões ambientais e sociais na esfera política. Os investimentos em obras públicas ganhavam reconhecimento com

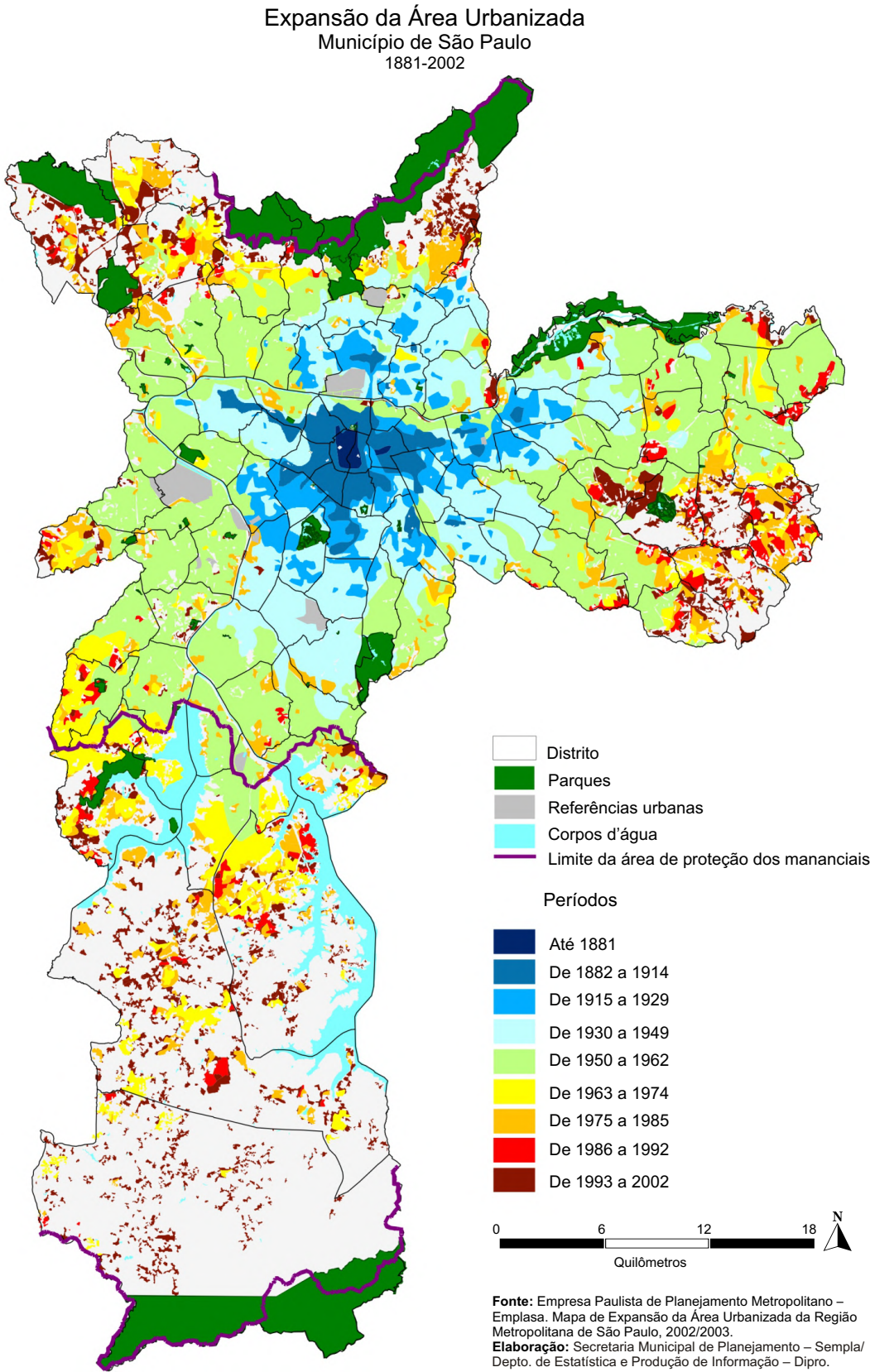


a inclusão de tais valores, de modo que também passaram a ser usados para ganho de votos eleitorais. A partir dos anos 2000, as políticas públicas começaram a abordar a região dos mananciais, considerando as diversas particularidades do território. As políticas públicas referentes a essa época serão discutidas mais adiante<sup>1</sup>.

Em resumo, a história da construção da represa

Fig. 05: Planta das estruturas responsáveis pela geração e transmissão de energia elétrica da empresa “The São Paulo Tramway Light and Power Company Limited” com o título “Planta Geral das Novas Obras” (sem data).





Guarapiranga evidencia certo desleixo com as dinâmicas da franja urbana. A região pouco monitorada pelo poder público sofreu uma mudança radical na sua paisagem: o surgimento de áreas alagadas para provisão de energia elétrica e, posteriormente, de abastecimento de água como resposta para o crescimento de São Paulo. Sem um controle do uso e ocupação do solo somados à falta de uma política de habitação, o território foi construído sob condições precárias, desassistido de infraestrutura básica, gerando intensa degradação ambiental.

Fig. 06: Cartografia do município de São paulo ilustrando os anos de expansão da mancha urbana com o título “Expansão da Área Urbanizada: Município de São Paulo 1881-2022.

## SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico é um dos setores intrinsecamente ligados à qualidade da água das represas. O sistema em si engloba quatro componentes: abastecimento, coleta e tratamento de esgoto, gestão de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, que se entrelaçam e resultam na interlocução com outras secretarias. A implantação de saneamento nas favelas, por exemplo, depende da SEHAB para promoção da regularização fundiária para, então, a SABESP poder instalar as redes de água e esgoto. Dada a complexidade do assunto, optou-se por abordar os temas que refletissem diretamente na qualidade da água da represa: a gestão do saneamento básico, o serviço de esgotamento sanitário e o de drenagem e o manejo de águas pluviais.

A começar pela fragmentada governança, cada componente do saneamento básico é coordenado por determinada instância,

inexistindo uma autoridade capaz de integrá-los, apesar do Plano Municipal de Saneamento Básico de 2019 (PMSB) ditar o diagnóstico e diretrizes sobre o tema. De modo geral, o Comitê de Serviços de Água e Esgoto da Capital, formado por representantes do Município e do Governo, acompanha os serviços de água e esgoto prestados pela SABESP. A drenagem é gerida a partir de diversas políticas municipais, sendo as obras de infraestrutura de atribuição da SIURB e da SMSUB que usam os Cadernos de Drenagem como documento norteador. Já a gestão dos resíduos sólidos fica a cargo da SVMA<sup>5</sup>.

Em razão da falta de um órgão municipal que articulasse essa diversidade de assuntos, a interação entre as entidades acontecia de forma relativamente arbitrária. Os agentes com maior afinidade com determinado tema eram responsabilizados por resolvê-los, correndo o risco de ocorrer conflitos de atribuições. Somente em 2023, com a criação do Comitê Municipal de Segurança Hídrica (CMSH), iniciou-se a estruturação de uma instância responsável por reunir e articular os mais diversos órgãos envolvidos com o saneamento. O CMSH é formado pela SEPEP, SECLIMA, SIURB, SMT, SEHAB, SMSUB, SVMA, PGM, SMUL e SP Regula. Cabe destacar, entretanto, que se trata de uma instância recém-criada e que, portanto, exigirá tempo para se consolidar<sup>6</sup>.

Essa morosidade para fortalecer a regulação e centralizar a articulação entre os setores acaba por gerar certos desequilíbrios no sistema. Enquanto o serviço de abastecimento e esgotamento têm um planejamento estratégico estruturado, o de drenagem não possui nem uma receita fixa que garanta a funcionalidade de suas atividades, apesar de serem temas associados.



a drenagem compete com outras demandas municipais, como educação, segurança, saúde, transporte público, para obter recursos. Esta situação limita a capacidade das entidades responsáveis de aplicar soluções que já foram planejadas, se atendo aos pontos mais críticos de inundação<sup>5</sup>.

Uma melhor organização institucional responsável pelo manejo de águas pluviais poderia ir além de soluções que mitigam as inundações. Há a necessidade, por exemplo, de execução de projetos que minimizem a poluição difusa despejada nos corpos hídricos. 30% da poluição dos cursos d’água provém dos resíduos dos carros, da poluição atmosférica e do lixo que são carregados para as bocas de lobo durante a chuva, de tal forma que chegam aos córregos e rios, contaminando-os. Para amenizar o problema, o PMSB de 2019 propõe que se destine a primeira chuva para a rede de esgoto, garantindo que a água poluída seja tratada. O sistema de drenagem também acaba por poluir os corpos hídricos quando não há cobertura do sistema de esgoto. Para sanar a carência de infraestrutura, é recorrente que sejam feitas ligações clandestinas na rede de drenagem ou mesmo o despejo do esgoto in natura no curso d’água mais próximo. Isso mostra como os temas estão associados e, conseqüentemente, quão absurdo é o gerenciamento isolado entre esgoto e drenagem. A integração dessas partes poderiam, por exemplo, contribuir para o equilíbrio financeiro do sistema de manejo de águas pluviais, já que este, dos quatro componentes do saneamento, corresponde ao setor mais desestruturado<sup>5</sup>.

Assim o que se percebe é que a falta de articulação dos setores responsáveis pelo saneamento acarreta tanto em obstáculos para o atendimento à população, quanto na persistência de certas dinâmicas que acabam por gerar contaminação nos corpos hídricos.

Outro ponto que gera ineficiência no sistema de saneamento é a priorização de uma única tecnologia para provimento de serviço de esgoto. Ivan Paiva, consultor sênior em saneamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), explica que a infraestrutura implantada como solução convencional brasileira surgiu do sistema de esgoto inglês, adequado a um contexto de cidade planejada cuja malha quadriculada e o adensamento populacional controlado propiciam sua implantação<sup>7</sup>. Em outras palavras, a tecnologia é condicionada a um contexto de cidade

formal, o que certamente exclui parte da população.

Analisando as regiões das represas Billings e Guarapiranga, por exemplo, os contextos são bastantes diversos para a adoção de uma única tecnologia. Visto que se encontram nas margens da expansão urbana, o território sofre influências tanto das dinâmicas urbanas quanto das rurais. Em relação à primeira, aborda-se a questão das favelas. Além da morosidade dos processos de regularização fundiária que dificultam a provisão do sistema de esgoto, as favelas apresentam alta densidade populacional, que sobrecarregam a rede, e pouco espaço físico para instalação dos equipamentos e das estruturas do sistema convencional<sup>7</sup>.



Fig. 07: Imagem esquemática do sistema de esgotamento sanitário tradicional.



Nas áreas rurais, que correspondem a 22,8% da área municipal<sup>8</sup>, não há muitos estudos sobre como o território lida com a questão do saneamento. Apenas em 2016, a Sabesp incluiu parte da zona rural como escopo de atendimento, evidenciando certa negligência do poder público para com a população residente nessas regiões<sup>9</sup>. Em razão da falta de dados sobre o saneamento rural paulistano, a pesquisa recorreu ao estudo de outros municípios, procurando identificar os fatores que dificultam a provisão do serviço. Dessa forma, o SISAR (Sistema Integrado de Saneamento Rural) implantado em alguns Estados do nordeste brasileiro, permitiu identificar que as áreas rurais, caracterizadas por serem pouco povoadas, distanciam-se das áreas centrais do município e apresentam população com baixo poder aquisitivo. Essas condições inibem financeiramente a implantação da tecnologia<sup>10</sup>. O mesmo contexto é verificado na região sul da capital paulista. A partir do mapa de IPVS, evidencia-se, nas regiões periféricas, cores mais quentes, associadas à maior vulnerabilidade à pobreza e áreas dos setores censitários maiores em comparação às centrais, visto que apresentam menor densidade demográfica.

Uma pesquisa feita pelo Programa Ligue os Pontos, em 2021, ilustra as implicações da ausência do sistema convencional de esgoto nas áreas rurais de São Paulo. A partir da coleta de dados de 200 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) cadastradas junto ao projeto Ligue os Pontos e a Casa de Agricultura Ecológica (CAE), foi possível obter um pequeno panorama da situação, embora o estudo não tenha conseguido cobrir toda a zona rural. Nesse levantamento ainda não publicado, 78% dos entrevistados adotam sistemas individuais de esgoto (representados pelos pontos coloridos do mapa), sendo 36% os que adotam a fossa rudimentar (ponto em vermelho), solução que não prevê o tratamento dos dejetos, contaminando o solo e possivelmente os lençóis freáticos. Ainda, a pesquisa revela que as demais soluções podem não estar funcionando adequadamente. Das 174 unidades com sistema com mais de 5 anos, 74 nunca tiveram

seu lodo descartado, indicando que, embora a tecnologia tenha sido tecnicamente bem implantada, provavelmente, encontra-se sobrecarregada, já que, para garantir o melhor desempenho, é necessário descartar o lodo em intervalos de no máximo 5 anos, segundo a NBR 7229<sup>9</sup>.

Insistindo em apenas um tipo de sistema, os moradores residentes nessas localidades dificilmente terão acesso ao serviço de esgoto apropriado. Como consequência, são adotadas alternativas que frequentemente poluem os corpos hídricos,

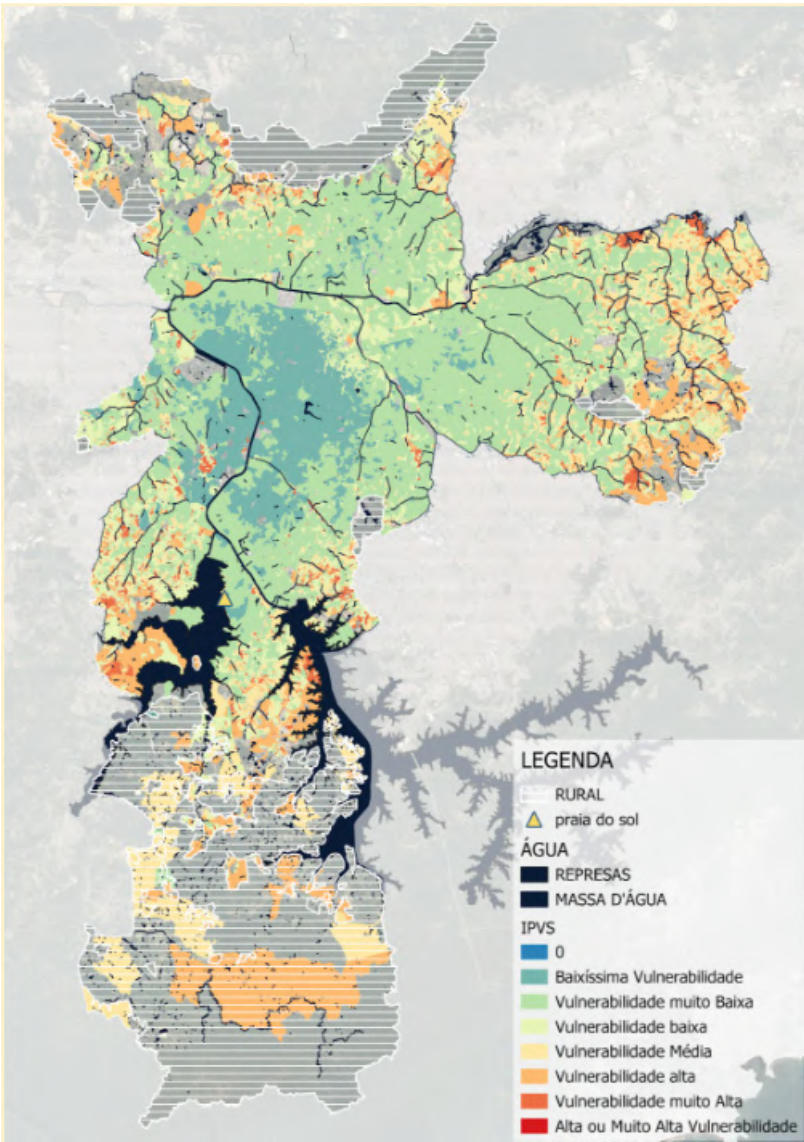
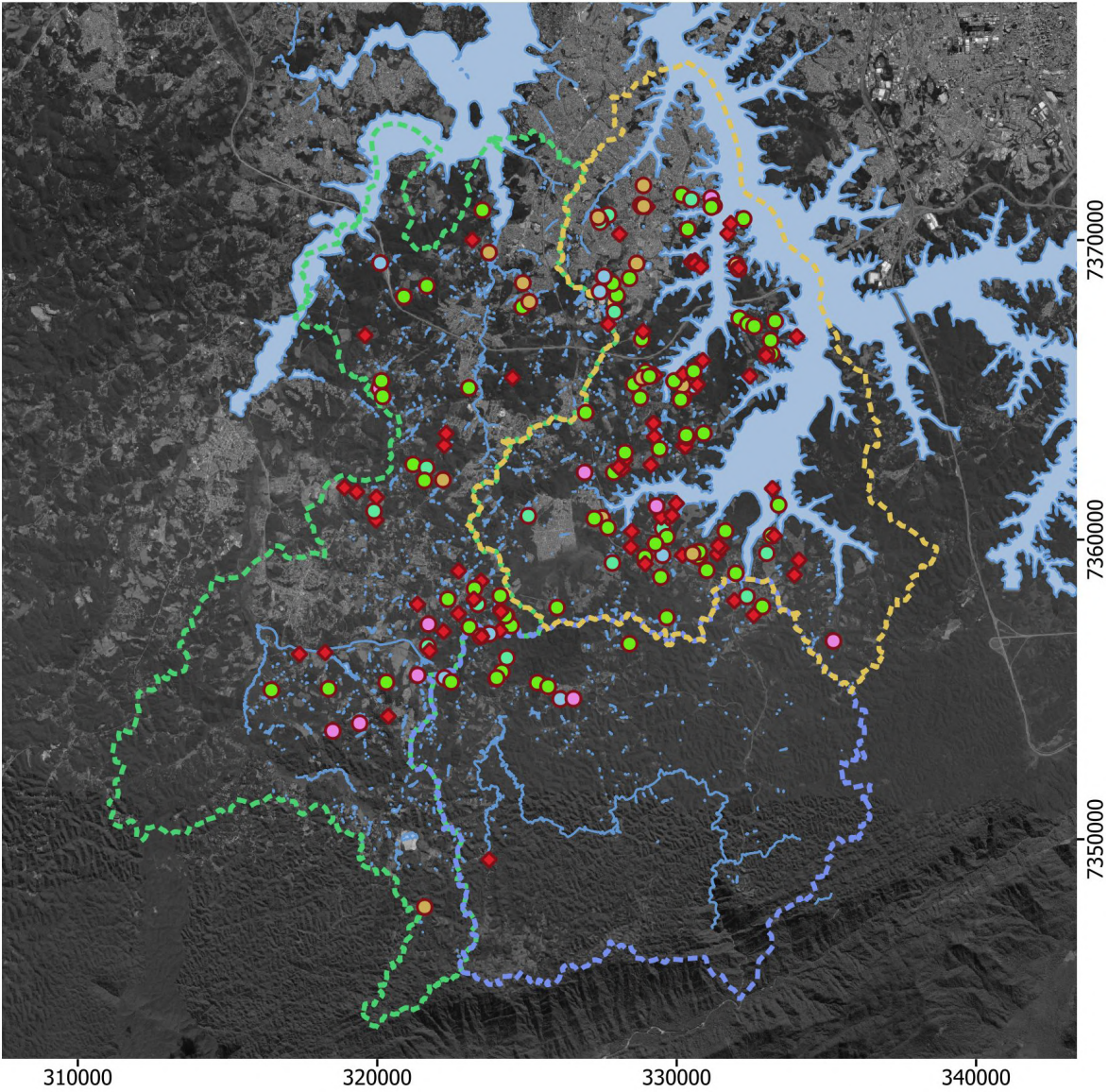


Fig. 08: Mapa ilustrando o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) - indicador que avalia os setores censitários em relação à vulnerabilidade à pobreza - e as áreas rurais definidas pelo PDE. Fonte: Geosampa.





P 2.1 - Como é o sistema instalado na propriedade?

Situação nas UPAs

- Fossa séptica- alvenaria
- Fossa séptica - pré-fabricada
- Biodigestor
- ◆ Fossa rudimentar
- Outro
- Não sabe

- Massa d'Água
- Bacias Hidrográficas
  - Rio Capivari/Rio Branco
  - Billings
  - Guarapiranga

Sistema de Projeção Geográfica  
SIRGAS 2000 / UTM zone 23S  
EPSG: 31983

Escala: 1:250.000

0 2.5 5 km

como despejo de esgoto *in natura* nos córregos, ligações clandestinas na rede de drenagem e uso de soluções individuais inadequadas. Portanto, a ineficiência da gestão do serviço de saneamento básico da capital paulista é um dos fatores da má qualidade da água da represa Guarapiranga. Como evidenciado acima, não se trata de um problema simples. O setor envolve uma diversidade de temas interconectados que exige organização interna e capacidade para articular assuntos que extrapolam seu escopo, como a preservação ambiental e a expansão urbana. Dessa forma, procurou-se estudar os problemas sobre o saneamento que dessem um panorama geral dos entraves para a despoluição das águas dos mananciais, abordando a forma de governança e a engenharia do sistema diante de um território tão heterogêneo. Entretanto, há inúmeras outras falhas no serviço de saneamento básico que se refletem na poluição dos mananciais que o presente estudo não conseguirá abordar dado os limites de um TFG.

Fig. 09: Mapa presente no relatório do Programa Ligue os Pontos sobre os sistemas de esgotamento sanitário individuais da zona rural de São Paulo.



## POLÍTICAS PÚBLICAS

As ocupações das margens da represa avançaram sem uma estrutura institucional capaz de coordenar e promover a infraestrutura urbana decorrente dessa dinâmica. Como consequência, uma sistemática degradação ambiental foi desencadeada: desmatamento, edificações em APP, moradias sem ligação à rede de saneamento. Em resposta, o poder público se mobilizou para criar políticas voltadas à proteção dos mananciais paulistas. Essa sessão se debruçará sobre os principais programas da prefeitura que visaram a preservação das áreas de mananciais a partir de uma gestão integrada, isto é, considerando a articulação das mais diversas secretarias e entidades que atuam no território.

O primeiro projeto com resultados efetivos foi a Operação Defesa das Águas (ODA) (2005-2010). Prevista pela

lei desde 1997<sup>11</sup>, o 1º Convênio de Fiscalização Integrada entre a PMSP e o Estado de São Paulo aconteceu apenas em 2005 e a implementação, de fato, em 2007. A medida se concentrava em atuar inicialmente nas Subprefeituras de Parelheiros, Capela do Socorro, M’ Boi Mirim e Cidade Ademar, Zona Sul da capital, visando

“ a proteção, recuperação e desenvolvimento de áreas de interesse ambiental localizadas no MUNICÍPIO, doravante designadas como região dos mananciais, mediante a coordenação e a conjunção de ações e de esforços dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências, objetivando o desenvolvimento sustentável de sobredita região, com ênfase à preservação de seu caráter produtor de água e de serviços ambientais, bem como à contenção de sua ocupação irregular e em sua recuperação e urbanização quando degradada<sup>12</sup>.

Em razão das poucas informações encontradas sobre o assunto, o memorial de Walter Tesch foi de grande contribuição para o entendimento do projeto<sup>12</sup>. Tesch, na época, subprefeito de Parelheiros (2005-2009), acompanhou as atividades da operação, registrando a inauguração de uma estrutura institucional e de uma base de dados focada em acompanhar as dinâmicas dessa área.

A partir da descrição das primeiras reuniões do programa, Tesch deixa claro no documento como os esforços para monitorar o território eram algo novo para a Prefeitura. Além de terem reunido dados legais, geográficos e históricos, e mobilizado secretarias e entes comprometidos com as questões dos mananciais em uma única instância, as reuniões revelaram sobreposições de competências e falta de diálogo entre as entidades, reforçando a necessidade de um espaço para articulação dos envolvidos. Os desfazimentos, por exemplo, são descritos no memorial como uma ação pouco organizada, pois, durante a operação, ocorriam



Fig. 10: Placa do Parque Praia do Sol detalhando os envolvidos. Destaque para o símbolo no canto inferior direito onde se lê “Operação Defesa da Águas”.

discordâncias, de um lado, GCM e Polícia Militar, e, do outro, os funcionários da Subprefeitura. Quando o desfazimento se relacionava a crimes ambientais, não estava claro legalmente quem seria o responsável pela ação, a SVMA ou a Subprefeitura, de modo que uma instância delegava o trabalho para a outra<sup>12</sup>. Identificadas as falhas, foram organizados grupos e planos de trabalho. Em 2009, a operação ampliou a atuação para a Zona Norte com a inclusão das subprefeituras de Santana/Tucuruvi, Tremembé/Jaçanã, Freguesia do Ó e Pirituba, focando na preservação da Serra da Cantareira. No ano seguinte, expandiram para a Zona Leste com as subprefeituras de São Miguel Paulista e Itaquera para atuarem na várzea do Rio Tietê<sup>13</sup>. As atividades consistiram em criar um aparato fiscalizador integrando as instâncias municipais - SVMA, Guarda Ambiental, Polícia Civil, Militar e Ambiental - e estaduais - CETESB, SABESP e Governo do Estado - para tanto impedir novas ocupações irregulares, como demolir as já existentes, além de fechar estabelecimentos e punir atividades envolvidas com crimes ambientais. Também

mobilizaram esforços para conscientizar a população a partir de panfletos, placas, cartilhas, indicações de disk-denúncia e boletins sobre a importância de consultar a subprefeitura antes de construir qualquer empreendimento ou ampliação<sup>12</sup>. Em relação aos aglomerados subnormais, a Operação integrou o Programa Mananciais, contribuindo para a

“ (1) urbanização de assentamentos precários; (2) regularização fundiária; (3) atendimento habitacional (provisório e definitivo) de famílias reassentadas de áreas de risco ou de áreas em obras e (4) implantação de parques e áreas de lazer, bem como equipamentos públicos<sup>14</sup>.

Dessa forma, diferentemente da Lei de Proteção aos Mananciais, a ODA considerou a promoção da política de habitação, entendendo que a preservação das represas está ligada às dinâmicas de expansão da cidade informal. Outra frente da Operação se concentrou no combate a degradação das orlas da Guarapiranga e Billings. Através do “Programa Córrego Limpo”, a SABESP direcionou esforços para executar obras de coleta e tratamento de esgoto na região Sul. Além disso, foram propostos parques lineares nas margens das represas para a manutenção de suas águas e impedir novas ocupações. A Av Atlântica, à época, Av. Robert Kennedy, teve 48 imóveis desapropriados para a implantação dessas áreas verdes, sendo uma delas, o Parque Praia do Sol<sup>12</sup>.

Para além de funcionarem como salvaguarda das APP, os parques ofereceriam subsídios para a promoção do esporte, lazer e turismo da região associados à educação ambiental. O “Projeto Revelar” é descrito como uma das atividades possíveis na represa Guarapiranga. A iniciativa da SEME em convênio com a Fundação Instituto de Direitos Humanos se propôs a oferecer cursos de canoagem, remo e caiaque para estudantes das escolas públicas municipais e estaduais no Clube ADC Eletropaulo<sup>15</sup>.

Aparentemente houve apenas uma edição desse evento, apesar de terem planejado a ampliação das atividades para outros clubes nas edições subsequentes. Embora mal logrado, essa associação entre clubes e prefeitura acontece atualmente com mais frequência em se tratando das atividades náuticas gratuitas, como será mencionado no capítulo “Praia sem mar?”, demonstrando que a represa progressivamente se torna um espaço cada vez mais aberto às diversas classes sociais.

No relatório, cita-se alguns outros resultados do programa: as três embarcações para a Guarda Civil Ambiental zelar pelas represas; a criação da 48ª Delegacia da Polícia Civil, responsável especialmente pela fiscalização das questões ambientais da Zona Sul; a implantação dos parques; a cooperação da Operação com o Projeto Córrego Limpo, Borda da Cantareira, Parques Lineares, além dos R\$1 bilhão investidos em urbanização e moradia, ou seja, a ODA seria a esperança para uma melhor gestão das regiões das represas. Porém, apesar de tantos avanços, a Operação perdeu força, de modo que, em 2013, o Ministério Público abriu um Inquérito Civil para investigar o enfraquecimento da ODA<sup>12</sup>.

Em 2015, na gestão Haddad-Alckmin (2013-2016), foi criada a Operação Integrada de Defesa das Águas (OIDA) que perdura até o presente momento deste estudo. Novamente, poucas informações foram encontradas, principalmente, em relação aos primeiros anos da OIDA. No dossier de Tesch, a OIDA inicialmente consistiu na retomada das ações da ODA, implantando programas e planos de trabalho ligados à fiscalização, obras e manutenção das áreas de mananciais<sup>13</sup>. No site da Prefeitura, cujas informações disponíveis partem de 2020, a OIDA é divulgada como um programa voltado a ações de policiamento que garantiriam o cumprimento das determinações da APRM Guarapiranga e Billings<sup>16</sup>. Já as ações voltadas à criação de parques, às obras de saneamento e à educação ambiental não são mencionadas como atividades da Operação, indicando que tais questões perderam prioridade.

Ainda que a OIDA tenha se focado em diretrizes mais

específicas em comparação à ODA, percebe-se certa continuidade das diretrizes focadas nos mananciais. Sabe-se que a Sabesp juntamente com a Prefeitura possui projetos para criação de parques nas orlas da Guarapiranga e para aumento das ligações de água e esgoto; a SEHAB trata de programas de regularização fundiária especificamente nas áreas de mananciais; e outras diversas entidades estão envolvidas para mitigar os problemas do território. Mas a iniciativa da ODA inaugurou uma forma de planejamento que abarca a complexidade da região das represas: de forma intersecretarial, foi possível reunir e integrar os projetos, formando uma estrutura mais efetiva. Esse legado possui repercussões até o presente momento, como se verá mais adiante.

## POSSÍVEIS RESPOSTAS

Como visto na evolução das obras dos mananciais, a poluição das represas é historicamente produto do desinteresse político pela preservação ambiental e do descontrole da expansão urbana aliada à falta de políticas de habitação para a camada popular. Esse contexto desencadeia certos conflitos nas gestões e serviços ligados aos recursos hídricos, como a falta de continuidade das políticas públicas e de eficiência do saneamento básico. A confluência desses fatores torna as áreas de mananciais cenário de intensos conflitos, dificultando a proteção das águas.

A ocupação urbana desenfreada somada à falta de uma política pública voltada à provisão de habitação popular gera desmatamento para dar lugar a moradias precárias. Como nem o governo nem o mercado imobiliário atendem a população de baixa renda, muitas famílias constroem habitações onde o preço

da terra é menor. Nas regiões das represas, como visto na Lei de Proteção aos Mananciais, isso implica na invasão de APPs e destruição da mata virgem, local em que a legislação impede a atuação do mercado formal, desvalorizando o terreno, mas a ausência de fiscalização propicia a ocupação informal.

Tal conjuntura acaba por gerar degradação ambiental. A construção de moradias nas margens da represa impermeabiliza o solo, justamente onde a presença da vegetação é essencial para a manutenção da qualidade da água. Além disso, dada a condição sócio econômica no qual tais casas foram construídas, geralmente não há ligações de esgoto ou há ligações clandestinas nas redes de drenagem, impedindo que os dejetos sejam tratados e destinando-os aos corpos hídricos.

A situação se agrava quando a demanda por moradia é suprida pelo crime organizado. Segundo Fernando Pinheiro Pedro, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas da gestão Ricardo Nunes, atualmente, o desmatamento da Zona Sul tem como principal agente as facções.



O crime age sem medo. O PCC (Primeiro Comando da Capital) atua como uma corporação imobiliária. Há, por todas as ruas, anúncios de terrenos à venda. Todos ilegais. Descaramente, as pessoas dão até seus nomes e telefones<sup>17</sup>.

Esse violento avanço da mancha urbana mostra que a atuação das entidades públicas responsáveis por fiscalizar e coordenar o território não vem acompanhando a velocidade das dinâmicas da região dos mananciais. Não é de se estranhar, portanto, que os indicadores de qualidade da água estão piorando.

Apesar do contexto atual não demonstrar perspectivas positivas para a qualidade da água, o Estado vem concentrando esforços para avançar no controle das áreas de mananciais. Em se tratando do saneamento básico, em 2024 iniciou-se as discussões sobre o novo contrato da Sabesp com a Prefeitura de São Paulo.



UGRHI	Corpo Hídrico	Código	Praias Interiores - Local de Amostragem	2016	2017	2018	2019	2020	2021
5	Cachoeira	CACH 00902	Praia da Tulipa					-	
	Jaguari/Jacareí	JCRE 00521	Praia do Condomínio Novo Horizonte					-	
		JCRE 00701	Praia da Serrinha (Pier da Marina Confiança)					-	
	Atibainha	RAIN 00402	Praia do Utinga					-	
		RAIN 00802	Rodovia Dom Pedro I (rampa próxima ao Hotel Varanda)					-	
		RAIN 00901	Praia do Lavapés					-	
6	Billings	BILL 02801	Prainha do Riacho Grande, próximo à barragem do Rio Grande						
	Guarapiranga	GUAR 00051	Prainha Bairro do Crispim					-	
		GUAR 00101	Praia Dedo de Deus - M'Boi Mirim					-	
		GUAR 00301	Bairro Miami Paulista/Aracati						
		GUAR 00401	Marina Guaraci						
		GUAR 00452	Prainha do Jardim Represa - Hidroavião						
		GUAR 00502	Clube de Campo Castelo	-	-	-	-	-	
		GUAR 00602	Restaurante Interlagos - Guarujapiranga						
		GUAR 00611	No pier da Escola de Esportes Náuticos Wind Clube						
		GUAR 00702	Marina Guarapiranga - Praia do Sol						
		GUAR 00751	Em frente ao pier do Yacht Club Paulista						
	Billings	RGDE 02301	Clube Prainha Tahiti					-	
		RGDE 02851	Próxima ao Zoológico Do Parque Municipal					-	
		RGDE 02901	Prainha do Parque Municipal do Estoril					-	
7	Rio Perequê	PERE 02601	Praia do Perequê - Cubatão					-	
10	Itupararanga	BPRU 02301	Prainha em frente ao Pier São Francisco					-	
		SOIT 02601	Prainha do Piratuba						
13	Represa do Broa	BROA 02701	Condomínio Santo Antônio, em frente à lanchonete						
		BROA 02703	Condomínio Santo Antônio, em frente à rampa de barcos						

Categoria	Praias Semanais	Mensais
Ótima	Praias classificadas como EXCELENTE em 100% do tempo.	Concentração de <i>Escherichia coli</i> até 150 (UFC/100mL) em pelo menos 80% do ano
Boa	Praias próprias em 100% do tempo, exceto as classificadas como ÓTIMA	Concentração de <i>Escherichia coli</i> superior a 600 (UFC/100mL) em até 20% do ano
Regular	Praias classificadas como IMPRÓPRIAS em até 25% do tempo.	Concentração de <i>Escherichia coli</i> superior a 600 (UFC/100mL) de 20% a 30% do ano
Ruim	Praias classificadas como IMPRÓPRIAS entre 25% e 50% do tempo.	Concentração de <i>Escherichia coli</i> superior a 600 (UFC/100mL) de 30% a 50% do ano
Péssima	Praias classificadas como IMPRÓPRIAS em mais de 50% do tempo.	Concentração de <i>Escherichia coli</i> superior a 600 (UFC/100mL) em mais de 50% do ano

O documento impõe a prestação de serviço de água e esgoto para as áreas rurais, algo inédito na capital, salientando que a contratada forneça “soluções convencionais ou alternativas aos domicílios do levantamento que manifestarem interesse em serem atendidos”<sup>18</sup>. (São Paulo, 2024, p.49) Portanto, populações historicamente renegadas em relação à provisão de saneamento finalmente terão aporte legal para exigirem tal infraestrutura conforme a realidade na qual se encontram.

Em relação às políticas públicas, a perduração e os resultados da OIDA indicam que a preservação dos mananciais entrou na agenda política. Segundo o secretário executivo de mudanças climáticas de São Paulo da gestão Ricardo Nunes, a OIDA impediu mais de 200 hectares de desmatamento irregular<sup>17</sup>. Outro indício de uma atuação mais consistente do poder público será a formulação do PlanHidro (Plano Municipal Hidroviário), ainda não publicado. O documento tem como objetivo consolidar o hidroviário como projeto de curto, médio e longo prazo, associando transporte de cargas e passageiros às orlas fluviais e ao saneamento básico, tendo em vista que a navegabilidade depende da boa qualidade da água. Em outras palavras, trata-se de um Plano que vê os corpos hídricos urbanos como eixo estruturante da cidade<sup>19</sup>.

Um projeto em andamento que ilustra esses princípios é o Aquático SP: hidroviário que liga o Parque Cantinho do Céu ao Mar Paulista na represa Billings. A embarcação inicialmente usará motor a diesel, mas se prevê a propulsão e alimentação elétrica, tendo em vista a mitigação dos impactos ambientais gerados pela combustão do combustível fóssil. A proposta visa principalmente diminuir o tempo de deslocamento entre essas duas localidades, mas implica em uma série de outros projetos que convergem para a melhora da qualidade da água. Um dos fatores que viabilizará a navegabilidade, por exemplo, é a dragagem da represa, que garante condições mínimas para a passagem segura da embarcação. Esse processo, porém, revolve o fundo do leito onde há metais pesados, o que coloca o corpo hídrico em risco

Fig. 11: Quadro do Índice de Balneabilidade da CETESB. Nota-se que os dados da Guarapiranga estão predominantemente roxos, indicando recorrente nível péssimo de balneabilidade. Destaca-se o nível Ruim de 2021 na Praia do Sol, área de atuação do estudo.

de maior contaminação. Assim, tendo em vista a expansão do hidroviário, será necessário adotar métodos específicos que removam esses resíduos e os encaminhem para o destino, além de alternativas que impeçam o retorno desses poluentes ao manancial<sup>19</sup>. O Aquático SP ainda se beneficiou da urbanização das comunidades do Complexo Cantinho do Céu. O projeto removeu as famílias mais próximas das margens da represa e implantou um parque linear, impedindo novas ocupações e garantindo a presença da vegetação, onde desempenha papel imprescindível para manutenção da qualidade da água. É nessa transição entre água e terra que o atracadouro foi instalado. A remoção dos resíduos contaminados do fundo da represa e a reurbanização das comunidades da borda do manancial demonstram como o hidroviário depende de mudanças estruturais na gestão das represas. Como exemplificado, o projeto depende de mecanismos de monitoramento e fiscalização nas represas para combater fatores responsáveis pela degradação ambiental, além de ferramentas de manutenção do corpo hídrico que viabilizem o transporte hidroviário.

A própria criação do PlanHidro indica uma postura da Prefeitura de monitorar os mananciais de forma mais consistente. Os planos municipais se propõem a oferecer um diagnóstico que contribua para a criação de diretrizes, objetivos e metas, com os quais é possível traçar as ações e programas. Esse arcabouço técnico e legal subsidia a Prefeitura na obtenção de recursos de outras instâncias para executar tais projetos. Os planos ainda precisam ser constantemente atualizados e revisados periodicamente, exigindo a constituição de ferramentas que proporcionem a autenticidade do documento<sup>5</sup>. Portanto, o PlanHidro demonstra que o hidroviário e seus desdobramentos não são propostas pontuais. O Plano coloca os mananciais como tema relevante para a gestão política. Em outras palavras, tendo em vista a complexidade das obras de um hidroviário, cria-se estruturas legais que viabilizem a execução do projeto, integrando-o em outras secretarias e abrindo espaço para as

discussões sobre a preservação das águas do município.

Portanto, o encontro com o questionamento: “Dá para nadar na Guarapiranga?” direciona a respostas pouco alentadoras. Atualmente, as dinâmicas presentes nessas áreas suscitam a sistemática poluição dos corpos hídricos. Entretanto, a criação de políticas públicas preocupadas com as represas demonstram que gradativamente a conscientização do potencial das represas aumenta, seja como fonte de abastecimento de água, local para práticas de atividades esportivas e de lazer, seja mais recentemente como transporte, incentivando a criação de políticas públicas que zelem pela proteção e preservação dos mananciais.



# 3.

## PRAIA SEM MAR?

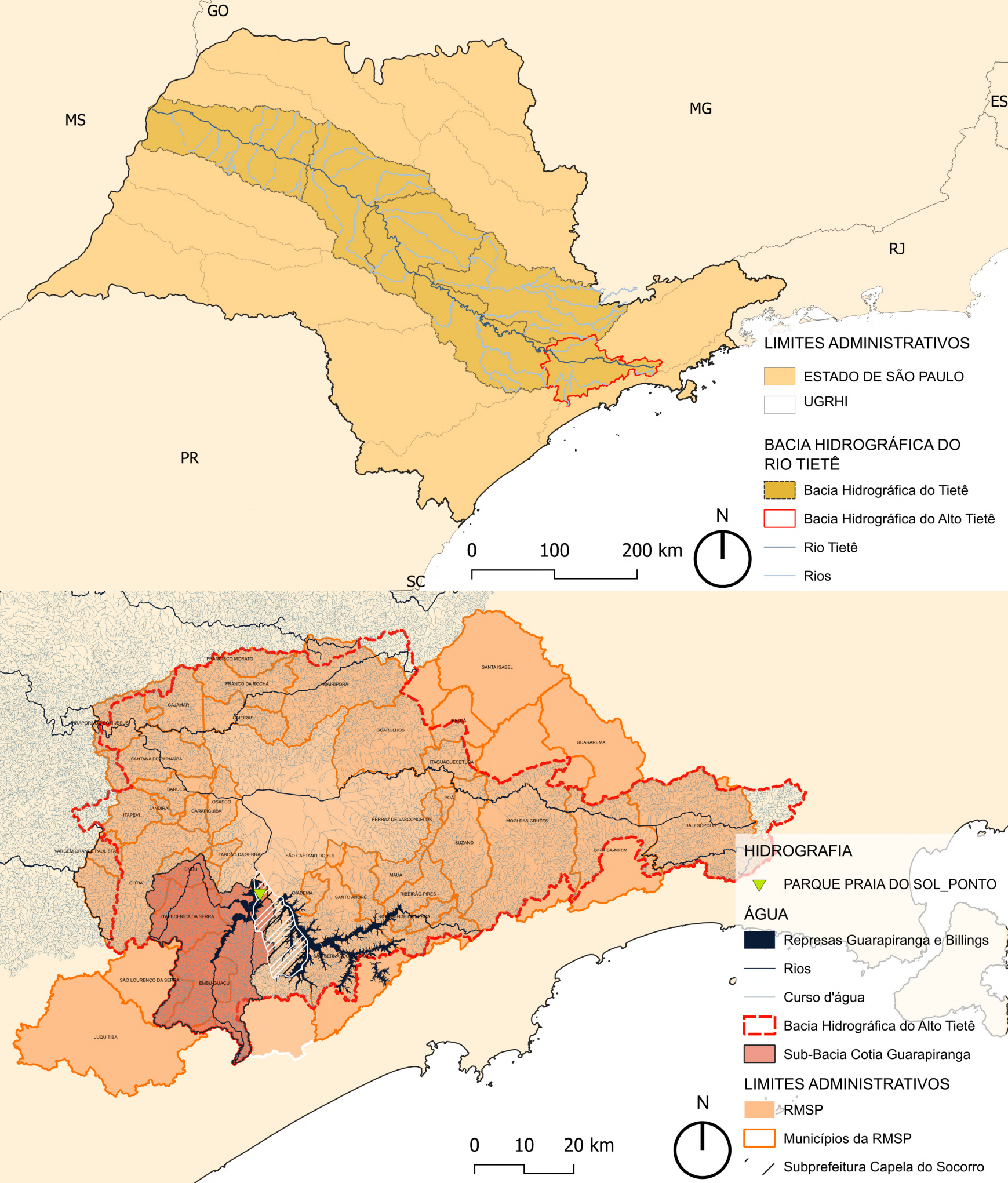
O Parque Praia do Sol, implantado em 2008 (São Paulo, 2008), localiza-se na Zona Sul do município de São Paulo, dentro da Subprefeitura da Capela do Socorro, às margens da Represa Guarapiranga. A aproximação com o manancial o diferencia dos principais parques da cidade, em razão da vastidão da área alagada que remete ao mar.

No que concerne à função ambiental, o Parque Praia do Sol está diretamente ligado ao funcionamento das bacias hidrográficas. O reservatório que se avizinha faz parte da Bacia Hidrográfica Cotia-Guarapiranga, que ocupa os municípios de São Paulo, Embu, Cotia, Itapeverica da Serra, Embu-Guaçu, São Lourenço e Juquitiba, cujos principais tributários são: os rios Embu Mirim, Embu Guaçu e Parelheiros<sup>1</sup>. A Bacia Hidrográfica Cotia-Guaraciaba, por sua vez, insere-se na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, a primeira Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRHIS) da Bacia Hidrográfica do Rio Tietê, já que é nessa UGRHIS, mais especificamente, no município de Salesópolis, onde se encontra a nascente do afluente que dá nome a esse sistema hidrográfico. O curso desse Rio se encaminha para o interior do continente até encontrar o Rio Paraná, a divisa entre o Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul<sup>2</sup>. Tendo isso em vista,



Fig. 12: Fotografia de dezembro de 2023 destacando a grande área coberta pela água e a esquerda o Parque Praia do Sol.





compreende-se que o Parque Praia do Sol, assim como todas as áreas verdes às margens de um corpo hídrico, integra a dinâmica das águas de uma cadeia de bacias.

Considerando esse sistema, criou-se, em 2006, a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga (APRM-G) que propõe diretrizes de planejamento e gestão a partir de programas e políticas regionais e setoriais dentro dos limites da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga<sup>2</sup>. A ação define uma proteção legal com determinações específicas, conforme as particularidades de cada região da bacia. A área de implantação do Parque, por exemplo, localiza-se em APP, norma federal e, portanto, mais abrangente. Na APRM-G, determinação estadual, o mesmo local é considerado Área de Restrição à Ocupação (ARO), que reforça a lei federal, além de especificar a cota de 737,85 metros como referencial para a faixa de 50 metros de proteção e destrinchar quais as atividades permitidas<sup>3</sup>.

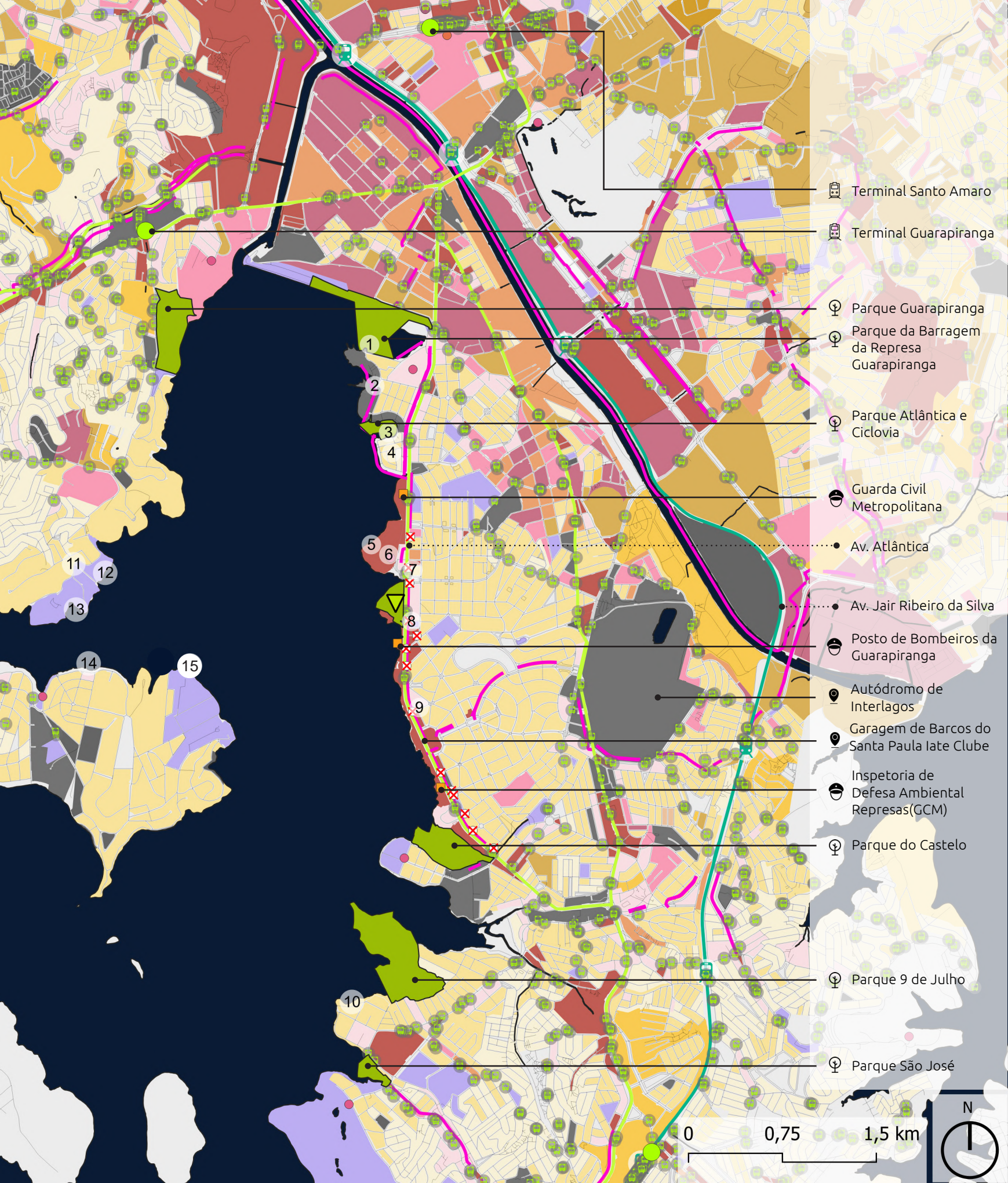
O parque também está voltado para as atividades de lazer pelo potencial do manancial de proporcionar uma vivência semelhante à de praia. Essa característica acaba regendo o uso predominante do solo da região. As manchas vermelhas do mapa a seguir indicam a presença de Comércio e Serviços nos arredores. Há os Yachts Clubes e Marinas, que aproveitam das águas para as práticas de esportes náuticos, e os restaurantes e bares, que atraem clientes pelo potencial paisagístico. Esse cenário de litoral é mais latente entre o Parque Praia do Sol e a Garagem de Barcos Santa Paula late Clube, onde as margens da represa ficam mais próximas da Av. Atlântica. Assim, existem trechos onde é possível vislumbrar as águas da rua, restaurantes com nomes como “Prainha Bar e Grill” e o próprio Parque Praia do Sol que possui um balneário de fácil acesso.

Apesar desse clima de lazer, os serviços da orla aparentemente não possuem uma boa convivência com a área residencial do outro lado da Av. Atlântica. A mancha amarela se caracteriza como Residência Horizontal de Médio/Alto Padrão que, em campo, apresentou ruas bloqueadas por barreiras e

Fig. 13: (imagem superior esquerda) O mapa foi produzido com base nos dados georreferenciados do DATAGEO.

Fig. 14: (imagem inferior esquerda) O mapa foi produzido com base nos dados georreferenciados do DATAGEO e do Geosampa.





PONTOS EM DESTAQUE

- Praia do Sol
- Ruas Fechadas
- Terminais
- Parques da Orla da Represa Guarapiranga
- Entidades de proteção civil e ambiental
- Localidades de Referência

TRANSPORTE

- Ponto de Ônibus
- Corredor de Ônibus
- Estação de Trem
- Ferrovia
- Rede Ciclovária

USO PREDOMINANTE DO SOLO

- Residencial Horizontal Baixo Padrão
- Residencial Horizontal Médio/Alto Padrão
- Residencial Vertical Baixo Padrão
- Residencial Vertical Médio/Alto Padrão
- Comércio e Serviços
- Indústria e Armazéns
- Residencial e Comércio/Serviços
- Residencial e Indústria/Armazéns
- Comércio/Serviços e Indústria/Armazéns
- Garagens
- Equipamentos Públicos
- Escola
- Terrenos Vagos
- Outros
- Sem predominância

MARINAS E CLUBES DE VELEIRO

- ① São Paulo Yacht Club (SPYC)
- ② Yacht Club Santo Amaro (YCSA)
- ③ Marina Atlântica
- ④ Marina Fibramar
- ⑤ Canoagem Vit
- ⑥ ADC Eletropaulo
- ⑦ Marina Sylvestre
- ⑧ Marina Guarapiranga
- ⑨ Marina Carlinhos
- ⑩ Sailing Club
- ⑪ Dick Sail Cursos de latismo
- ⑫ Associação dos Servidores do Banco Central (Asbac São Paulo)
- ⑬ Yacht Club Paulista
- ⑭ Marina Rivieira
- ⑮ Yacht Clube Itaupú

vasos de concreto impedindo o acesso, como mostra o mapa. Em conversa com um residente do bairro, revelou-se que a presença dessas contenções teriam a função de impedir motoristas bêbados vindos da “balada” Av. Atlântica, emprestando um adjetivo do interlocutor. Não se tem informações sobre quando foram colocadas, mas o relato converge com o de um frequentador do Parque Praia do Sol. Este relembrou a região antes das desapropriações feitas no período do governo Kassab, quando a borda da represa possuía motéis e baladas, mencionando a “Reggae Nights”. O fato é que atualmente o acesso à área residencial é impedida em diversos trechos.

Nota-se que depois do Parque do Castelo, o uso predominante do solo tem outra dinâmica. A paisagem passa a ter edificações mais altas, as manchas de Comércio e Serviço diminuem, as Residências Horizontais e Verticais Baixo Padrão predominam.

Fig. 15: Os dados do mapa referentes ao “Transporte”, “Uso Predominante do Solo”, bem como os pontos definidos como “Terminais” foram extraídos do Geosampa. As manchas definidas como “Parques da Orla da Represa Guarapiranga” tiveram como base o anexo do SEDP (2022), enquanto os demais pontos foram resultado nas análises feitas no Google Maps.





A mudança dos usos conforme se encaminha mais ao sul também coincide com a disponibilidade de transporte. Em se tratando do transporte público, apesar de haver corredores de ônibus, as estações de metrô e trem se concentram ao norte dos mananciais. Sob essas circunstâncias, os Terminais Santo Amaro e Guarapiranga ganham relevância para a circulação do cidadão, pois permitem aos moradores acessarem uma diversidade maior de modais em comparação às regiões mais ao sul. No Terminal Santo Amaro, em especial, é possível fazer baldeação entre ônibus, metrô (Linha 5-Lilás) e trem (linha 9-Esmeralda). Cabe ressaltar a opção da bicicleta no Terminal Santo Amaro, onde há a conexão da ciclovia da Marginal Pinheiros, que liga os principais parques da cidade: Burle Marx, Villa Lobos, do Povo e Ibirapuera, aos trechos de acesso aos parques da margem direita da represa: Parque da Barragem da Represa Guarapiranga, Atlântica, Praia do Sol e do Castelo.

Essa falta de diversidade de transporte na região pode explicar porque a maioria dos frequentadores do Parque Praia do Sol chega de carro. O caso mais crítico dentre os parques citados é os parques 9 de Julho e São José, pois não há nem corredores de ônibus nem ciclovia chegando nessas localidades.

Mais a Leste, o contexto apresenta uma drástica mudança. O trem da Linha Esmeralda, que acompanha o Rio Pinheiros, passa a se aproximar da mancha urbana em razão da represa Billings que bifurca o traçado urbano. As estações desafogam as avenidas nos dias de semana, principalmente nos dias de evento do Autódromo de Interlagos, como a Fórmula 1 e o Festival Lollapalooza, quando há um grande fluxo de pessoas. Em relação ao transporte por bicicleta, percebe-se que o local explora pouco suas potencialidades: a ciclovia do Rio Pinheiros se interliga com a da Av. Jair Ribeiro da Silva, mas termina na Estação Autódromo. Alguns trechos perto do Autódromo de Interlagos indicam possíveis trajetos para a ciclovia da Av. Atlântica, entretanto, não há uma continuidade de trajeto para o ciclista.

Por fim, destaca-se a presença das entidades de proteção

Fig. 16: Imagem satélite de 2023. Destaque para os terrenos com piscinas confirmando o médio/alto padrão das residências.





civil e ambiental próximas ao Parque Praia do Sol que monitoram dinâmicas específicas da região de mananciais. A Inspetoria de Defesa Ambiental, vinculada à Guarda Civil Metropolitana, responsabiliza-se pelo combate a crimes ambientais, como ocupações irregulares em APP, desmatamento e queimadas ilegais<sup>4</sup>. A instância ganhou projeção a partir da Operação Defesa das Águas, aprofundado anteriormente. Os Posto de Bombeiros desempenham papel crucial na salvaguarda dos banhistas e praticantes de esportes náuticos. Os profissionais monitoram as águas tanto em terra quanto em botes infláveis, lanchas e moto aquática<sup>5</sup>.

A análise da implantação do Parque Praia do Sol na cidade permite compreender como o local funciona sob diversas perspectivas. Em termos ambientais, visa preservar as áreas verdes das margens da represa; como lazer, proporciona o esporte e o descanso; em relação ao transporte, funciona como ponto de parada para os ciclistas; para as áreas residenciais mais ricas, representa um ruído para a tranquilidade; enquanto que para a Prefeitura, a região exige um monitoramento próprio, visando a preservação das franjas da cidade e a proteção dos cidadãos em relação à água.

Fig. 17: (Imagem superior) Rua Israel com vasos que impedem o acesso de veículos da Av. Atlântica.

Fig. 18: (Imagem Inferior) Rua Joaquim Teles de Mattos com vasos que impedem o acesso de veículos da Av. Atlântica. Destaque para as três faixas sendo uma exclusiva para ônibus.



# 4.

## MORADORES NO PARQUE?

O clima litorâneo proporcionado pela presença da represa ofusca certos conflitos no Parque Praia do Sol que retomam a ocupação das margens da represa, descrita no capítulo “Dá para nadar na Guarapiranga?”. Atualmente o parque é dividido em duas partes: o Parque Praia do Sol, área pública gerida pela SVMA, e a Praia da Lola, propriedade privada da família de Dolores Gimenez de Castro, carinhosamente apelidada de Dona Lola, quem dá nome ao balneário. Em 2023, Dona Lola faleceu, mas a construção da sua história perdura até os dias atuais, já que os parentes permanecem na borda da represa, alguns para morar e outros para lucrar com os quiosques.

Segundo as informações da página de Instagram “Lolapraiaidosol”, eles se apropriaram do espaço nos anos 70, convergindo para o contexto da criação da Lei de Proteção aos Mananciais que desencadeou um novo processo de ocupação irregular nas margens da represa. Entretanto, a partir da leitura do “Memorial Descritivo para projeto básico Parque Praia de São Paulo: núcleo Praia do Sol” (não publicado), não fica claro se a ocupação da família atualmente está regularizada ou se alguma vez já foi regularizada. No documento, afirma-se que a CETESB aprovou no Alvará de Licença-Metropolitano



### LIMITES LEGAIS

- Faixa patrimonial da EMAE
- APP 50m
- Propriedade privada e área em implantação do parque<sup>1</sup>
- Limites do parque atual<sup>1</sup>

Fig. 19: Imagem satélite do Google Earth editada para acrescentar os limites administrativos. Destaque para a linha amarela da APP que mostra edificações dentro dos limites proibidos por lei.



Fig. 20: (Imagem superior) Autorretrato da Dona Lola. Fonte: página do Instagram “Lolapraiaidosol”.

Fig. 21: Imagem satélite do Google Earth de 2024 editada para adição dos nomes das ruas. Destaque para os dois môteis que foram demolidos para a implatação do parque e para a obra das quadras menores.



para obras públicas nº03/09 a existência das edificações, mas não detalha quais são elas. É importante destacar que tanto as edificações da família da Dona Lola quanto as construídas pela própria Prefeitura estão infringindo a lei, de modo que a vistoria técnica realizada em 2017 resultou na abertura de um inquérito no Ministério Público do Estado de São Paulo defendendo a aplicação do Decreto Estadual nº51686/2007 e das Leis Federal nº4771/1965 e estadual nº12233/2006 que definem a APP e ARO, respectivamente.

Em conversa pessoal com um deles e em pesquisas mais aprofundadas, também foi revelado que, antes da implantação do parque, os residentes dividiam a área com mais dois môteis: Roma (edificação da esquerda imagem) e Leão de Prata (da direita), demolidos nas ações da ODA. Apesar da presença dessas duas construções, as ruas possuíam circulação livre, de modo que as pessoas já usavam o lugar como balneário. A família da Dona Lola aproveitava esses usos para vender comidas e bebidas, assim como acontece atualmente. Quando perguntado para uma das donas dos quiosques se a presença do parque foi positiva para os negócios, a moça disse que as obras diminuíram as áreas para estacionamento, refletindo na redução da clientela. Essas informações indicam que a área é apropriada como local de lazer desde muito tempo, com a diferença de que antes as quadras não existiam, as ruas faziam parte do traçado da cidade e as pessoas se apropriavam do espaço sem as restrições impostas pelos parques.



# 5.

## OS FREQUENTADORES DE SEMPRE E OS EVENTUAIS

“Frequentadores de Sempre e os Eventuais” se constituiu do estudo feito para compreender os tipos de grupos presentes no Parque Praia do Sol, tendo em vista que a regularidade com que esses agentes se comportam no espaço permite espacializar usos e identificar elementos. A leitura do mestrado de Matsunaga sobre o Cantinho do Céu<sup>1</sup> e a publicação de Lobato sobre a Praça Serzedelo Correia<sup>2</sup> nortearam certas posturas e análises da autora em campo. Assim, foram feitas visitas à área verde com o intuito de tirar fotos, observar e experienciar atividades e conversar com as pessoas. Houve especial interesse em conhecer os eventos promovidos pela Prefeitura ocorridos ao longo do desenvolvimento do projeto, visando compreender até que ponto as instalações temporárias interferiam na apropriações dos frequentadores, em comparação aos momentos sem eventos. Também se considerou relevante conhecer outras localidades em que a população tinha próxima relação com a represa, a fim de adquirir repertório quanto aos usos comuns nos mananciais. Assim, foram visitados o Clube Esportivo Náutico Guarapiranga e o balneário próximo ao Yacht Clube Itaipú, ambos na represa Guarapiranga, além do Parque Cantinho do Céu, na represa Billings. A conclusão dessas vivências originou as seguintes abordagens: um estudo sobre os “Eventos da Prefeitura” e as “Apropriações”, sendo esta subdividida em duas: “Atividades em Terra” e “Atividades na Água”, já que cada meio fomentou questionamentos e observações próprias.



Fig. 22: Fotografia do Parque Praia do Sol no evento “Virada Náutica” em outubro de 2023.



LIMITES LEGAIS

- - Faixa patrimonial da EMAE
- APP 50m
- Propriedade privada e área em implantação do parque (SÃO PAULO, 2024)
- Limites do parque atual (SÃO PAULO, 2024)
- ↑ Acessos para o Parque

COTAS ALAGÁVEIS

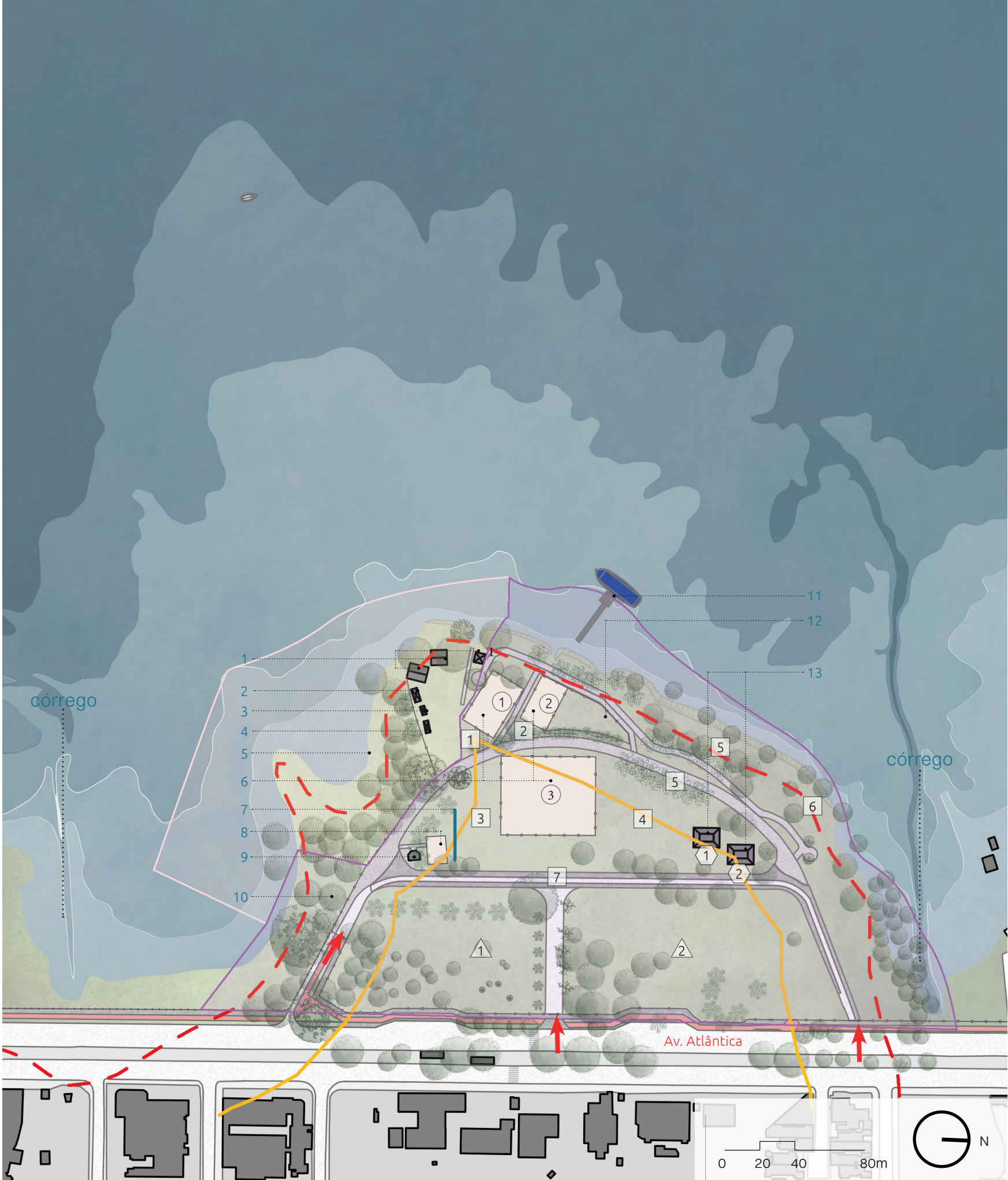
- 738m
- 737m
- 736m
- 735m
- 734m

PROGRAMAS

- 1. Quiosques
- 2. Residência
- 3. Banheiro Contêiner
- 4. Galpão
- 5. Marina Guapiranga
- 6. Quadras de areia
- 7. Parquinho de toras de madeira
- 8. Academia ao ar livre
- 9. Administração e banheiros
- 10. Estoque de mudas
- 11. Píer móvel
- 12. Parquinho
- 13. Construções em alvenaria

ESPECIFICAÇÕES DO PROGRAMA

- Áreas não construídas
- Canteiros
- Quadras
- Edificações do parque





## EVENTOS DA PREFEITURA

Durante o desenvolvimento desse estudo, foram acompanhados três eventos promovidos pela Prefeitura de São Paulo no Parque Praia do Sol: “Virada Esportiva”, “*Beach Tennis World Cup 2023*” e “ 2ºFestival de Verão Praia São Paulo”. No primeiro, o campo foi realizado no dia 28 de outubro de 2023; no segundo, 23 de dezembro de 2023, enquanto no último, ocorreram duas idas ao parque, no dia 09 (única visita realizada pela manhã) e 16 de março de 2024. Destaca-se que o período escolhido é marcado pelas altas temperaturas do verão, o que propicia a atração dos visitantes.

A começar pela “Virada Esportiva”, trata-se de um evento organizado pela SEME com a finalidade de promover práticas esportivas em diversas localidades da cidade em um único final de semana do ano. A participação do Parque Praia do Sol nesse

evento é comum, conforme afirmou um dos donos do quiosque da Praia da Lola e se encontrou nas pesquisas as edições de 2010, 2013 e 2021. Em 2023, especialmente, houve uma programação específica para as atividades náuticas, a “Virada Náutica”, sediadas em vários pontos da Represa Guarapiranga: Marina Pera Náutica, Marina Fibramar, Clube Náutico Guarapiranga, Marina Rivera e Parque Praia do Sol. Dentro da programação, incluía-se: passeio de *banana boat*, saltos em *bungee jump*, atividades infantis, área de praia, passeio de *jetski*, passeio de lancha e oficina de esportes náuticos, segundo postagens do Instagram da página “Virada Náutica”. No Parque Praia do Sol, como a represa estava baixa, montaram-se tendas para se aproximarem da água e realizarem as estações das atividades aquáticas e náuticas. Entre a administração do parque e a quadra maior de vôlei, instalaram a “Arena Infantil” com piscina de bolinhas, pebolim, tênis de mesa e pequena área cercada para crianças menores brincarem de bola. Como infraestrutura de apoio, havia uma tenda para distribuição gratuita de água potável e banheiros químicos.

Fig. 23: Fotografia de uma das tendas da “Virada Náutica” para as práticas das atividades náuticas e aquáticas em outubro de 2023.





No mesmo ano, a Prefeitura promoveu a “*Beach Tennis World Cup*” pela primeira vez no Parque Praia do Sol. Organizado pela “*International Tennis Federation*” (ITF), o campeonato recebeu jogadores da Argentina, Brasil, Chile, Curaçao, França, Alemanha, Itália, Japão, Letônia, Polônia, Portugal, Porto Rico, Espanha, Tailândia, Estados Unidos e Venezuela nas categorias profissional e júnior divididas em masculino, feminino e mista<sup>3</sup>. Para assistir, o público deveria levar 1kg de alimento não perecível<sup>4</sup>. Apesar do evento ter acontecido entre o dia 05 e 10 de dezembro, as redes, arquibancadas temporárias e os suportes de divulgação permaneciam no local, pelo menos até o dia 23 de dezembro, quando foi feita a visita da autora. Na ida a campo, foi possível perceber que o evento fez uso da quadra maior e instalou uma quadra menor no lado norte da quadra principal com arquibancadas no entorno. Os frequentadores podiam usufruir das infraestruturas mesmo após a finalização das atividades.

Quanto ao “2º Festival de Verão Praia São Paulo”, não é a primeira vez que o Parque Praia do Sol participa do evento, que ocorreu também em 2023. Organizado pela SEME em parceria com a Associação Paulistana de Recreação, Esporte e Lazer (Aprel Esportes), o intuito do festival era oferecer um ambiente de praia para as regiões periféricas da cidade, promovendo esportes de areia e aquáticos durante oito finais de semana a partir do dia 02 de fevereiro de 2024.

“ A população terá a oportunidade de praticar beach tennis, vôlei de areia, futevôlei, frescobol, handebol de praia, futebol de praia, peteca, *frisbee*, caiaque, *windsurf*, *stand up paddle* (SUP) e barco pequeno a vela. Haverá também a arena kids para a criança<sup>5</sup>.

O “2º Festival Praia São Paulo” aconteceu no verão, quando os níveis da represa estavam altos. Para adaptar o evento a essa circunstância, instalaram um deck de estrutura metálica sobre a água. Dessa forma, os equipamentos náuticos e aquáticos não

precisavam se aproximar da terra e os visitantes conseguiam usá-los se molhando menos.



Fig. 24: (Imagem superior) fotografia das estruturas temporárias sobre a água para a realização das atividades náuticas e aquáticas do “2º Festival Praia São Paulo”, em março de 2024.

Fig. 25: (Imagem inferior) fotografia da quadra temporária de futebol de areia construída para o “2º Festival Praia São Paulo”, em março de 2024.

Diferentemente da “Virada Náutica”, o “2º Festival Praia São Paulo” não se restringiu à represa Guarapiranga. Aconteceram em Centros Esportivos da zona sul, norte, leste e oeste do município, no Parque Dom Pedro e na Praia do Sol. Além disso, como divulgado na página de Instagram da “Aprel Esportes”, profissionais ligados ao esporte foram convidados para darem palestras no Parque Praia do Sol, como o Zico e Lars Grael, reconhecidos pelo futebol e pela vela, respectivamente. Além do Parque Praia do Sol, no dia 16 de março de 2024, visitou-se o CE Náutico Guarapiranga (na região do M’Boi Mirim), onde o festival também acontecia. A ida aos dois locais permitiu concluir que as intervenções no primeiro foram mais expressivas que no segundo. No Parque Praia do Sol, havia as atividades citadas acima com empréstimo de equipamentos e redes instaladas nas quadras. Também construíram para o evento uma quadra de futebol de areia pequena no lado norte da quadra maior. Como parte da infraestrutura de apoio, havia algumas duchas entre as duas quadras e banheiros químicos próximos à área de descanso. No CE Náutico Guarapiranga, porém, trouxeram apenas um brinquedo inflável para as crianças menores e colocaram um pórtico em frente ao acesso das piscinas para identificarem o evento. Em conversa com um dos seguranças do Centro Esportivo, o local não promovia atividades aquáticas, pois ainda não havia bombeiros para monitorar a área. Entretanto, o funcionário afirmou que já estavam prevendo a contratação dos guarda-vidas.

A contratação desses profissionais que zelam pela segurança dos banhistas se revela de extrema importância nas margens com intensa atividade humana. Tanto no Parque Cantinho do Céu como no CE Náutico Guarapiranga, testemunhou-se pessoas entrando na represa sem que houvesse nenhuma autoridade de proteção aos banhistas. Em ambos os casos, porém, havia histórico de mortes por acidentes na água.

Tendo em vista que as atividades mencionadas atraíram bastantes visitantes, ainda que o tempo ensolarado do verão tenha contribuído para o sucesso da programação, é possível identificar

certas repercussões bem logradas. Primeiramente, os eventos nas margens da represa reforçam a imagem das águas como potencial para prática de esporte e lazer aberto a toda a população. Tais atividades historicamente já acontecem no manancial, como visto no capítulo “Dá para nadar na Guarapiranga?”, porém se restringiam às elites, sócias dos yachts clubes e marinas e proprietárias de casas de veraneio. Nos últimos anos, porém, iniciativas da Prefeitura de São Paulo vem democratizando os usos e acessos ao manancial. As “Viradas Náuticas” e os “Festivais de Verão Praia São Paulo” são eventos novos que convidam o público não só a entrar em contato com atividades associadas às classes mais ricas, como também a conhecerem marinas e centros esportivos, onde os mais interessados podem se inscrever em cursos de esportes náuticos e aquáticos, oferecidos em alguns locais de forma gratuita, como o CE Náutico Guarapiranga.

Vale lembrar que esses eventos também ajudam a divulgar os equipamentos abertos ao público na beira da represa, considerando que faz pouco tempo que foram inaugurados. O Parque Praia do Sol data de 2008 e o Parque Cantinho do Céu possui seis etapas de conclusão, sendo a Etapa 1 concluída em 2011 e a finalizada mais recentemente, a Etapa 5, em 2024<sup>6</sup>. O CE Náutico Guarapiranga foi aberto ao público em 2016, transferindo a propriedade da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo para a Prefeitura de São Paulo<sup>7</sup>, porém fechou para reforma, reabrindo em 2023<sup>8</sup>.

Por isso, para além de estimular a prática de esportes e lazer e o cuidado com a saúde, os eventos esportivos da prefeitura apresentam as potencialidades que as águas da represa Guarapiranga podem proporcionar ao público geral. Ao colocar o manancial dentro do circuito dos equipamentos públicos, abre-se uma diversidade maior de atividades: do futebol e vôlei, práticas mais comuns aos parques, até o caiaque e a vela, específicas de ambientes alagados.



NARRATIVAS: atividades em terra

QUIOSQUES DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, REFRIGERANTES E FRITURAS

É o período do dia com menos pessoas. São aquelas que caminham com ou sem cachorro e os donos dos quiosques já em serviço. Destaca-se alguns ciclistas de trajes de *mountain bike* que sentam e bebem um refresco. Dado os três grupos de ciclistas encontrados na visita, conclui-se que o parque é uma parada no trajeto. Curiosamente, em conversa com um deles, relatou-se que o passeio tinha partido de Osasco, indicando o potencial das ciclovias de ligar locais tão distantes.

Período da tarde:

Há mais pessoas que no período da manhã. O ambiente se assemelha ao de praia: os frequentadores chegam para passar o



Fig. 26: (Imagem superior) fotografia de junho de 2023. Pessoas próximas aos quiosques com as cadeiras onde, em épocas de represa cheia, é tomado pela água.

Fig. 27: (Imagem inferior) fotografia de março de 2024, quando a represa está cheia e o espaço perto dos quiosques é reduzido. Pessoas disputam a sombra da árvore.





dia bebendo e conversando com os amigos e familiares com trajes de banho. Apesar de haver quiosques, alguns frequentadores trazem seu próprio cooler e há os com caixa de som.

A idade varia bastante. De famílias com bebê de colo e crianças até uns 12 anos a grupos de pessoas de 20 a 30 anos. Alguns adultos sentados perto dos quiosques vigiam seus filhos no balneário, sendo, portanto, um local estratégico para cuidar das crianças enquanto deleitam a sombra com uma cerveja na mão.

As árvores perto dos quiosques são elementos essenciais para a permanência das pessoas no local. Além das copas, uma simples cobertura de telha metálica também oferece sombra para os clientes dos quiosques.

Quando a represa está baixa, as pessoas colocam as cadeiras e mesas próximas à água, conseguindo mais espaço entre um grupo e outro. Entretanto, com a represa alta, o espaço fica limitado, de modo que a circulação entre as quadras e os quiosques fica dificultada.

Anoitecer:

Algumas pessoas vão embora, outras estendem alguns minutos para apreciar o pôr do sol. O anoitecer atrai novas pessoas para o parque: casais, ciclistas (diferente dos da manhã, parece haver mais ciclistas de passeio) e pedestres, muitos interessados na beleza do sol se pondo.

As análises feitas nesse espaço tangem os conflitos legais mencionados no capítulo “Moradores no parque?”. Tendo em vista que a área onde os quiosques se localizam é de posse privada, certas características são ressaltadas. Na Praia da Lola, é evidente a precariedade das infraestruturas. Onde se servem comidas e bebidas, os estabelecimentos são feitos de lonas e estruturas de madeira, mas há também estruturas de alvenaria sem reboco, ambas típicas de autoconstrução. Embora as edificações do Parque Praia do Sol precisem de manutenção, sua aparência se aproxima a um maior grau de formalidade.

Fig. 28: (Imagem da direta superior) fotografia das construções da família da Dona Lola. Destaque para a construção com térreo em azul onde se presume que seja uma residência.

Fig. 29: Imagem da esquerda inferior: fotografia dos quiosques da família da Dona Lola.





QUADRAS ① E ②

As quadras não são tão usadas, provavelmente por falta de manutenção. Já se verificou que a quadra 1 possui poças de água e a 2 não possui gols. Além disso, é comum encontrar crianças brincando de areia nesses espaços.

Tanto no “*Beach Tennis World Cup*” como no “Festival de Verão Praia São Paulo”, foi construída uma quadra temporária de areia no lado norte da quadra maior. O equipamento foi bem aproveitado pelos frequentadores, demonstrando que há demanda e questionando a necessidade de uma quadra provisória, ao invés de reformar as existentes. No “Festival de Verão Praia São Paulo”, entretanto, chamou a atenção como os organizadores configurar o espaço. Havia cercas em torno da quadra principal e na temporária que poderiam ser acessadas apenas com o preenchimento de um formulário informando nome, cpf e telefone, dando direito a uma pulseirinha como autorização. Em pergunta sobre a razão da coleta de informações, a atendente disse que era para os casos em que alguém se machuca, pois poderiam facilitar a assistência com os dados da pessoa em mãos. A justificativa não parece ter muito fundamento. Em academias, os formulários para inscrição dos interessados se pergunta sobre lesões anteriores, históricos de epilepsia, problemas cardíacos e, às vezes, tipo sanguíneo, ficha que contém dados referentes à saúde do indivíduo. Por isso, a coleta dessas informações parece indicar que uma das intenções do evento era obter dados pessoais dos visitantes.

QUADRA ③

A quadra maior não é tão usada. Talvez seja pelas grandes dimensões que exigem maior quantidade de pessoas.

Em dias de evento, o equipamento ganha importância. Na “Virada Náutica 2023”, foram promovidos campeonatos de futebol de areia. No “Festival de Verão Praia São Paulo”, dividiram o espaço em 5 campos de vôlei de praia e 1 de beach tennis. No “*World Cup Beach Tennis*”, eram 6 campos de *beach tennis*.

Fig. 30: (Imagem da direita superior) fotografia da quadra de areia menor com destaque para as crianças.

Fig. 31: (Imagem da esquerda inferior) fotografia da quadra de areia maior com destaque para a repartição do espaço em várias quadras.





PARQUINHO

É um parquinho bem frequentado pelas crianças de até 5 anos, mas não parece ter havido um projeto: a grama muitas vezes está alta, a disposição dos brinquedos não promove um espaço de brincadeira e a presença de dois círculos como caixas de areia parece interromper a circulação, além de não serem usadas.

ESPAÇO RESIDUAL 1

Existe uma pequena barreira de concreto que divide o parque da Praia da Lola. Esse elemento junto à quadra acaba por formar um espaço triangular residual, indicado pelo número 1. No local, há um carro abandonado, mas quando o parque está cheio, mais veículos ficam estacionados.

ESPAÇO RESIDUAL 2

As plantas Yucás formam um espécie de barreira que junto à quadra também formam um espaço triangular residual, indicado pelo número 2. O espaço contém um banco, mas de forma geral, corresponde a uma área mal aproveitada.

ADMINISTRAÇÃO E BANHEIROS

A administração corresponde a uma sala envidraçada simples. Ao lado, há dois banheiros, sendo uma cabine feminina e outra masculina. Não é raro encontrar filas para usar os sanitários. No lado oposto, há um banheiro para deficiente físico.

ACADEMIA AO AR LIVRE

As pessoas usam com certa frequência.

PARQUINHO DE MADEIRA

Diferentemente do parquinho próximo às quadras, as crianças são mais velhas, provavelmente porque são equipamentos mais altos e rústicos. Apesar de ter bastante uso, o local parece não ter tido projeto: os brinquedos estão dispostos em linha e não há um piso definindo os limites, fatores que impedem a criação de um



Fig. 32: (Imagem da direita superior) fotografia do parquinho de brinquedos de madeira e a academia ao ar livre.

Fig. 33: (Imagem da direita inferior) fotografia da construção em alvenaria.



ambiente mais integrado.

#### ESPAÇO LIVRE <sup>3</sup>

Indicado pelo número 3, trata-se de um gramado com concentração de usos e perfis diversos de visitantes. Como se localiza próximo ao parquinho com brinquedos de madeira, as crianças estendem as brincadeiras para o entorno. A presença dos menores implica em pais vigiando seus filhos na sombra de alguma árvore do entorno, caracterizando o local também como área de permanência. As pessoas que entram pelo parque pela entrada do meio, costumam acessar o balneário cruzando esse espaço. Há um grande bebedouro no limite entre o Parque Praia do Sol e a Praia da Lola que atrai tanto as pessoas que usam as quadras quanto as do balneário. Assim, o cenário se compõe de crianças correndo, grupos de jovens suados vindos das quadras, famílias segurando coolers e vestindo roupas de banho, além dos que se descanço em cangas no gramado.

Na “Virada Náutica”, o espaço foi usado para o que chamada de “Arena de Atividades Infantis” aumentando o espaço das atividades programadas.

#### ESPAÇO LIVRE <sup>4</sup>

Diferente do Espaço Livre indicado pelo número 3, os grupos que usam o gramado indicado pelo número 4 se intercalam. Ora um grupo de crianças joga futebol com gols de chinelo, ora jovens brincam de “altinha”, ora pessoas estendem suas cangas, ora não há ninguém.

Em uma das visitas, descobriu-se que os fiéis da “Bola de Neve Church” Interlagos se reúnem todo sábado para congregar às 8 horas e, em seguida, correr. Há pessoas que correm pouco, então ficam pelo parque, mas outras saem para percorrer distâncias mais longas. O parque tinha sido escolhido pela boa localização e pelo contato com o verde e a água. Segundo a entrevistada, a natureza facilita entrar em contato com Deus. O grupo de fiéis era formado por diversas faixas etárias e podiam ser identificados



pelas camisetas onde se lia “Bola Running”.

No “2º Festival de Verão Praia São Paulo” e no “Beach Tennis World Cup 2023”, o local foi usado para instalarem quadras temporárias, além de algumas estruturas de apoio, como os banheiros químicos, as duchas e as arquibancadas.

#### DESCANSO NA SOMBRA <sup>5</sup>

Indicados pelo 13, as áreas se caracterizam pela presença de árvores com sombras generosas e ambiente mais tranquilo, distante das atividades mais barulhentas. As pessoas costumam estender a canga para descansar e fazer piqueniques. A vista para a represa é muito agradável. Há veleiros, *windsurf*, além da vista para a represa com o fundo da vegetação. Durante o anoitecer, algumas pessoas chegam ao parque para apreciar o pôr do sol. Apesar da beleza do manancial, a paisagem mais ao Norte é marcada pelas algas do córrego e a Marina Syvestre, sendo menos

Fig. 34: Fotografia do parquinho com brinquedos de madeira à esquerda e a quadra maior na direita durante a “Virada Náutica 2023”.



atrativa.

DESCANSO NO SOL 6

As poucas árvores presentes na área indicada pelo número 6 ou são de pequeno porte ou não possuem muita sombra, caracterizando-se com uma área árida. Além disso, o agito do parque está mais distante. Essas condicionantes criam um ambiente propício para as pessoas que querem tomar sol com mais tranquilidade.

TRAJETO DE BICICLETA 7

Corresponde a um pequeno trecho onde crianças costumam andar de bicicleta. Caracteriza-se como um local mais de passagem.

CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA 1

A proposta desse espaço era ser uma sala multiuso para promoção da leitura e da educação ambiental. Há uma geladeira com livros doados na parte de fora da edificação reforçando essa função. Entretanto, as visitas demonstraram que os frequentadores não a entendem como tal e sim como um local sem utilidade.

CONSTRUÇÃO EM ALVENARIA 2

Corresponde a área de apoio da equipe de manejo e vigilância. Há uma copa e um banheiro que, quando há evento, também são utilizados pelas pessoas da organização. Em frente à edificação, instalaram um único suporte para prender a bicicleta, como se a peça tivesse sido instalada para cumprir uma demanda pontual.

CANTEIRO 1

As pessoas costumam ocupar pouco esse espaço. Quando o fazem geralmente estendem a canga quando o sol já está menos intenso ou andam com o cachorro. Percebe-se que não há projeto nessa área, pois as árvores não formam um espaços de permanência e não há bancos.

CANTEIRO 2

As pessoas costumam ocupar menos esse espaço do que o quadrante esquerdo. Isso porque ainda há resquícios das antigas construções que deixaram espaços concretados intercalados por grama. Assim, o ambiente tem um caráter de abandono, com plantas crescendo sem um projeto para usos de parque. No canto esquerdo próximo ao encontro das Rua Porto Alexandre com a Porto Artur, às vezes há o Pedal Sampa, uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo para o empréstimo gratuito de bicicletas. Estas são carregadas em um pequeno caminhão que fica estacionado durante o funcionamento do serviço. Uma barraca é instalada para fazer o controle do empréstimo. Quando há eventos como o “Festival de Verão Praia São Paulo” e a “Virada Náutica”, o espaço é usado para estacionamento de carros. O local é preenchido por veículos, evidenciando uma alta demanda. Em conversa com uma das donas do quiosque sobre a influência do parque para os negócios, a moça vê de forma negativa. Antes do parque, não havia controle dos carros, de modo que os visitantes tinham mais espaço para estacionar seus veículos. Com o parque, a área para carros ficou reduzida, reduzindo a clientela.





Fig. 35: (Imagem da esquerda) fotografia da área de descanso 14 em março de 2024. Muitas das pessoas dessa época vieram especialmente para apreciar o pôr do sol. Fonte: fotografia da autora.

Fig. 36: (Imagem direita) fotografia do pôr do sol tirada na área de descanso 14 em março de 2024. Fonte: fotografia da autora.



Fig. 37: Imagem satélite de Outubro de 2020. Destaque para a Ilha dos amores na parte superior.



Fig. 38: Imagem satélite de Maio de 2023. Destaque para a Ilha dos Amores na parte superior.





## NARRATIVAS: atividades na água

### RAMPA

Normalmente, a rampa é usada para as pessoas chegarem ao balneário. O acesso aparentemente se formou sem projeto, pois o piso é de terra batida. Apesar da informalidade da passagem, a inclinação favorece os usuários, principalmente os que trazem pesados coolers.

Em dias de evento, frequentadores compartilham o acesso com veículos pequenos responsáveis por transportar as estruturas temporárias das atividades: na “Praia São Paulo 2024”, havia um grande deck metálico para a promoção de stand-up paddle, caiaque, remo, passeio a barco a vela, boia conduzida por jet ski e banana-boat. Na “Virada Náutica”, instalaram pórticos para divulgar o evento e gazebos para as estações das atividades: caiaque, stand-up paddle, passeio de *jetski* e *banana-boat*. Assim,



Fig. 39: Fotografia de um batizado realizado na represa Guarapiranga, em setembro de 2023.





### EXPLORANDO A ZONA SUL

## Nos Barcos do Seu Zé, visite a Represa do Guarapiranga

#### ORGANIZE SEU FIM DE SEMANA E FERIADOS

### O que tem na Praia do Sol?

Tem quiosques na hora da fome e da sede, quadras de volei e futebol na areia, tem playground para criançada, muita natureza e a beleza da Represa de Guarapiranga. Segurança e salva vidas por todo o parque.

### Diversão até o por do sol

Os passeios de barco, vão da Praia do Sol até a Ilha dos Namorados, com toda Beleza da Represa de Guarapiranga, a natureza da zona Sul, fazer muitas selfies, levar churrasqueira, cooler, boia e tudo que diverte, para passar o dia diferente em uma ilha, com toda família e amigos.

### Passeio de Barco

Todos os fim de semanas e feriados, estamos na Praia do Sol te esperando para um dia bem divertido.  
A partir das 9:00hs até 17:30... até o Por do Sol...  
valor: 25,00 por pessoa, ida e volta, criança até 6 anos não paga.

Av. Atlântica, 3.100 Guarapiranga - Praia do Sol

seu\_ze\_barcos\_ (tire suas selfie's marque a gente e conte sua experiência, vamos mostrar a beleza da zona Sul)

(11) 91367 - 4145

BARCOS DO SEU ZÉ

Fig. 40: (Imagem da esquerda superior) fotografia do barco do Seu Zé.

Fig. 41: (Imagem da esquerda inferior) fotografia da Ilha dos Amores.

Fig. 42: (Imagem da direita) folheto de propaganda do serviço de traslado do Parque Praia do Sol e a Ilha dos Amores.



durante a programação, a rampa se comporta como uma entrada de serviço. Cabe ressaltar que, às 17h, os eventos fecham e os equipamentos móveis não permanecem no parque, sendo levados via água para outro lugar.

#### BARCO DO SEU ZÉ

Seu Zé é amigo de um dos donos do quiosque. Junto com sua esposa, eles oferecem o serviço de traslado entre a Praia da Lola e a Ilha dos Amores pelo preço de 25 reais. O píer de acesso ao barco costuma mudar de posição provavelmente com a ajuda de um trator pertencente ao estacionamento de barcos localizado ao lado do parque. Esse deslocamento acontece quando as águas recuam ou avançam ou quando os eventos precisam do espaço.

#### ILHA DOS AMORES

A Ilha dos Amores é o ponto de parada de barcos pequenos, jet skis e lanchas. As pessoas visitam o local principalmente para aproveitar o que se assemelha a uma praia: água transparente e areia fofa. Há também um gazebo onde se vende refrescos e espetinhos e o serviço de banana boat. Um guarda-vidas permanece no local vigiando os banhistas constantemente.

Fig. 43: Evento “Virada Náutica” em Agosto de 2023. Destaque para os guarda-sóis e cadeiras de praia da organização e o baixo nível da represa.



A visão da vastidão da água gera uma certa tranquilidade. A presença do lixo jogado pelos frequentadores da ilha, porém, provoca frustração.

#### SAZONALIDADE

Nos períodos em que a represa está baixa, a água recua e abre espaço para a área com areia, tornando o espaço mais semelhante ao ambiente de praia. No evento “Virada Náutica”, esse caráter foi reforçado com a disposição de guarda-sóis e cadeiras de praia proporcionando maior infraestrutura. Quando não há evento, a maioria das pessoas usam cangas ou ficam diretamente na areia. Algumas trazem sua própria cadeira de praia.

Quando a represa está alta, a área de areia muitas vezes some e as pessoas se acumulam próximas aos quiosques.

#### BALNEÁRIO

Nos períodos de alta e baixa da represa, adultos e crianças entram na água. Os menores não usam bóias, provavelmente em razão da suave declividade do terreno.

Verificou-se também batizados na represa. Foi observado práticas em que havia umas 20 pessoas, mas às vezes com 5-6 pessoas. Em um desses eventos, descobriu-se que os fiéis pertenciam à Assembleia de Deus, mas não é possível afirmar que em todas as ocasiões os religiosos pertenciam a essa igreja.

Em relação à presença de guarda-vidas, há sempre um bote monitorando a área. Entretanto, os profissionais em terra aparentemente só aparecem quando há eventos como os mencionados. Percebe-se a importância desses bombeiros ao observar a proximidade que outras atividades náuticas competem com o balneário. Há jet skis e veleiros que se aproximam facilmente dos frequentadores. Além disso, em visita ao Parque Cantinho do Céu, o Conselheiro Gestor comentou que os banhistas costumam se arriscar bastante a ponto de não ser raro mortes por afogamento. Assim, uma das demandas do





Fig. 44: (Imagem da esquerda) fotografia do balneário em junho de 2023, quando o nível da represa estava baixo. Destaque para a Ilha dos Amores ao fundo e as pessoas se refrescando na água.



Fig. 45: (Imagem esquerda inferior) fotografia de março de 2024, em época de represa cheia. Pessoas se banhando junto às algas.



parque é a contratação de guarda-vidas, o que caberia também para o Parque Praia do Sol.

#### BALNEÁRIO E A ÁGUA

Apesar do capítulo ser destinado às apropriações, o contato direto dos banhistas com a água gerou reflexões sobre essa relação. Em certos momentos, há excessiva quantidade de algas, fator que não necessariamente implica em má qualidade da água. Entretanto, dado que é comum a represa apresentar índice de balneabilidade ruim e os córregos das extremidades do parque despejarem um líquido turvo, questionou-se a despreocupação da Prefeitura de permitir as pessoas entrarem no manancial sob essas condições.

Como exposto no capítulo “Dá para nadar na Guarapiranga?”, a má gestão das águas pluviais torna os corpos hídricos vulneráveis à poluição. Esse fato ainda é corroborado pela ausência de nomes dos córregos presentes nas extremidades do parque. Sem uma identificação, dificulta-se o monitoramento das obras nas quais essas massas d’água estão envolvidas. Tendo isso em vista, as chances desses córregos estarem despejando matéria orgânica na represa são altas. Em consequência, é possível que perto das fozes tenha se desencadeado o processo de eutrofização, caracterizado pelo aumento exacerbado de algas e cianobactérias, que diminuem a qualidade da água e propiciam a reprodução de espécies produtoras de toxinas<sup>9</sup>. Essa constatação demonstra que a retirada dessas algas não pode ser realizada por qualquer pessoa. Em busca de programas comprometidos com o serviço, encontrou-se o Nossa Guarapiranga. Firmado entre Governo, Prefeitura e Sabesp, a iniciativa possui como uma das frentes a remoção das macrófitas aquáticas, recolhidas com maquinário apropriado e encaminhadas para o aterro sanitário<sup>10</sup>. Entretanto, não há muitas informações atualizadas disponíveis que permitiram concluir se as atividades ainda ocorrem. Apenas uma notícia da própria Sabesp de 2022 registra a sua continuidade<sup>11</sup>.

Ainda que o programa exista, o quadro do Índice de



Balneabilidade da CETESB do capítulo “Dá para nadar na Guarapiranga” comprova a recorrente inadequação do lugar para nado. Além disso, alguns relatos dos frequentadores do parque preocupa. Em pergunta a uma das moradoras da Praia da Lola sobre os perigos do manancial, ela mesma afirma que não entra na represa, pois há épocas com sanguessuga. A ANGua (Associação Nossa Guarapiranga), engajada com a Rede Independente de Monitoramento do Reservatório Guarapiranga, publicou um lado técnico de 2022 que reforça as informações por meio de testes em laboratório com amostras colhidas perto do parque<sup>12</sup>. Apenas um pai, cujas crianças brincavam nas margens do manancial, disse que frequentava o lugar antes mesmo de ser parque e suas filhas nunca contraíram nenhuma doença ou viram sanguessugas. Assim, evidências de diversas naturezas mostram que os banhistas do Parque Praia do Sol podem ter problemas de saúde decorrentes do contato com a represa Guarapiranga.

Entretanto, o que se percebe é o pouco interesse do poder público em problematizar a água como veiculador de doenças para a população. Apenas uma singela bandeira da CETESB fincada no parque e pouco visível divulga os resultados semanais

Fig. 46: Fotografia do córrego mais ao norte do parque. Destaque para a qualidade da água despejada na represa Guarapiranga.



do Boletim de Balneabilidade de Praias Paulistanas (disponível no site: <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/classificacao-semanal-de-praias-em-rios-e-reservatorios/>). A Prefeitura de São Paulo, principalmente ao promover eventos cujas atividades náuticas e aquáticas são o foco da atração, também omite sua responsabilidade sobre essa questão. Ainda que a “Virada Náutica” e a “Praia São Paulo” estimulem o esporte e a vivência na represa, a programação não tem indícios de que baliza os índices de qualidade da água como condição para a realização do evento. Em uma visita ao Clube Náutico Guarapiranga, quando também acontecia a “Praia São Paulo”, isso fica mais agudo: o acesso às piscinas não exigia a apresentação de um exame dermatológico, nem mesmo havia um profissional para prestar o serviço. Assim, as piscinas se tornaram facilmente vetores de uma série de patologias.

O relato de uma das donas do quiosque da Praia da Lola revela a intenção da prefeitura: antes dos eventos acontecerem, é chamado o serviço de limpeza para remover todo o lixo que suja as imagens da inauguração. Mas, com o fim da programação, não há quem limpe a grande quantidade de resíduos que fica no parque. Embora os frequentadores também sejam responsáveis pela sujeira, não há ações que mitiguem essa recorrência.

Portanto, o acesso à água representa uma ótima área de lazer: é possível se refrescar, praticar esportes e relaxar. Entretanto, dada as complexidades que envolvem a boa qualidade da água, é necessário um esforço da Prefeitura para que essas práticas sejam feitas da forma mais segura possível, seja providenciando serviços que garantam a limpeza da represa, como a remoção das algas perto das margens e fozes dos córregos, seja conscientizando e alertando a população da poluição hídrica, como a melhoria na sinalização dos dados de balneabilidade da CETESB e a promoção da educação ambiental.



## 6.

## PROJETO

O Parque Praia do Sol possui um forte apelo às atividades relacionadas à praia, como o próprio nome já sugere e o capítulo “Os Frequentadores de Sempre e os Eventuais” reforça. A proximidade com a área alagada cria perspectivas extensas e delicadas. Um barco a vela ali, uma ilha lá. Essa composição acaba por gerar espaços de permanência para contemplação, como os quiosques e as áreas de descanso mais à margem da represa. Há aqueles que apreciam a paisagem dentro da água, refrescando-se ou se conectando ao local pela religião. Outros praticam esportes nas quadras de areia, característica também típica dos litorais. Com as quadras e eventos promovidos pela Prefeitura, o local tem um forte caráter esportivo.

Apesar da agradável proximidade com a represa, o local não é bem cuidado. Como exposto no capítulo “Dá para nadar na Guarapiranga?”, trata-se de um local transformado em parque principalmente com o intuito de impedir novas ocupações irregulares e melhorar a conservação das águas da represa, de modo que os usos como área de lazer perdem relevância e o parque possui estruturas que se assemelham ao abandono, descrições mais aprofundadas nos capítulos anteriores.

Em respostas a essas constatações, propôs-se um projeto de revitalização do Parque Praia do Sol. O trabalho procurou potencializar o caráter esportivo e de praia, mantendo as quadras de areia e criando espaços adequados às práticas aquáticas e náuticas, além da concepção de uma área com areia não alagável. Para proporcionar maior conforto e segurança aos visitantes, aumentou-se o número de banheiros, adicionando vestiários, essenciais para um local com balneário. Os parquinhos foram concentrados em um único espaço, mantendo a localização daqueles mais próximo das quadras. As construções em alvenaria foram removidas, bem como os quiosques e a residência localizados na beira da represa. Como a localização dos antigos quiosques se mostrou um local propício para comer e beber, projetou-se uma área de *Food Truck*. Assim, os veículos saíam do parque conforme o horário de funcionamento, garantindo o cumprimento do Código Florestal e da APRM-G de manter a área sem edificações. Com relação aos acessos, houve um reposicionamento para se adequar às novas funções propostas. A entrada do meio se aproximaria das faixas de pedestre e se alinharia ao passeio principal do parque. A entrada mais à esquerda se destinaria aos veículos, considerando que o estacionamento foi identificado como elemento condicionante para a vinda dos visitantes. Como consequência, esse acesso se aproximaria à entrada principal. O último acesso, o da direita, seria exclusivo para pedestres e ciclistas.

Para além de aproveitar os usos pré-existentes, o estudo exposto nos capítulos “Dá para nadar na Guarapiranga?” e “Os Frequentadores de Sempre e os Eventuais” suscitaram reflexões sobre o papel dos parques na mitigação da poluição dos corpos hídricos, advinda tanto de falhas do poder público, como da despreocupação da população em relação ao descarte correto dos próprios resíduos. Tendo isso em vista, aproveitou-se que o Parque Praia do Sol está próximo da represa e de dois córregos para propor um circuito educacional que levantasse discussões sobre os usos da água e sua preservação. Assim, o



PROGRAMAS

- 1. Balneário
- 2. Academia ao ar livre
- 3. Área de "food truck"
- 4. Parquinho
- 5. Praia
- 6. Quadras de areia
- 7. Fonte de piso
- 8. Banheiros e vestiários
- 9. Lanchonete da Dona Lola
- 10. Administração, banheiros, sala de cursos, área dos funcionários, depósito
- 11. Estacionamento
- 12. Atividades náuticas
- 13. Redário
- 14. Deck de madeira
- 15. Área de exposições
- 16. Vagas de carona
- 17. Academia ao ar livre
- 18. Cadeiras e mesas

ESTAÇÕES DO CIRCUITO EDUCATIVO

- ① Educação ambiental
- ② Praça das águas e dos efluentes
- ③ Balneário
- ④ Atividades náuticas
- ⑤ Águas Pluviais
- ⑥ Gestão de resíduos sólidos

COTAS ALAGÁVEIS

738
737
736
735
734

LIMITES LEGAIS

- Faixa patrimonial da EMAE
- APP 50m
- Acessos para o Parque

Parque funcionaria não só como área de lazer e esporte, como também de educação ambiental, visando à conscientização da sociedade civil sobre suas próprias ações e impactos no meio ambiente e sobre a cobrança do poder público em relação ao maior comprometimento com a conservação e preservação dos recursos hídricos. Para organizar esse programa, desenhou-se um caminho retangular que direcionaria para seis estações: Praça das Águas e dos Efluentes, Balneário, Atividades Náuticas, Águas Pluviais, Resíduos Sólidos e Educação Ambiental. Destaca-se a maior separação entre a localização do balneário e das atividades náuticas, já que atualmente as duas atividades acontecem muito próximas uma da outra, de forma a colocar em risco os banhistas.

A escolha dos temas das estações procura abordar os quatro componentes do saneamento básico: serviço de água e de esgoto, gestão integrada de resíduos sólidos e gestão das águas pluviais; as práticas de lazer; e a educação ambiental. Cada estação será melhor detalhada mais adiante, mas se destaca que a presença desse circuito no parque teria um intuito essencialmente pedagógico, não havendo uma estação de tratamento de esgoto, por exemplo. As informações estariam presentes em um totem com textos e representações figurativas para melhor absorção dos frequentadores. Apesar de indicar os conteúdos expostos em cada estação, o propósito do trabalho se focou em desenvolver o projeto de parque como um todo, não havendo tempo para criar maiores especificações da identidade visual, do projeto de sinalização e dos materiais usados para os totens.





# VEGETAÇÃO EXISTENTE

A partir do Inventário de Flora realizado em 2021 do Parque Praia do Sol<sup>1</sup>, das visitas em campo e das imagens do “Google Earth”, identificou-se a localização de algumas das espécies vegetais. O “Manual Técnico de Arborização Urbana”<sup>2</sup> e os sites “Jardim Exótico” e “IBF: Instituto Brasileiro de Florestas” informaram quanto ao nome científico, origem, porte e diâmetro, descritos na legenda. As plantas não identificadas foram representadas de forma genérica, mas com copas próximas às das analisadas nas imagens satélites.

De forma geral, o parque carece de espécies que criam ambientes sombreados. As massas de árvores se localizam principalmente nas extremidades do parque. As árvores maiores estão próximas à rua, local com maior fluxo de pessoas e influência das atividades externas. O bosque mais ao sul reforça junto ao gradil o limite entre o parque e a Marina Guarapiranga. O mais ao norte forma áreas excessivamente sombreadas. Assim, as áreas mais abrigadas do sol são pouco convidativas aos frequentadores.

Com relação às palmeiras, costumam ser plantas associadas ao ambiente litorâneo, o que condiz com o caráter do parque. A partir das visitas de campo, foi possível identificar seis agrupamentos da espécie. As da entrada do meio se encontram em estado de mudas, indicando que foram plantadas próximas à data do estudo. Junto a outra linha de palmeiras paralelas à rua e as jasmin-mangas, as implantações ressaltam o desenho das vias. As palmeiras próximas às edificações em alvenaria seguem



## VEGETAÇÃO

Árvore (Ø entre 15 e 20 metros)

Árvore (Ø entre 10 e 15 metros)

Árvore (Ø entre 5 e 10 metros)

Árvore (Ø entre 5 e 3 metros)

Massas de árvores

Falsa-seringueira  
*Ficus elastica Roxb. ex Hornem.*  
Exótica  
H = 30metros;  
Ø = 20metros

Jasmin-manga  
*Plumeria rubra*  
Exótica  
H = 4-6metros;  
Ø = 20-40metros

Lúca  
*Yucca gigantea*  
Exótica  
H = 6-9metros

Jerivá  
*Syagrus romanzoffiana*  
Nativa  
H = 7-15metros  
Ø = 20 a 50metros

Palmeira-real  
*Archontophoenix cunninghamiana*  
Exótica  
H = 15-20metros  
Ø = 20metros

0204080m

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

APP 50m

N



o traçado do passeio junto a outras árvores, formando uma espécie de alameda, cujas copas se entrelaçam e contribuem para o sombreamento. O conjunto de palmeiras próximo à represa acentua a presença do talude. Costuma ser um local onde as pessoas estendem as cangas para tomar sol, já que as folhas criam sombras esparsas. Há palmeiras também perto da sede administrativa do parque, marcando sua localização. Por fim, algumas espécies estão posicionadas perto ao gradil do parque. Não foi possível compreender qual a intenção da implantação. Porém, pela imagem satélite de 2008, possivelmente, as palmeiras faziam parte do projeto de jardinagem do antigo Motel Leão de Prata.

As lúcas próximas às quadras, em razão da sua estatura e folhas pontiagudas, marcam uma forte presença na paisagem, funcionando como espécie de divisória entre as atividades relacionadas ao parque e as de praia. Por seguirem o mesmo desenho do caminho, acentuam o traçado e direcionam o olhar para as extremidades, mas não fornecem sombra. Já as Falsas-Seringueiras possuem copas generosas de forma a gerar grandes abrigos do sol. Em especial, a mais perto das quadras marca a entrada do balneário, onde a areia começa a aparecer. As demais espécies de vegetação não citadas podem ser encontradas no Inventário de Flora que possui a especificação também das plantas aquáticas.



# VEGETAÇÃO PROPOSTA

Como resposta à falta de árvores presentes atualmente no parque, o projeto proposto visou suprir principalmente essa demanda. Tendo em vista que as árvores desempenham tanto papel paisagístico, de lazer e ecológico, a implantação da nova vegetação procurou criar novos espaços, reforçar outros e focar na faixa de APP de 50 metros com mais vegetação. Dessa forma, o estudo se concentrou principalmente nas extremidades do parque, em razão da proximidade com a represa, que demanda um cuidado ambiental maior e atrai muitos visitantes pela beleza, além dos espaços perto da rua, identificados como mais suscetíveis às atividades fora do parque.

Dessa forma, é possível organizar a vegetação em cinco agrupamentos de árvores. O primeiro se refere à vegetação da fachada. Foi proposto canteiros elevados no pé dos gradis com árvores de médio e pequeno porte, além de herbáceas e forrações. Bancos acompanhariam esse desenho, criando espaços de permanência externos ao parque. Para o lado de dentro, um desenho de herbáceas da altura dos bancos diluiriam a presença dos elementos verticais que fronteirariam a calçada. Com relação ao arvoredo mais ao sul, proporcionaria um ambiente em contraste com a praia. Enquanto um possuiria sombras generosas e intimistas para piqueniques e descansos, o outro seria uma área aberta exposta ao sol para se bronzear e jogar bola. Essas árvores também funcionariam como transição para as atividades de parque e de praia. A vegetação próxima ao redário seria



## VEGETAÇÃO



Árvore (Ø entre 15 e 20 metros)



Árvore (Ø entre 10 e 15 metros)



Árvore (Ø entre 5 e 10 metros)



Árvore (Ø entre 5 e 3 metros)



Massas de árvores



Jerivá  
*Syagrus romanzoffiana*  
Nativa  
H = 7-15 metros  
Ø = 20 a 50 metros



Coco  
*Cocos nucifera*  
Nativa  
H = 5-16 metros  
Ø = 4 metros



Palmeira-real  
*Archontophoenix cunninghamiana*  
Exótica  
H = 15-20 metros  
Ø = 20 metros



Jussara  
*Euterpe edulis*  
Nativa  
H = 10-20 metros



Falsa-seringueira  
*Ficus elastica Roxb. ex Hornem.*  
Exótica  
H = 30 metros;  
Ø = 20 metros



Herbáceas e Forrações



Forrações floridas ou com folhas rosadas



Árvore existentes atualmente

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

— APP 50m

0 20 40 80m

 N



semelhante a essa última por ensejar usos de repouso, entretanto, distanciaria-se das áreas mais movimentadas, tornando-se um local mais silencioso e tranquilo. Nesse local, também se propôs algumas clareiras para entrada de luz. O quarto conjunto de árvores seria uma espécie de continuação do terceiro, porém, contornando o espaço da Estação de Gestão de Resíduos Sólidos e reforçando sua presença. O quinto arvoredo seria mais denso do que o quarto, como uma espécie de degradê de árvores que se intensifica conforme se aproxima da entrada. Caracterizaria um acesso mais sombreado onde seria possível enxergar o horizonte, a represa. Foi acrescentada uma Falsa-Seringueira como possível espécie a receber os visitantes na entrada mais ao norte. A outra próxima a praia se trata da existente atualmente. As demais Falsas-Seringueiras foram removidas para dar espaço ao estacionamento ao sul.

As Jerivás alinhadas à edificação da entrada seriam as mesmas das presentes atualmente. Porém, na proposição, a passagem principal transpassaria a linha de palmeiras, ganhando protagonismo e reforçando o desenho do trajeto. Também funcionariam como elemento organizador entre o volume dos pergolados e do prédio da educação ambiental. Alguns coqueiros foram colocados como sugestão de espécie a estar na área de praia, compondo, junto à água da represa e à areia, a paisagem litorânea. As Palmeiras-Reais do projeto atual foram reposicionadas para melhor se adequar aos novos caminhos propostos próximos ao redário. Entretanto, manteriam-nas perto de árvores médias e pequenas para criar um espaço sombreado, intimista e de descanso. Diferente das Palmeiras-Reais com copas entrelaçadas com outras espécies, criou-se uma linha diagonal de palmeiras dissociada dos agrupamentos de árvores. Desempenhariam o papel de elemento visual que instigaria o visitante a desobedecer o desenho dos gramados e passeios. Tendo em vista sua intenção do espaço, propõem-se a Palmeira-Jussara, típica da Mata Atlântica e bastante esbelta.

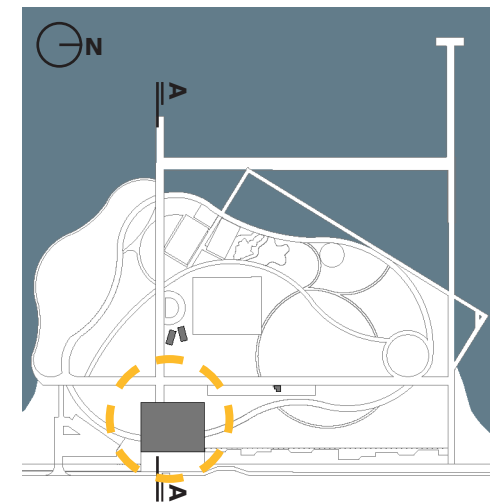
Algumas árvores foram posicionadas de forma pontual,

criando uma espécie de praça ao redor. É o caso das árvores da fachada, perto da quadra de areia menor, do parquinho e da estação das Águas Pluviais cujos troncos são envoltos por bancos de madeira. Uma árvore de grande porte foi posicionada em frente à Praça das Águas e dos Efluentes marcando o topo do singelo morro proposto.

Para além das árvores, as forrações e herbáceas foram propostas para reforçar o traçado de certos caminhos, orientando o visitante onde se poderia pisar. As manchas em roxo fazem menção às espécies que dariam cor ao parque, pois possuiriam folhas coloridas, como o Lambari-Roxo (*Tradescantia zebrina*) e o Periquito (*Alternanthera ficoidea*), ou florações, como a Grama-Amendoim (*Arachis repens*). Já as verdes escuras fazem referência às que garantiriam mais textura e variados volumes às vegetações do parque. Poderiam ser a Grama-Preta (*Ophiopogon japonicus*) e o Singônio (*Syngonium podophyllum*).

Os lados da quadra de areia maior seriam gramados. Atualmente, trata-se de um espaço com atividades diversas. Em dias de evento, o espaço é usado para colocar arquibancadas e alguns outros equipamentos. A proposição de pouca vegetação nesse espaço também valorizaria a paisagem da Lanchonete da Dona Lola, que, apesar de estar distante da represa, teria a visão de suas águas.



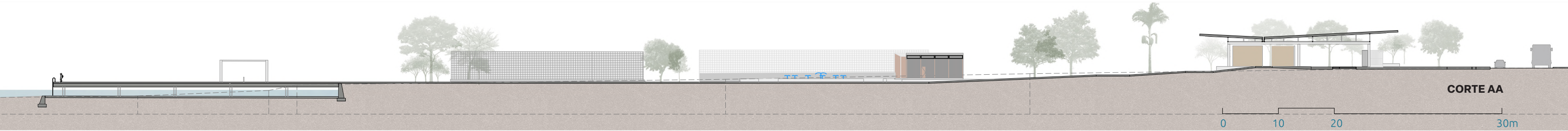


# EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A edificação proposta na entrada do Parque Praia do Sol seria uma das primeiras estações no qual os frequentadores passariam, convidando-os a conhecerem o parque a partir dos circuitos educativos. Logo na entrada, também se encontra um local para estacionamento de bicicletas, bebedouro e banheiros, atendendo à característica do parque de ser um ponto de parada para os ciclistas que visitam as margens da represa. Quanto à infraestrutura dos funcionários, haveria copa, banheiros, guarita dos seguranças, além de uma sala de reunião, onde poderiam ocorrer as reuniões que concernem ao Conselho Gestor e às negociações relacionadas aos eventos esportivos da Prefeitura.

Do outro lado, haveria duas salas de aulas, onde se ministrariam os cursos de educação ambiental, inspirados na Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ). O curso “Água, Saneamento e Mudanças Climáticas na Complexidade da Metrópole”<sup>3</sup>, por exemplo, ocorreu na UMAPAZ com a participação de diversos convidados das áreas de geociência, engenharia de recursos hídricos, engenharia civil, engenharia agrônômica, ciências jurídicas e ciências sociais. Como parte da programação, ainda houve uma visita guiada, apresentando o

Viveiro do Manequinho Lopes e a Estação de Flotação e Remoção de Flutuantes (EFRF) da Sabesp. Uma dinâmica semelhante poderia ocorrer no Parque Praia do Sol, apresentando à população os usos múltiplos da represa Guarapiranga a partir das estações do circuito educativo explicadas por convidados especializados no assunto.



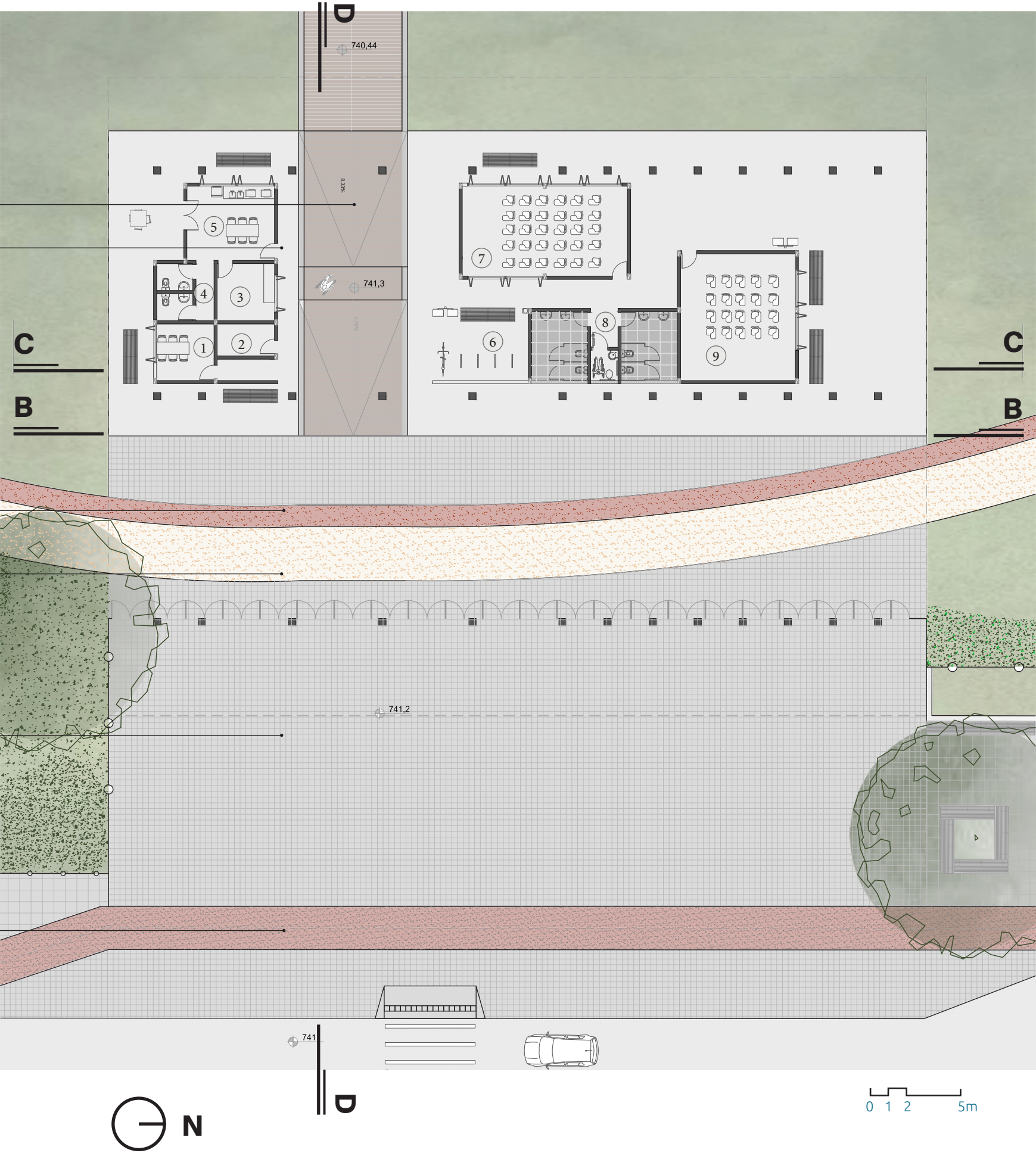


PROGRAMA

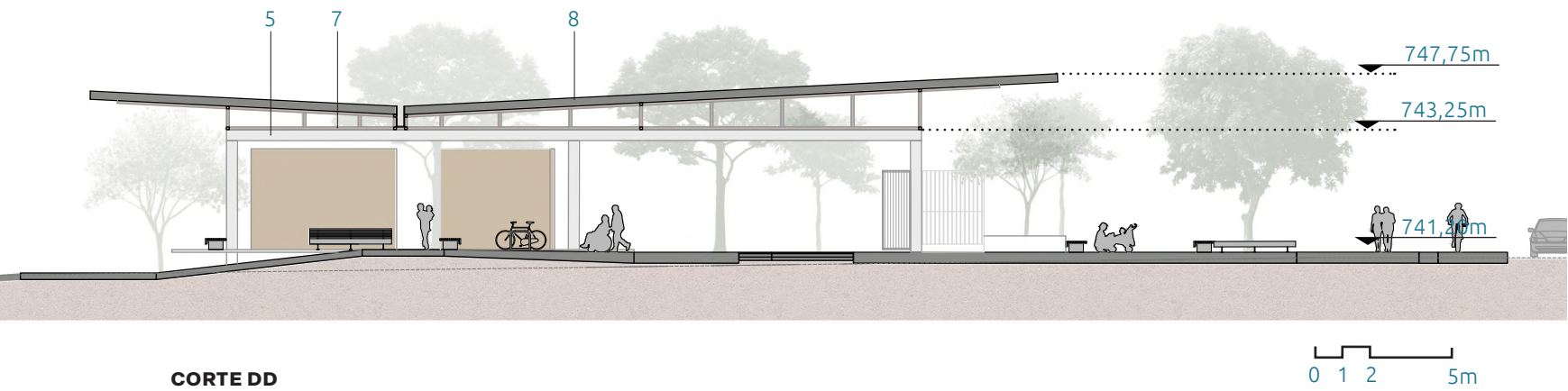
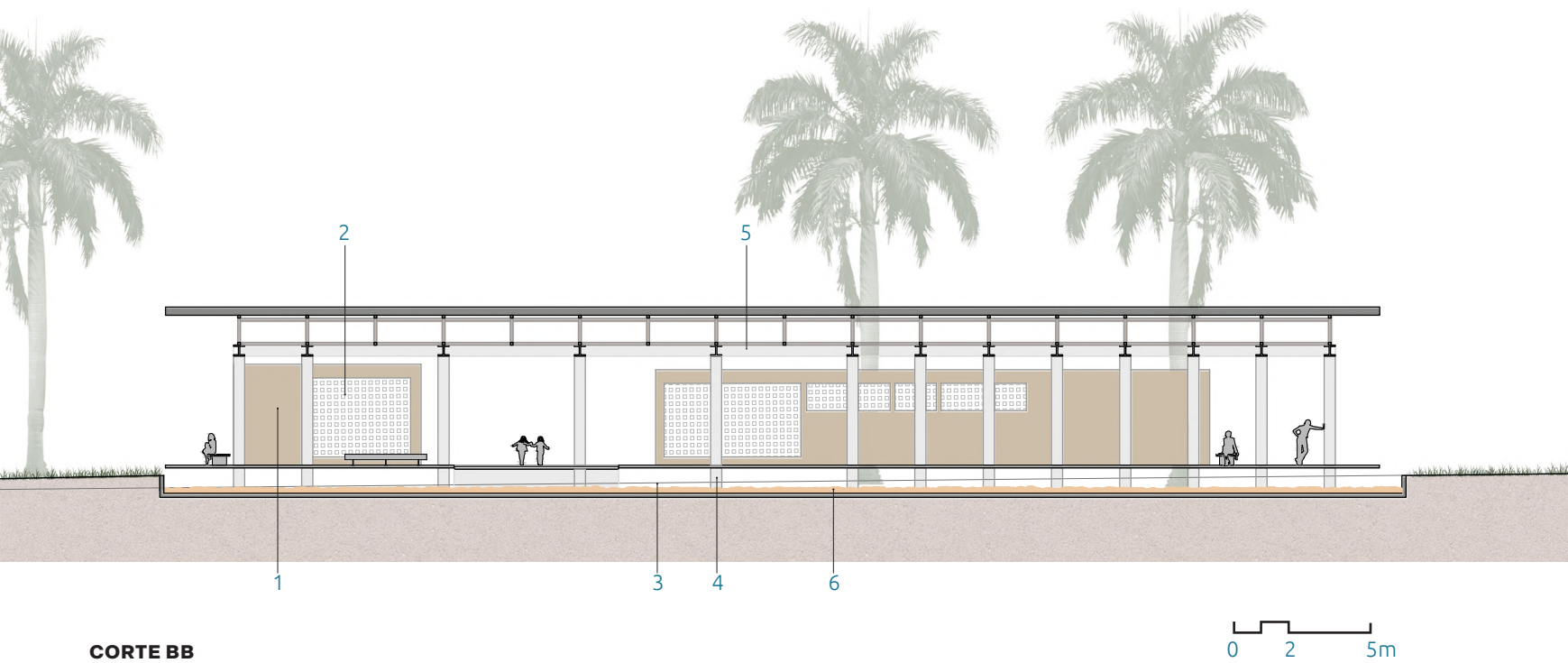
- ① Sala da administração
- ② Depósito
- ③ Guarita e Ponto de informações
- ④ Banheiros para os funcionários
- ⑤ Copa para os funcionários
- ⑥ Bicicletário
- ⑦ Sala de aula
- ⑧ Banheiros
- ⑨ Sala de aula

PISOS

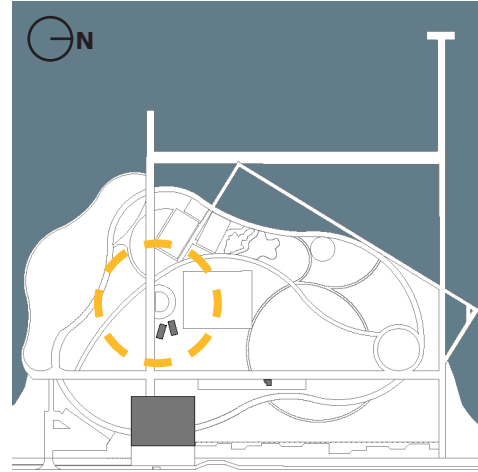
- Deck de madeira plástica
- Cimento queimado cinza
- Piso fulget resinado cor vermelha - Ciclovia
- Piso fulget resinado cor areia
- Placa de concreto permeável - Calçada (20x6x20cm)
- Placa de concreto permeável - Calçada (50x6x50cm)
- Piso fulget resinado cor vermelha (piso drenante) - Ciclovia





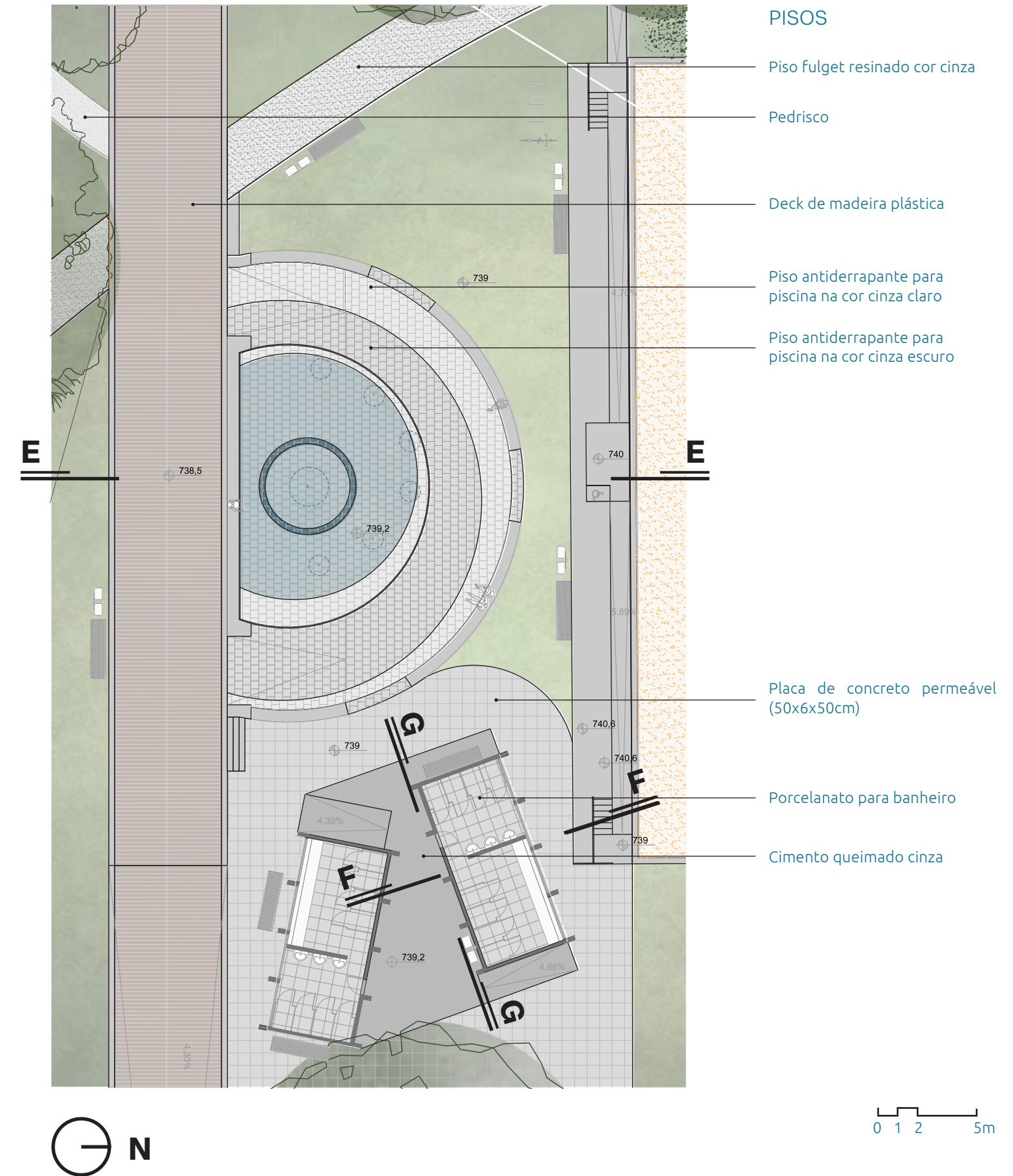




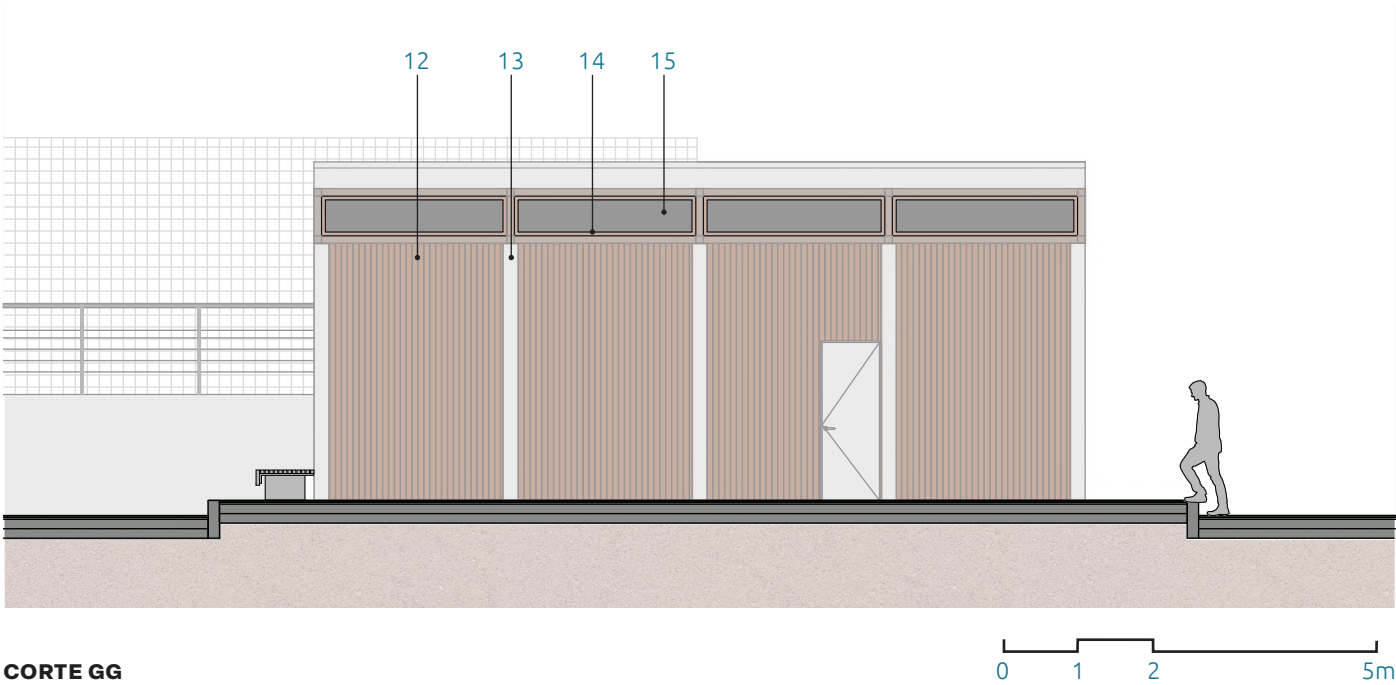
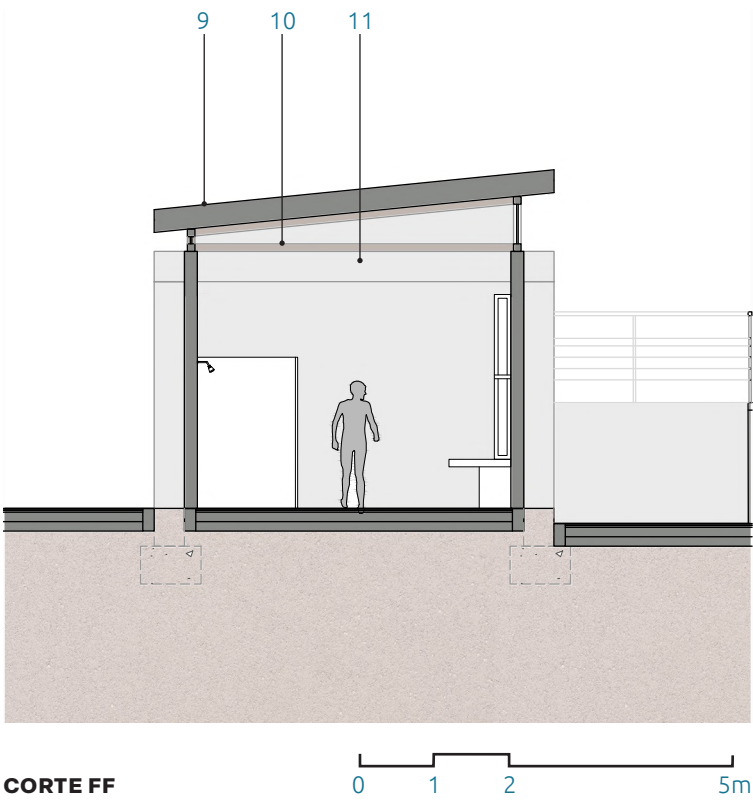
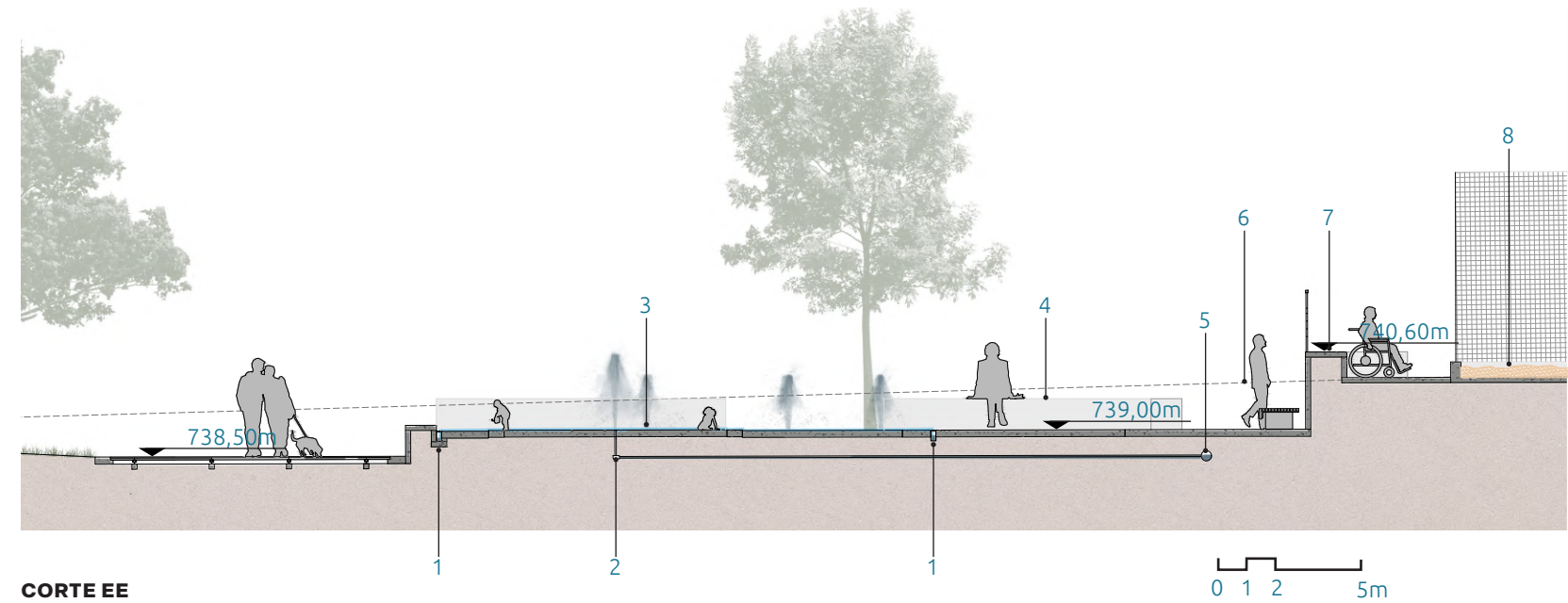


# PRAÇA DAS ÁGUAS E DOS EFLUENTES

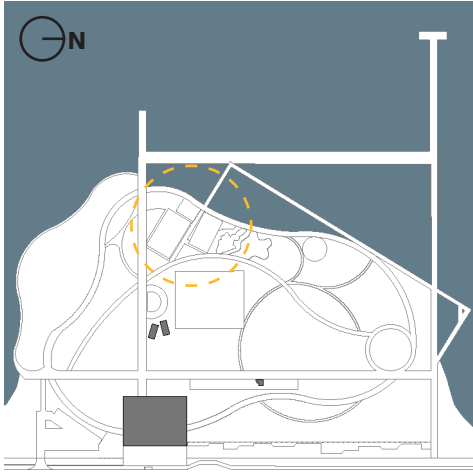
A “Praça das Águas e dos Efluentes” surgiu como resposta aos diversos encontros que esse local proporciona, descritos no capítulo “Os Frequentadores de Sempre e os Eventuais”. As fontes de água de piso seriam um elemento de referência para as pessoas se localizarem e para identificarem uma das estações educacionais. O local levantaria a discussão da importância do serviço de abastecimento de água e de esgotamento sanitário para a manutenção da vida, de forma a reforçar a relevância da universalização do seu acesso e a sua não mercantilização. Vale destacar que a universalização do acesso a esses serviços é garantida pela Lei Federal nº11.445/2007<sup>4</sup>, mas a determinação a define como “ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico”, evidenciando uma restrição para aqueles que não possuem CEP e se localizam fora da área de cobertura dos serviços. Assim, a estação levantaria questionamentos sobre a cobertura dos serviços de água e esgoto, de forma a salientar que os banheiros, chuveiros e bebedouros do parque acessíveis a todos os indivíduos sem distinção seria uma forma de pôr em prática o que deveria ser um direito de fato universal<sup>5</sup>. A estação ainda reforçaria o uso consciente da água, tendo em vista a sustentabilidade do sistema, e sensibilizaria os frequentadores sobre os prejuízos ambientais causados pela falta de tratamento dos efluentes, como a eutrofização e a contaminação dos corpos hídricos, dando ensejo para a visita da estação Águas Pluviais que será especificado mais adiante.











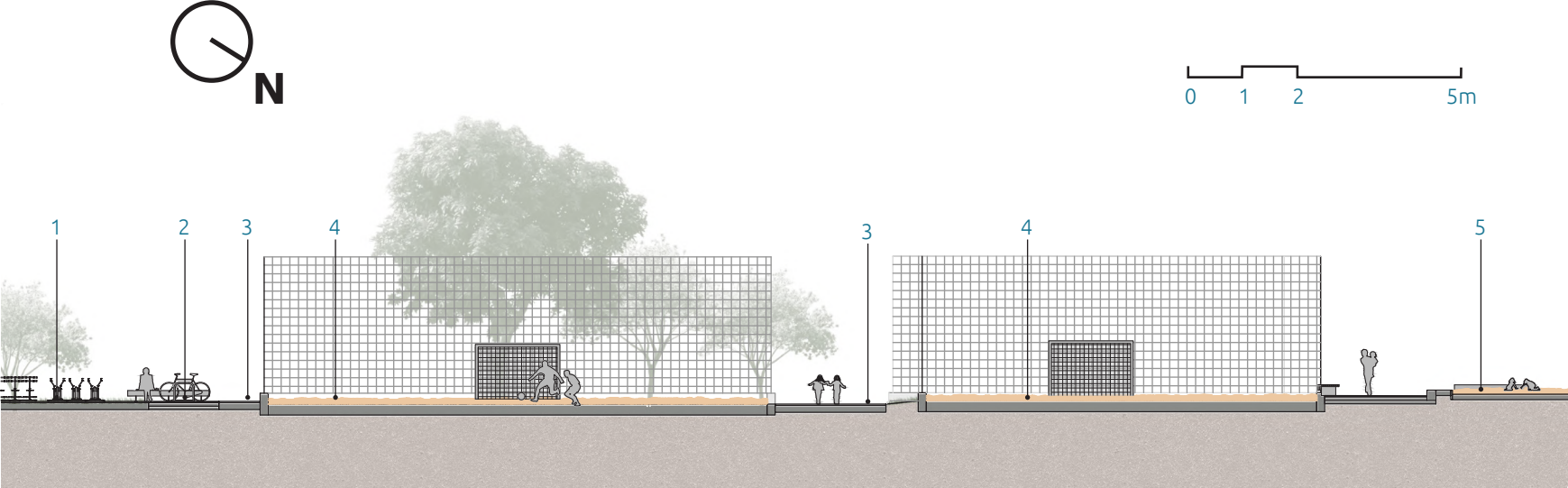
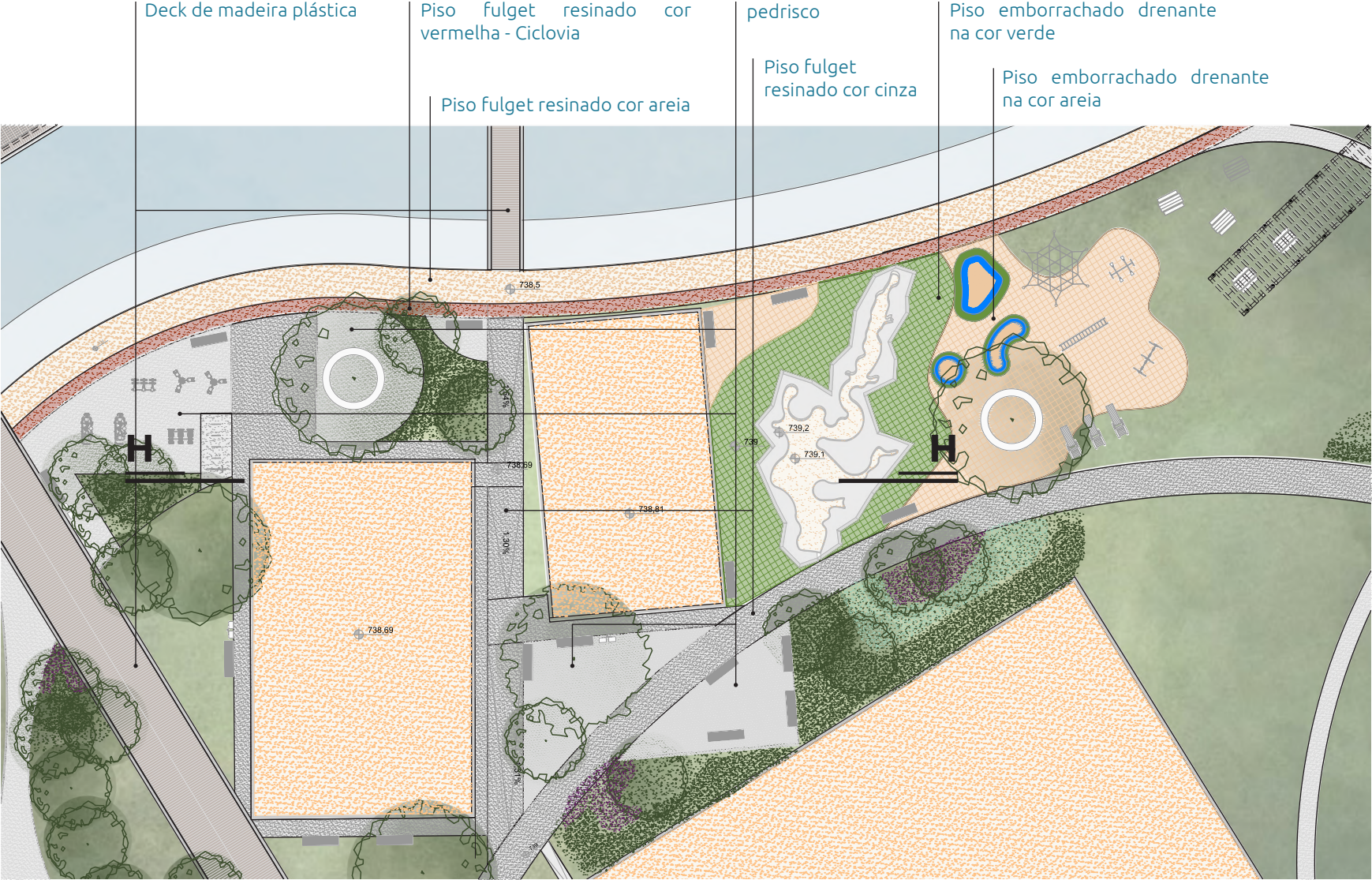
# PARQUINHO, QUADRAS E ACADEMIA AO AR LIVRE

De forma geral, o parquinho pode ser dividido em duas partes: onde se brinca com a areia e onde se brinca com a madeira. No primeiro, propôs-se uma caixa de areia com o formato da represa Guarapiranga, procurando trazer a cartografia do território de uma forma mais lúdica. No segundo, o parquinho se apresenta com programa mais definido a partir dos brinquedos de madeira. Esses equipamentos já fazem parte do programa do parque atualmente, mas a proposta seria trazer mais elementos e reconfigurá-los de forma a criar um núcleo central para brincadeiras diversas.

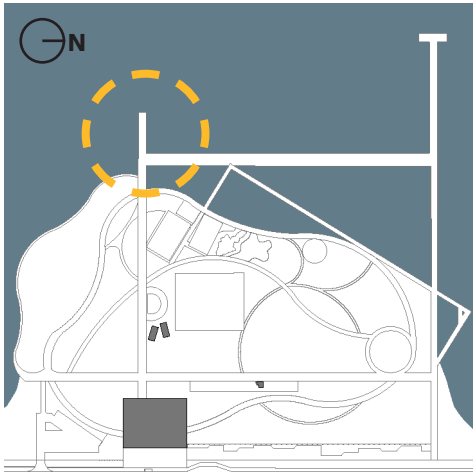
As quadras de areia foram mantidas, mas atualmente se encontram em um estado ruim. Por isso, os equipamentos receberiam novos gols e gradis e haveria uma manutenção do solo para impedir o acúmulo de água.

A academia ao ar livre já faz parte do programa atualmente, porém próximo ao edifício administrativo do parque. Propôs-se que o mesmo fosse implatado mais próximo à represa para que os usuários da academia pudessem se exercitar com a vista do manancial.

- 1. Academia ao ar livre
- 2. Estacionamento de bicicletas
- 3. Piso fulget
- 4. Quadra de areia existente
- 5. Caixa de areia







# BALNEÁRIO

Apesar de muitas das informações expostas no trabalho tenderem à interdição do balneário do Parque Praia do Sol, seja porque as amostras de água provam condições impróprias para banho ou porque a proximidade com os córregos aproximam os banhistas de possíveis efluentes e macrófitas tóxicas, decidiu-se por propor um balneário com infraestrutura. Essa decisão se deu pela observação de alguns casos de balneário que mostraram a curiosa ânsia do ser humano de interagir com a água. O Parque Guaraciaba em Santo André, por exemplo, antes mesmo de ser parque, já era frequentado por banhistas. O grande piscinão, entretanto, também era denominado “Tancão da Morte” em razão do número elevado de afogamentos. Há um balneário perto do Yacht Clube Itaupú, na represa Guarapiranga, que possui um difícil acesso. No meio do caminho de árvores, é necessário se equilibrar em um tronco para cruzar uma área alagada. O fim do trajeto consiste em um bolsão de areia que antecede o manancial. Não há quiosques, banheiros, nem bancos, mas crianças e adultos se refrescam, trazendo o que for preciso para permitir sua permanência. Ambas as situações demonstram os esforços desempenhados pelo indivíduo para entrar na água, seja arriscando a vida, seja passando por uma trilha informal perigosa. A Praia do Sol não é diferente. O potencial de balneário existiu desde o momento que alagaram o território. As experiências mostram que as águas convidam não só banhos, práticas de esporte, contemplação, mas também entram no campo da

religião, tangenciando questões que vão além do racional. Tendo isso em vista, a estação Balneário usaria das práticas de banho para chamar a atenção da população sobre a importância da preservação da represa e os problemas de se banhar em águas contaminadas e explicar as estruturas de manutenção que adequariam o local para banhistas. Assim, uma das informações presentes no totem seria o incentivo do descarte de resíduos nas lixeiras, ato pouco praticado atualmente. Também se informaria sobre a importância de verificar as cores da Bandeira da Cetesb que estaria fincada perto da estação, indicando o Índice de Balneabilidade: próprio ou impróprio. Em relação aos serviços de manutenção, propõe-se que a Sabesp se responsabilize pela limpeza constante das margens, como firmando no Programa



Fig. 47: Bandeira vermelha da Cetesb indicando qualidade da água imprópria para banho.



Fig. 48: Bandeira verde da Cetesb indicando qualidade da água própria para banho.

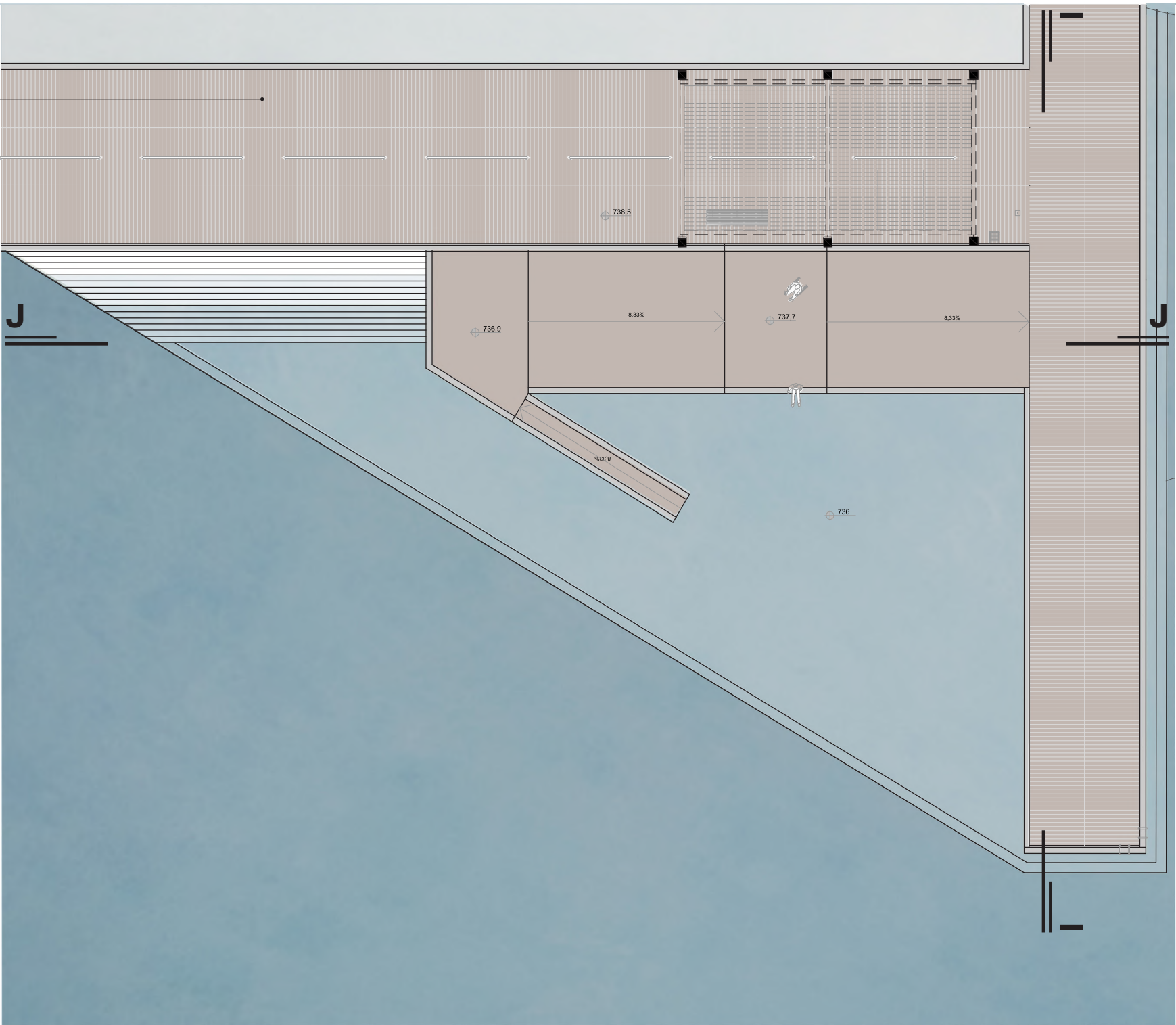
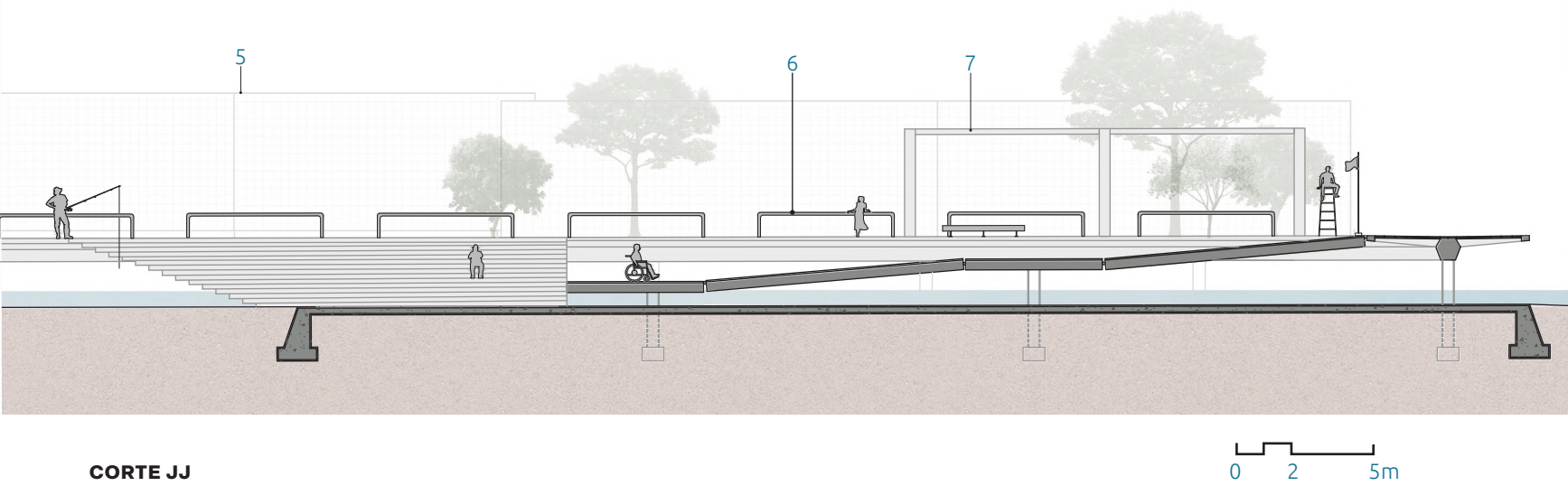
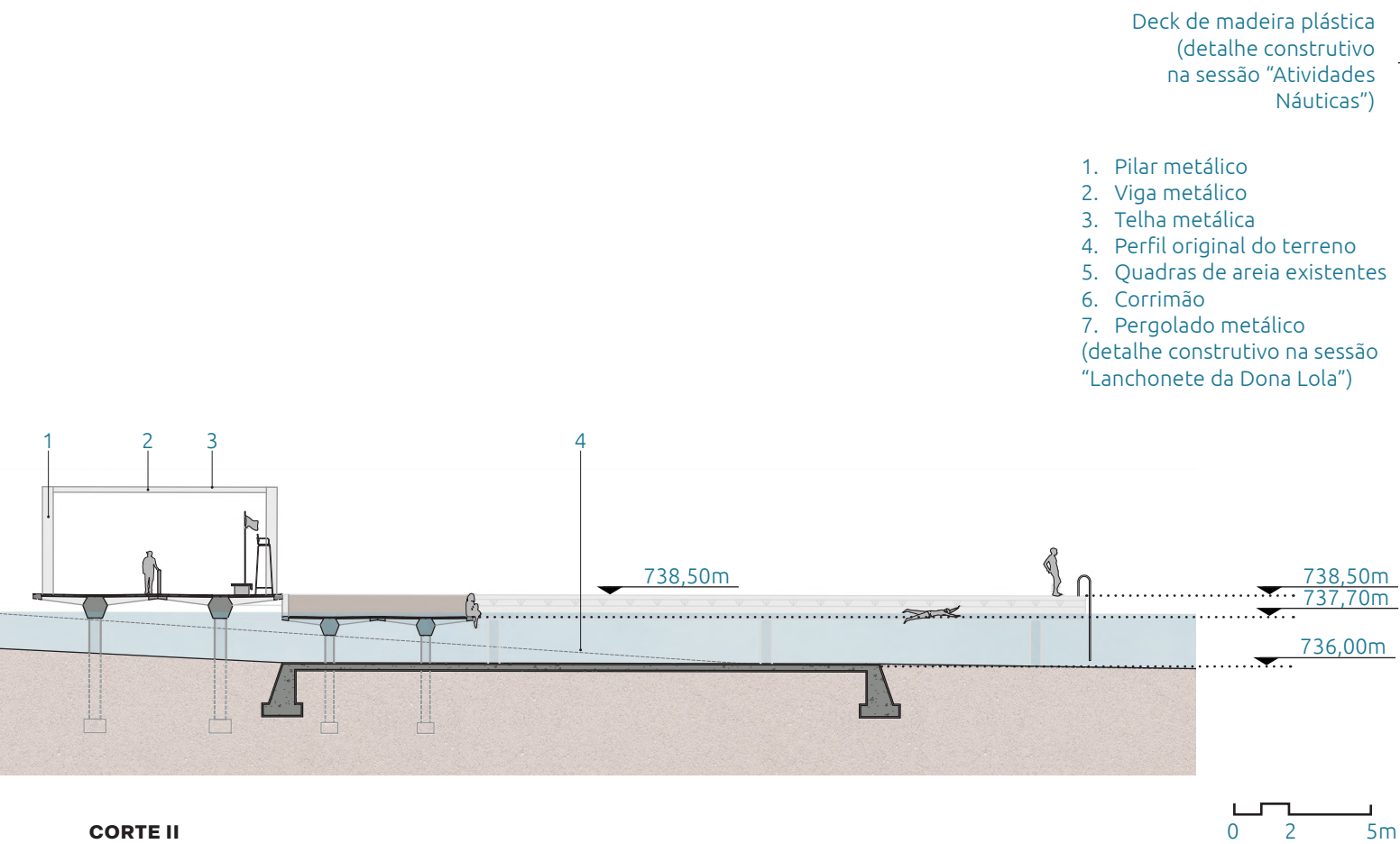


Nossa Guarapiranga, removendo macrófitas e impedindo o processo de eutrofização. Dessa forma, informaria-se a população sobre o serviço, indicando o número da empresa para que denúncias contribuam com a remoção do material.

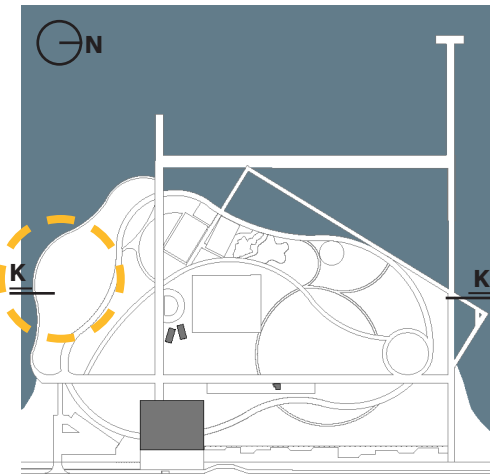
Por fim, o totem convidaria os banhistas a visitarem a estação Águas Pluviais, onde se entraria em mais detalhes sobre a poluição hídrica que se destina aos reservatórios e influenciam nos Índices de Balneabilidade. Cabe destacar que, em razão das poucas infraestruturas que impedem a destinação de poluentes para as águas pluviais, optou-se por não permitir que os visitantes entrem na água próximos aos córregos. O único local para banhistas seria a estação Balneário. Além disso, propõe-se que um guarda-vidas permaneça em terra pelo menos aos finais de semana, quando há maior número de frequentadores.

Em relação aos desenhos, usou-se como cota máxima 737,85 metros com base no máximo maximorum determinado pela Lei da APRM-G <sup>6</sup>. Com relação à cota mínima, sobrepôs-se as imagens satélites do Google Earth dos anos de 2008 a 2024 com as cotas disponibilizadas pelo arquivo DWG do parque e concluiu-se que o nível se aproxima dos 734 metros.







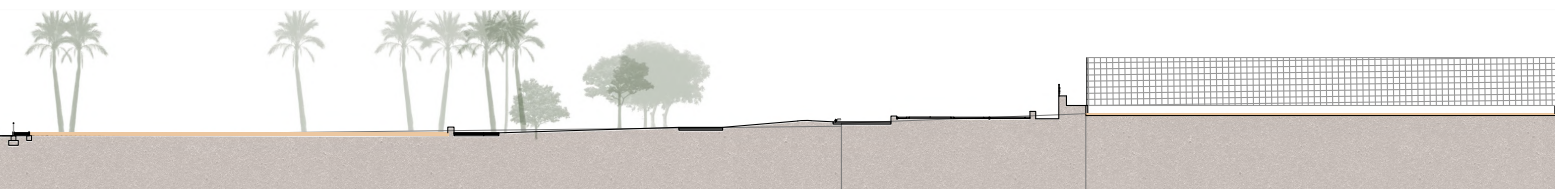


# PRAIA

Apesar da praia não integrar o circuito educativo, o local possuiria totens explicando a importância de se visitar as estações Balneário e Águas Pluviais, que justificariam porque seria proibido acessar a água nesse local. Haveria um mapa indicando a proximidade do córrego e as referidas estações, informando ao visitante certas condicionantes geográficas que interferem na qualidade da água nos diferentes pontos da represa. Alguns elementos do projeto também indicam que o lugar não é apropriado para banho: os guarda-corpos das margens e o talude de pedras.

A proposição de um grande banco de areia se inspirou nas observações feitas a campo nos períodos em que a represa estava baixa e o solo arenoso emergia. Com a extensão da área em terra pelo recuo das águas, as pessoas tinham mais espaço para estender suas cangas para deitarem e para beberem e comerem mais espalhadas. Como essas práticas dependem dos períodos mais secos, propôs-se construir uma área com areia que não alagasse, garantindo a existência desse espaço durante todo o período do ano.

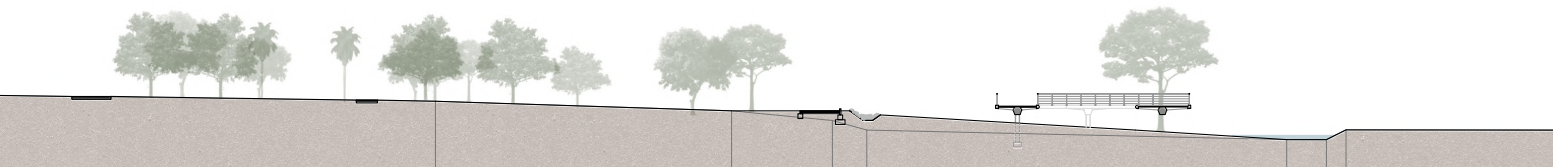
Vale destacar que o local atualmente é ocupado pela Marina Guarapiranga, mas se propôs integrar a área para o parque, uma vez que as visitas evidenciaram que o local se aproxima mais a um cemitério de barcos do que a uma Marina. Não há cobertura para as embarcações que se encontram em estado bastante deteriorado.



DETALHE DO CORTE KK

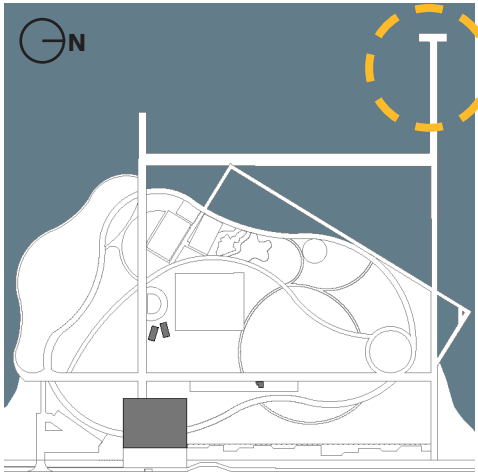


- 1. Pedras
- 2. Manta geotêxtil
- 3. Piso fulget resinado cor areia; camada de fixação; camada de regularização
- 4. Camada de pedrisco
- 5. Camada de brita
- 6. Areia
- 7. Perfil original do terreno



CORTE KK



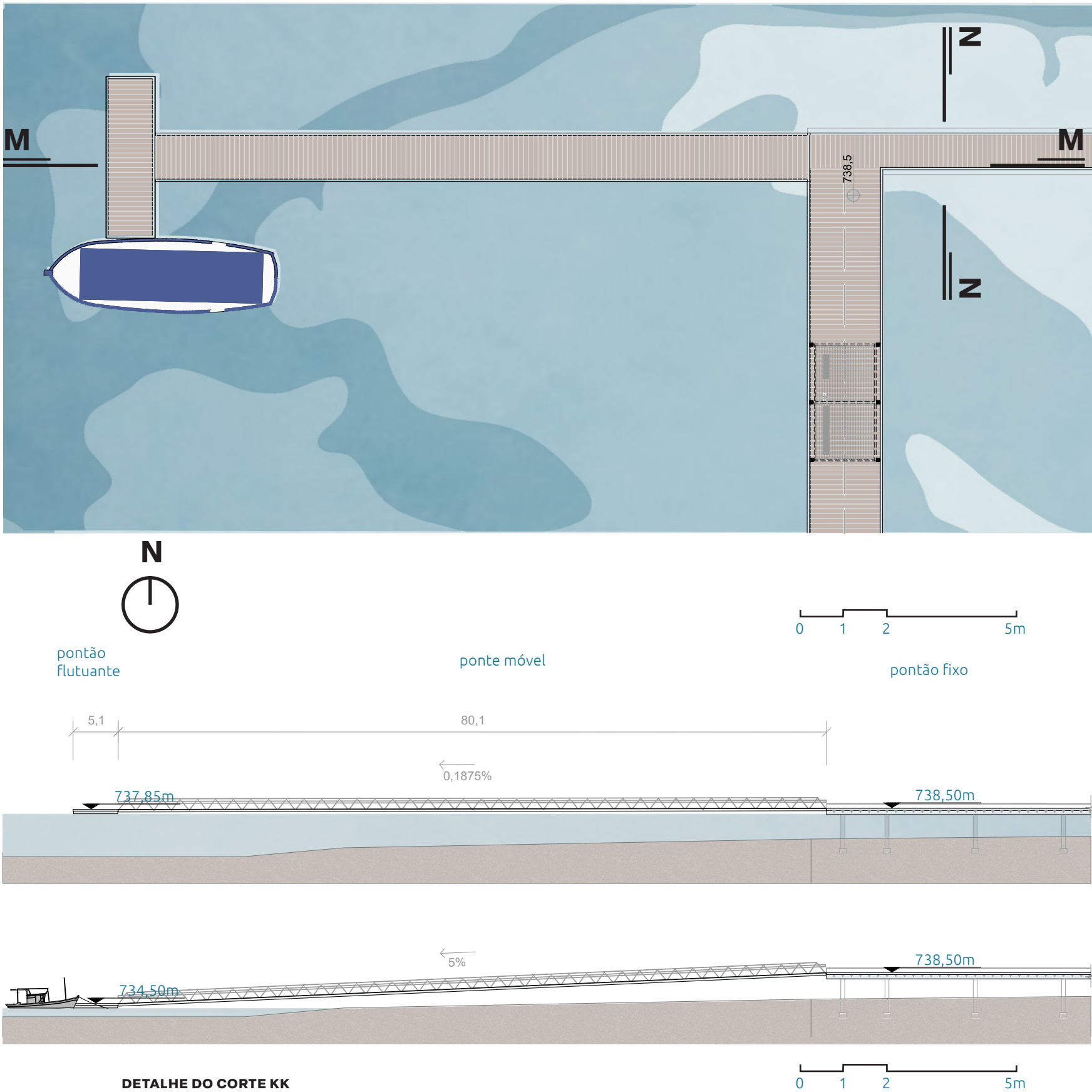


# ATIVIDADES NÁUTICAS

A estação Atividades Náuticas teria o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância da preservação do manancial a partir das atividades náuticas do serviço de traslado do Barco do Seu Zé para a Ilha dos Amores e dos eventos promovidos pela Prefeitura de São Paulo. Apesar da presença dessas práticas, destaca-se que o Parque Praia do Sol não teria infraestrutura para possuir uma Marina nem um Estaleiro que abrigassem os equipamentos e fizesse a manutenção. Os funcionários responsáveis pelas atividades náuticas teriam que negociar com alguma Marina da represa Guarapiranga, parceria que ocorre com certa frequência, como mencionado nos capítulos anteriores.

Para proposição do píer, posicionou-se o pontão flutuante na cota 734 metros, referência do nível mais crítico da represa e propôs-se uma inclinação que não ultrapasse os 8,33%, recomendada pelas normas de acessibilidade para rampa.

Apesar de atualmente, as atividades náuticas terem maior repercussão com os eventos da Prefeitura de São Paulo, as notícias prevêem crescimento dessa prática. Em 2022, uma consulta pública foi realizada sobre a Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de concessão dos serviços de gestão, operação e manutenção dos parques municipais da orla da Represa Guarapiranga, incluindo o Parque Praia do Sol. O documento intitulado “Plano Arquitetônico Referencial”<sup>7</sup> resalta o potencial turístico e ecoturístico que poderia ser aproveitado nas áreas verdes e em uma possível rota hidroviária que conectaria todas





essas áreas verdes. Além disso, logo depois da inauguração do Aquático-SP, na represa Billings, primeira embarcação integrante do sistema de transporte público, começaram a serem divulgados os projetos para o hidroviário na Represa Guarapiranga. O mapa publicado liga o Clube Náutico Guarapiranga ao Parque da Barragem da Represa Guarapiranga<sup>8</sup>. Essas informações geram indícios de que há interesse em explorar o hidroviário no manancial, ressaltando a importância da presença do píer no Parque Praia do Sol.

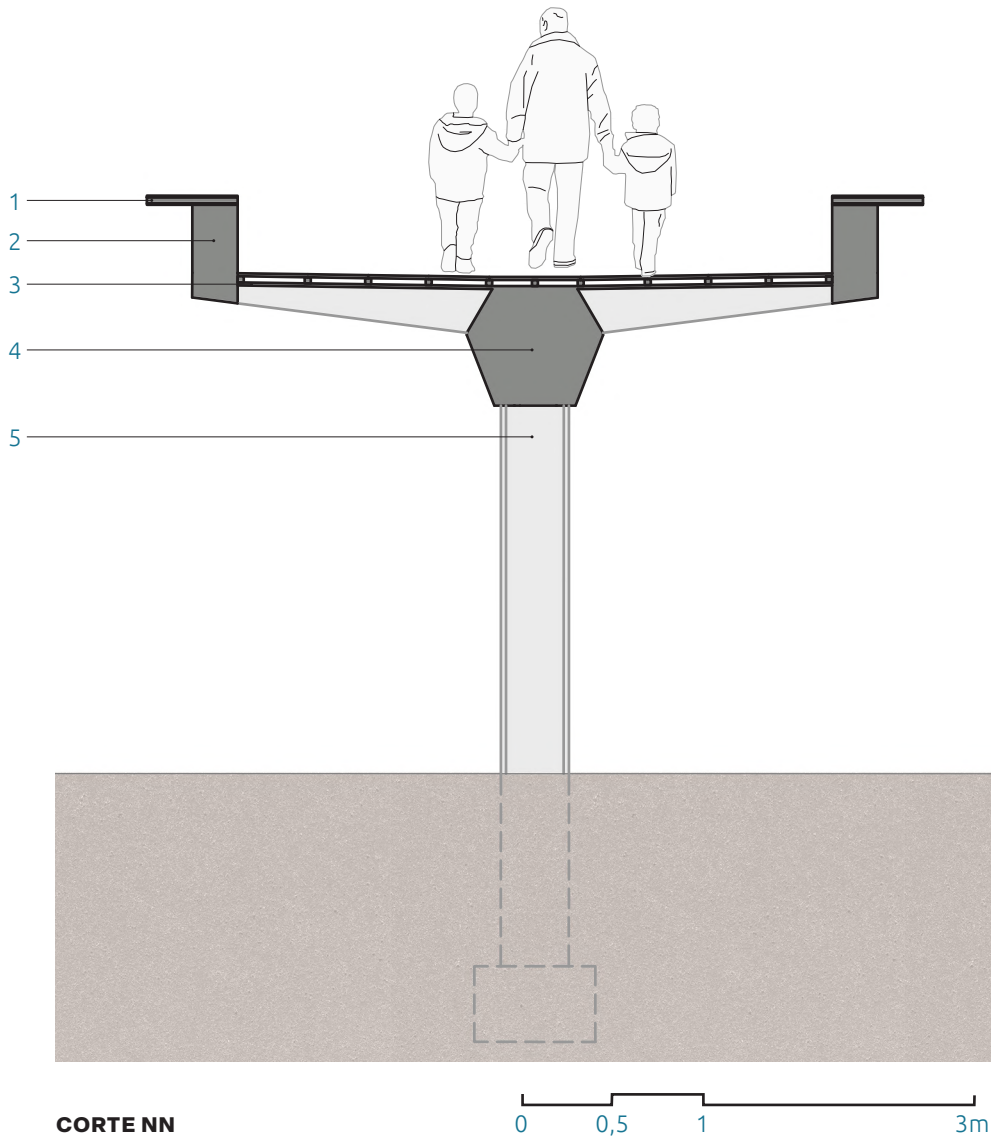
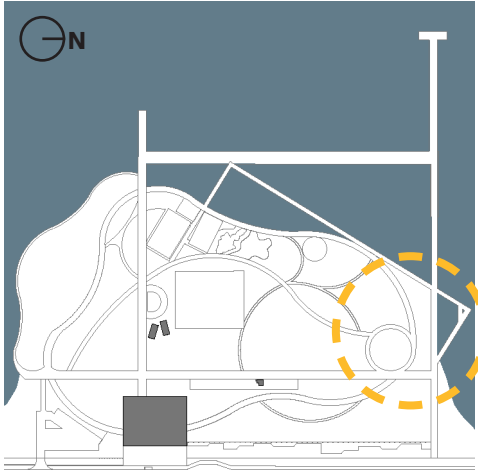


Fig. 49: Mapa da proposta de passeio náutico entre os parques da PPP. Elaboração da SPParceiras.



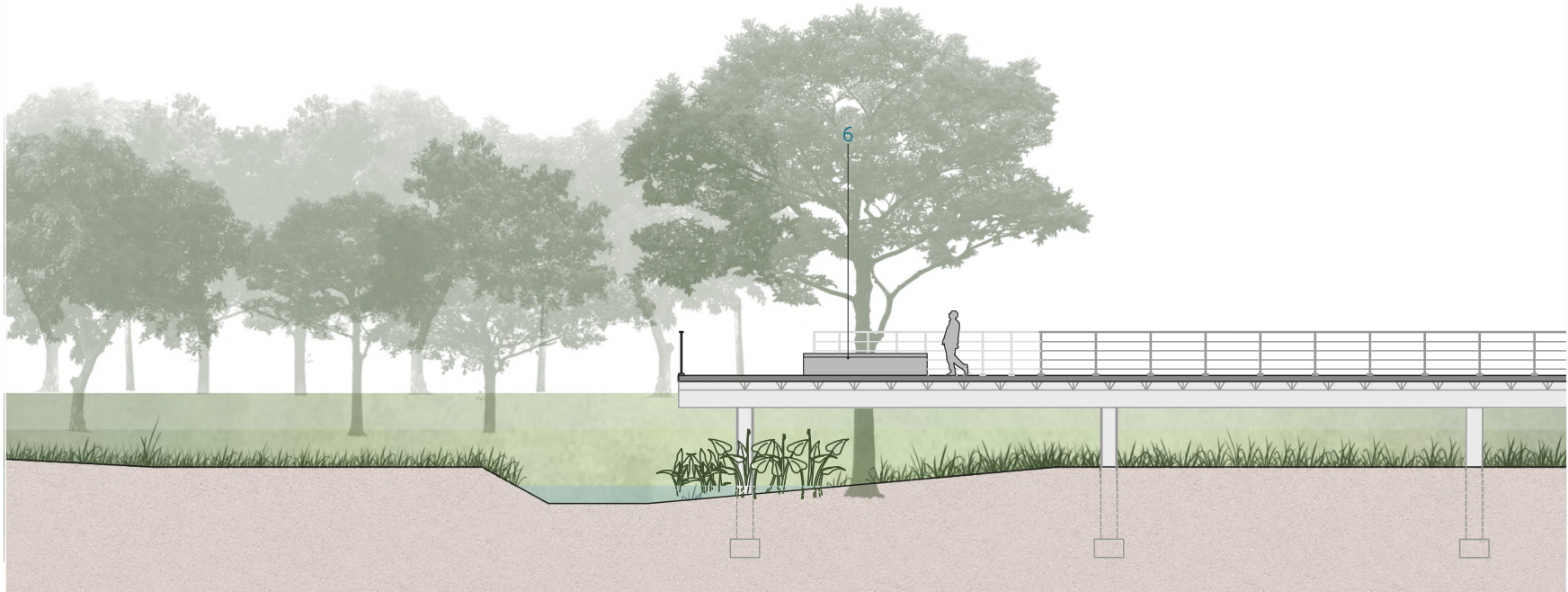
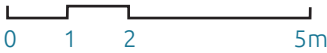
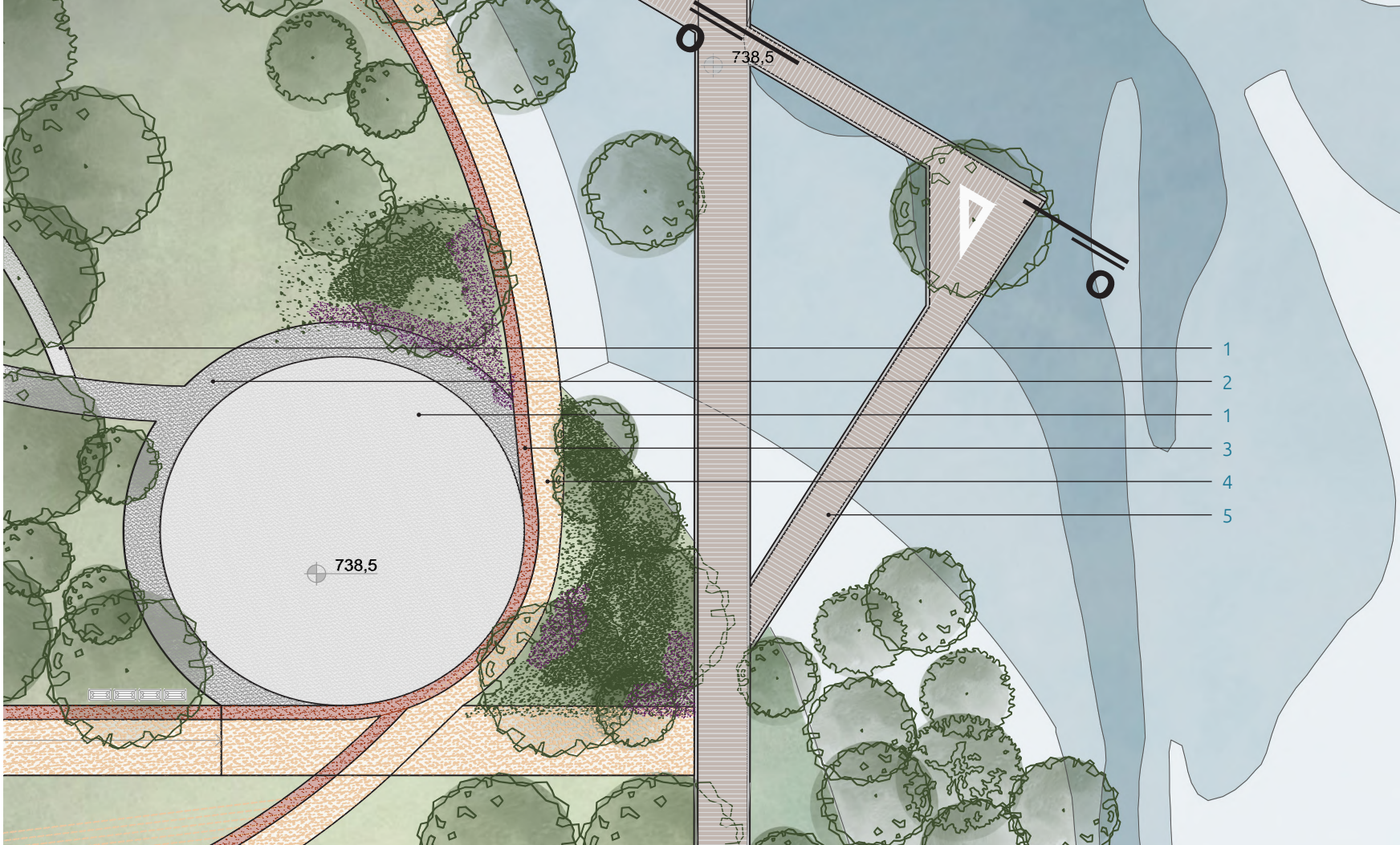


# ÁGUAS PLUVIAIS

A estação Águas Pluviais aproxima os visitantes do córrego presente ao lado do Parque Praia do Sol para sensibilizar os visitantes quanto à qualidade da água que se destina aos reservatórios. Dessa forma, abordaria-se os problemas de governança e infraestrutura da gestão das águas pluviais que acabam por direcionar considerável quantidade de poluição difusa nos corpos hídricos. Também se alertaria sobre a periculosidade das ligações clandestinas e os impactos ao meio ambiente, incentivando a população a se conectar às redes de esgoto, cobrando dos agentes públicos o fornecimento dessa infraestrutura. As explicações sobre a poluição dos córregos e a consequente produção de macrófitas e o processo de eutrofização complementariam as informações da estação Balneário, que alertariam sobre o índice de poluição da água para os banhistas.

Em razão dessas condicionantes do sistema de águas pluviais, optou-se por não permitir que os visitantes entrem na água próximos aos córregos. O único local para banhistas seria a estação Balneário.

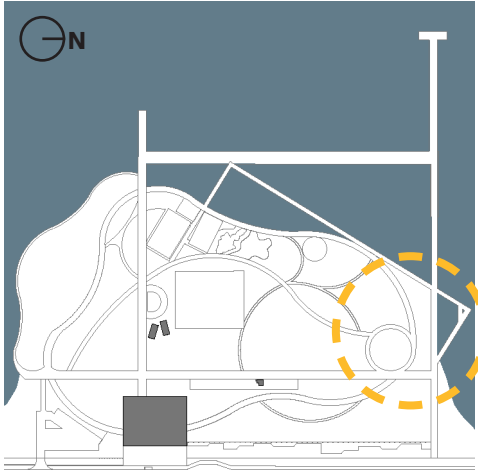
- 1. Pedrisco
- 2. Piso fulget resinado cor cinza
- 3. Piso fulget resinado cor vermelha - Ciclovía
- 4. Piso fulget resinado cor areia
- 5. Deck de madeira plástica (detalhe construtivo na sessão “Atividades Náuticas”)
- 6. Banco de madeira



CORTE 00







# GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A estação Resíduos Sólidos foi desenhada com um formato circular para remeter a alguns princípios da gestão integrada de resíduos sólidos: a logística reversa e a reciclagem. De forma geral, o primeiro defende que os materiais produzidos pelo setor produtivo não se destinem aos aterros sanitários e sim retornem ao ciclo produtivo ou por meio da reciclagem ou para geração de energia, remetendo a uma lógica circular de uso da matéria-prima<sup>9</sup>. A Lei Federal N°12.305 reforça esse conceito ao instituir

“a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção <sup>10</sup>.

A determinação explícita a necessidade de um esforço conjunto ao longo de todo o ciclo do material, colocando os visitantes do parque como parte integrante e imprescindível para o adequado destino desses resíduos. A estação também alertaria que o descarte incorreto do lixo acaba por poluir os corpos hídricos, seja porque a latinha, garrafa pet ou guardanapo voaram e caíram na represa, seja porque esses resíduos jogados na rua foram transportados pela chuva até a boca de lobo, chegaram aos córregos e desembocaram na represa.

Além do totem com as explicações sobre os resíduos

sólidos, a estação abrigaria exposições temporárias de artistas ou instituições engajadas com a redução da poluição dos resíduos sólidos, como o Eduardo Srur e a Associação Imargem, além de promover discussões sobre o assunto.

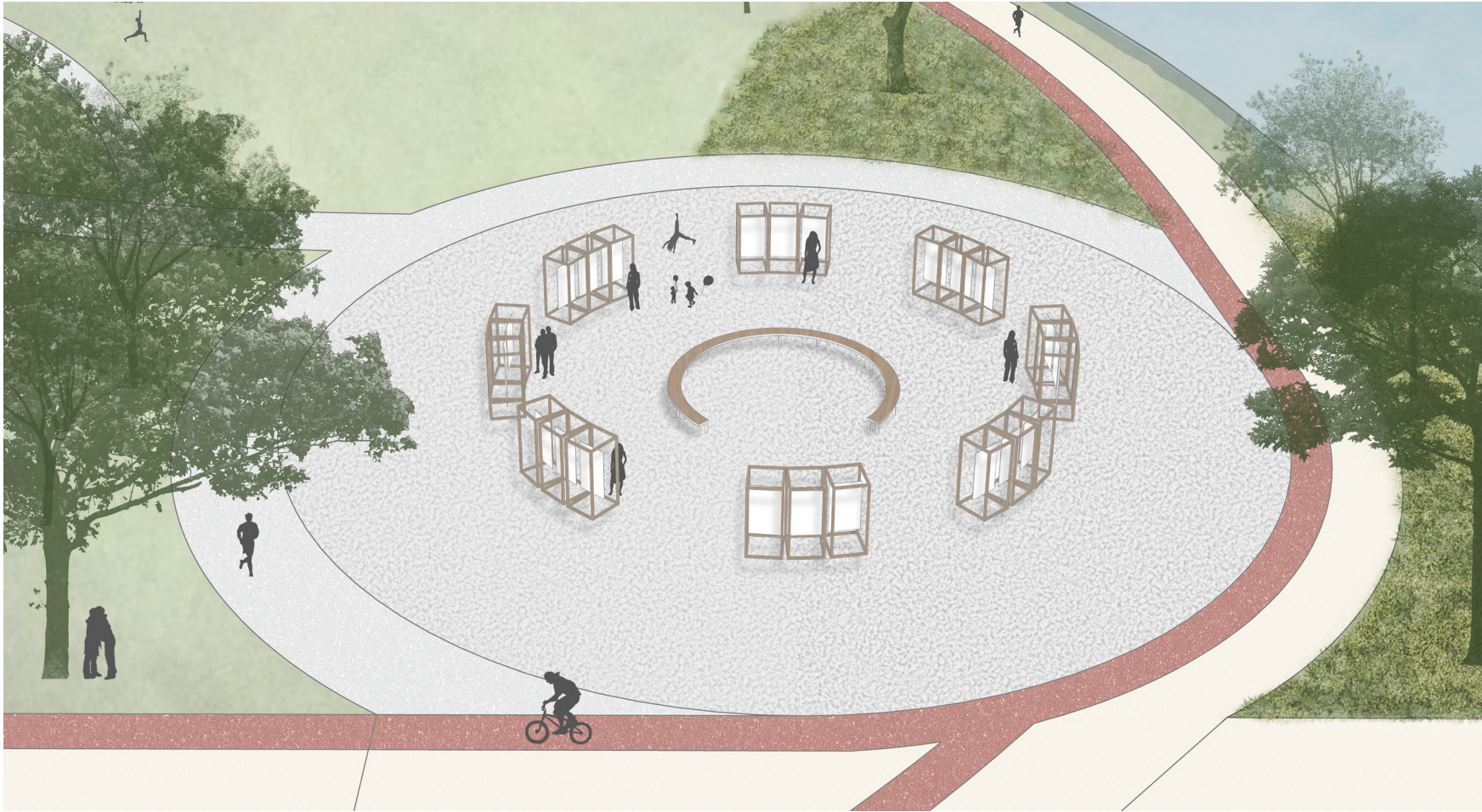
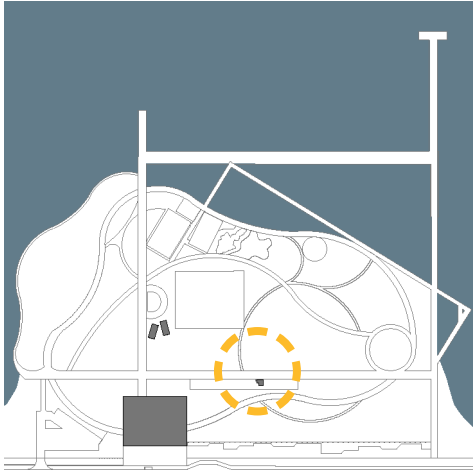


Ilustração de uma exposição que poderia acontecer na estação Gestão de Resíduos Sólidos.

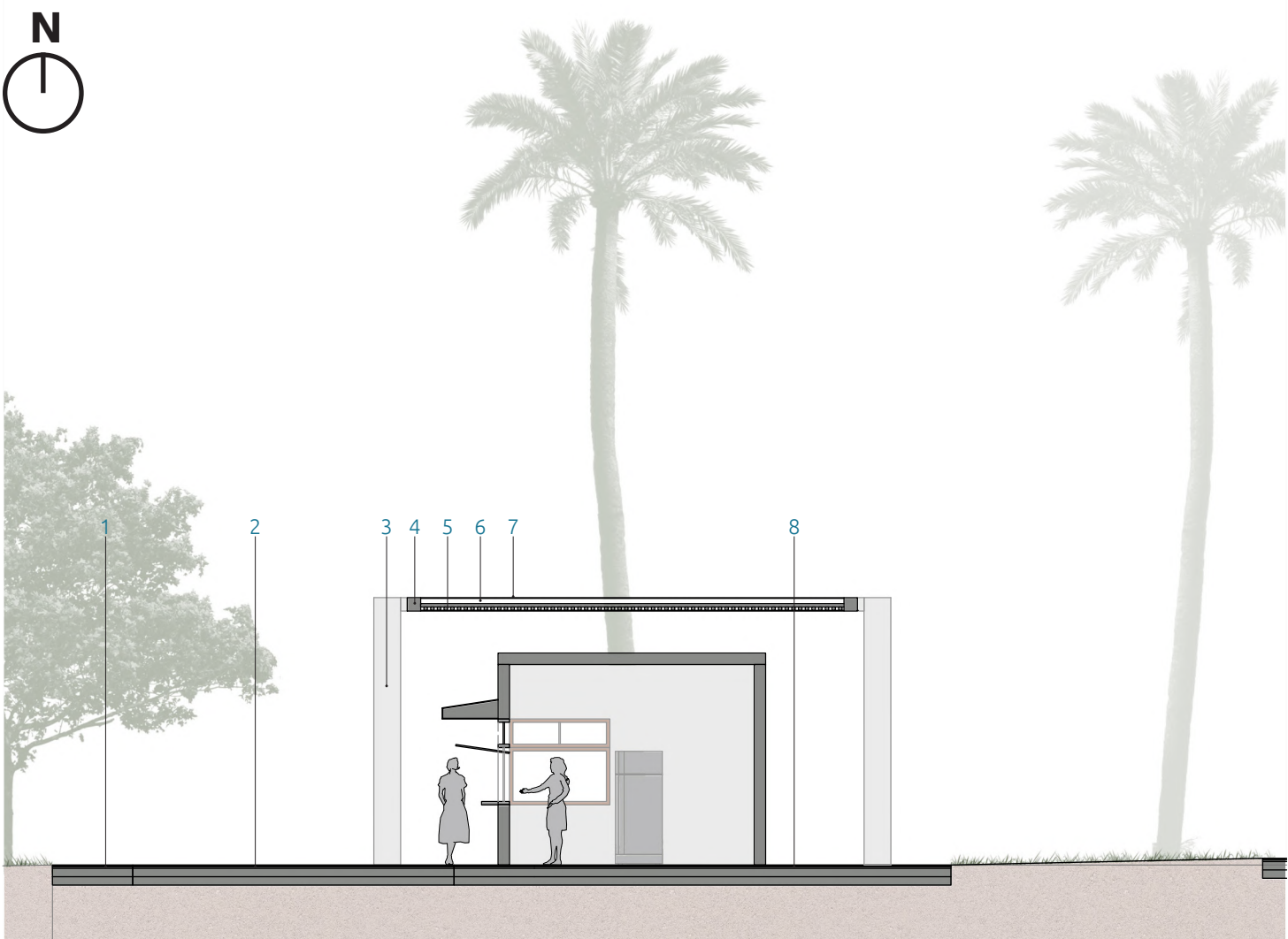
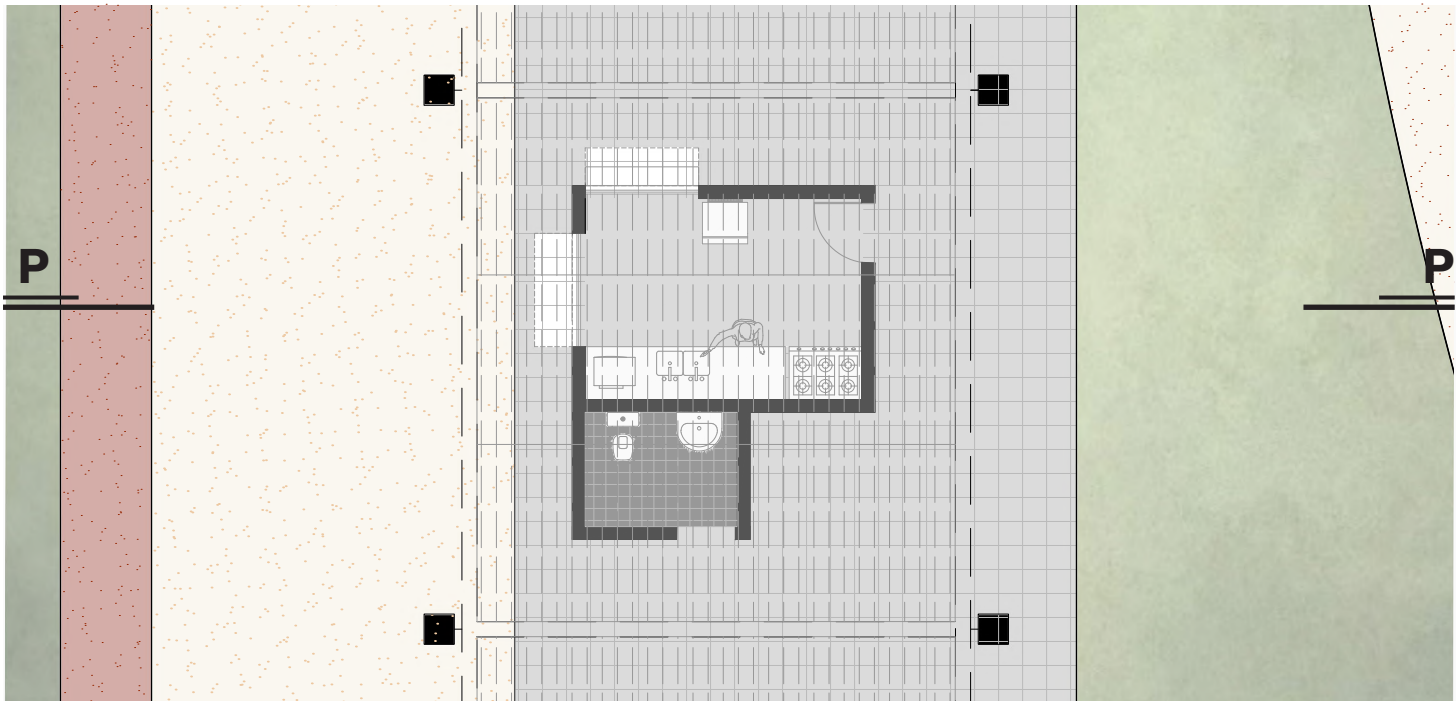




# LANCHONETE DA DONA LOLA

Os quiosques e a residência da família da Dona Lola seriam removidos. As edificações infringem a Lei de APP, além de gerarem conflitos administrativos entre a propriedade privada e a pública. Por outro lado, criou-se uma lanchonete no Parque como forma dos parentes da Dona Lola conseguirem um sustento e amenizar os impactos da remoção. Certamente, essa proposta não resolve o problema dessas pessoas que terão que se mudar sem a certeza de que encontrarão uma moradia digna. O direito à moradia concerne à SEHAB, porém inúmeros casos demonstram que a promessa da casa própria demora anos ou não se adequa às condições financeiras e da vida pessoal da família. Essa situação evidencia uma das questões recorrentes da região dos mananciais: a necessidade de provisão de moradias de baixa renda para desocupação das margens da represa. Ainda que o escopo do trabalho não tenha se focado nos problemas habitacionais da região de mananciais, preferiu-se fazer uma consideração breve sobre a questão, entendendo que a remoção de famílias em áreas de APP se trata de uma ação complexa.

- 1. Piso fulget resinado cor vermelha - Ciclovia
- 2. Piso fulget resinado cor areia
- 3. Pilar metálico
- 4. Viga metálica
- 5. Ripas de madeira de acabamento
- 6. Viga metálica
- 7. Telha metálica
- 8. Placa de concreto permeável (20x6x20cm)



CORTE PP

0 1 2 5m



## 8.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos feitos sobre o Parque Praia do Sol permitiram compreender um recorte da represa Guarapiranga. Certamente, as análises levantadas não incluem todas as questões que a região dos mananciais abrange, como os problemas da falta de moradia para a população de baixa renda e o crescimento das milícias no mercado imobiliário. Entretanto, as análises feitas na área verde escolhida oferecem subsídios para compreender os demais parques de orla do reservatório, já que partem de condições e contextos semelhantes.

Como visto nos capítulos anteriores, o Parque Praia do Sol surgiu como uma tentativa da ODA de diminuir as ocupações irregulares nas margens da represa, assim como aconteceu com o Parque da Barragem de Guarapiranga, do Linear Castelo, do Linear Nove de Julho e do Linear São José<sup>1</sup>. Porém, com o enfraquecimento das ações da Operação, a implantação dos parques se reduziu à função de proteção do manancial, relegando os usos de lazer e esporte. Apesar de haver quadras, banheiros e mobiliário, os parques de orla da represa Guarapiranga carecem de manutenção, como reforça o Indicador de Parques Urbanos de 2019 da Fundação Aron Birmann que classificou

cinco das seis áreas verdes com notas entre “ruim” e “regular”. O cenário de abandono dessas áreas verdes, portanto, deve-se aos problemas estruturais da administração pública, impedindo que os parques de orla ganhem projeção.

Além disso, por se tratar de uma nova categoria de espaço público, retomando as discussões levantadas na “Introdução”, verifica-se certa dificuldade em reconhecer as especificidades dessas áreas verdes. Diferentemente dos parques urbanos e lineares, as atividades próximas ao manancial implicam em investimentos em segurança adaptada a esse meio, como os botes, os bombeiros e os píeres, bem como em serviços que garantem maior balneabilidade, como a remoção de macrófitas e os projetos voltados à diminuição da poluição difusa. Como há pouca vontade política para resolver as falhas da governança dos serviços de saneamento básico, questão que tange toda a cidade, compreende-se as resistências em criar novos custos dos parques de orla para a administração pública.

Ainda que as constatações caminhem na contramão do desenvolvimento dessa categoria, o assunto vem ganhando projeção. Primeiramente, as crises hídricas, como as ocorridas em São Paulo em 2014 e 2015<sup>2</sup>, vem chamando a atenção dos problemas da região dos mananciais. Como a vegetação é um dos fatores que contribuem para a manutenção das águas, os parques de orla passam a ter maior espaço nas discussões. O hidroviário é outro assunto que coloca essas áreas verdes na agenda política. O “AquáticoSP” inaugurado na represa Billings tornou o Parque Cantinho do Céu uma espécie de porto, uma interface entre as atividades na água e na terra. Com o avanço desse tipo de modal, os parques de orla extrapolarão sua função de equipamento de lazer e esporte para fazerem parte também do sistema de transporte da cidade. Mesmo que tais projetos ainda não tenham mudado a precariedade apontada no presente estudo, no dia 07 de maio de 2024, data próxima da conclusão desse trabalho, publicou-se o Plano de Gestão dos Parques da Orla da Represa Guarapiranga<sup>3</sup>, demonstrando que essa área verde vem se fortalecendo como



conceito dentro da Prefeitura.

Considerando o exposto, espera-se que os parques de orla recebam a importância devida. Na escala humana, representam um espaço onde é possível nadar, jogar bola, batizar. Na escala da bacia, contribuem para a boa qualidade da água de todo um sistema hidrográfico, responsável por manter ecossistemas naturais e artificiais. Os parques de orla, portanto, integram-se intimamente às questões ligadas à represa, de modo que sua conservação influencia diretamente em toda a região de mananciais.



# 8.

## REFERÊNCIAS

### INTRODUÇÃO

1.ZERBONE , Mariana Alves De Albuquerque. Parques urbanos: Transformações e permanências ao longo da história. Vitruvius, 2020. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.247/7960>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

2.SAKATA, Francine Gramacho. Parques Urbanos no Brasil 2000 a 2017. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

3. ALEX, Sun. Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

4. Brasil (Federal). Presidente da República, Lei 12.651, de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a

Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, 28 mai. 2012. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em 17 jun. 2024.

5. GALENDER, Fany; CAMPOS, Ana Cecília M. de Arruda. Ações públicas em São Paulo voltadas para recuperação dos corpos d’água: percepção e apropriação. APP Urbana 2014, set 2014. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5311438/mod\\_resource/content/1/A%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%ABlicas%20em%20S%C3%A3o%20Paulo%20voltadas%20para%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20de%20corpos%20d%C3%A1gua.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5311438/mod_resource/content/1/A%C3%A7%C3%B5es%20p%C3%ABlicas%20em%20S%C3%A3o%20Paulo%20voltadas%20para%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20de%20corpos%20d%C3%A1gua.pdf)>. Acesso em: 8 maio 2024.

6. TAKAESU, Luciana Satiko. Potencial para o lazer dos parques municipais de São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2014.

7. CASIMIRO, Matheus. Vira praça, vira parque. In: Blog da paisagem, 11 mar. 2016. Disponível em: <https://blogdapaisagem.wordpress.com/2016/03/11/vira-praca-vira-parque/>. Acesso em: 8 maio 2024.

8. Instituto Socioambiental (ISA). Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para a gestão. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/F0L00005.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2024.

9. São Paulo (Município). Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL). 2022. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/arquivos/Planpavel/PLANPAVEL-VERSAO-COMPLETA.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Planpavel/PLANPAVEL-VERSAO-COMPLETA.pdf)>. Acesso em 02 fev. 2024.

### DÁ PARA NADAR NA GUARAPIRANGA?

1. SEABRA, Odete Carvalho de Lima; SPÖRL, André. A Lei de Proteção aos Mananciais versus A Prática Social de Ocupação na Bacia do Guarapiranga. Revista do Departamento de Geografia, n. 11, p. 113-129, 1997.

2. ARAÚJO, Ricardo ; SOLIA, Mariângela. Guarapiranga 100 anos. São Paulo: Fundação Energia



e Saneamento, 2014.

3. KUTNER, Arnaldo Sérgio; PALERMO, Marco Antonio; ZUCCOLO, Renato Mattos. Águas do Alto Tietê. São Paulo: Marco Antonio Palermo, 2015.

4. NICOLINI, Henrique. Tietê: o rio do esporte. São Paulo: Phorte, 2000.

5. São Paulo (Município). Comitê Gestor dos Serviços de Água e Esgoto da Capital Paulista. Plano Municipal de Saneamento Básico de São Paulo, 2019.

6. São Paulo (Município). Chefe de Governo. Decreto nº 62.690, de 23 de agosto de 2023 - Regulamenta o artigo 3º da Lei nº17.104, de maio de 2019, que institui a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas, bem como cria o Comitê Municipal de Segurança Hídrica - CSH, 24 ago. 2023. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-62690-de-23-de-agosto-de-2023>>. Acesso em: 28 maio 2024.

7. INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO. O Esgotamento Sanitário nas Áreas Urbanas Precarizadas. 22 nov. de 2023. (1:44:24). [webinário]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tCsbzbfwSjg&t=3907s>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

8. SAMPAMAI SRURAL. Sobre a Sampa + Rural. In: Sampamaistrural. Disponível em: <<https://sampamaistrural.prefeitura.sp.gov.br/sobre>>. Acesso em: 20 fev. de 2023. São Paulo (Município). Chefe de Governo. DECRETO Nº 62.690 DE 23 DE AGOSTO DE 2023. Regulamenta o artigo 3º da Lei nº 17.104, de 30 de maio de 2019, que institui a Política Municipal de Segurança Hídrica e Gestão das Águas, bem como cria o Comitê Municipal de Segurança Hídrica - CSH. Diário Oficial da Cidade, 24 ago. 2023.

9. PROGRAMA LIGUE OS PONTOS (São paulo). Saneamento Básico: Caminhos para o atendimento adequado de esgotamento sanitário na zona sul rural do município de São Paulo. São Paulo, abril de 2021. (não publicado)

10. ALVES, Francisco Glauber César; ARAÚJO, Flávia Telis de Vilela. Sistemas de abastecimento em comunidades rurais do semiárido: a implantação do SISAR em Cristais, Cascavel, CE. Revista Tecnologia, v. 37, p. 78-86, 16 set. 2014. DOI <https://doi.org/10.5020/23180730.2016.V37.1/2.78-86>. Disponível em: <<https://ojs.unifor.br/tec/>

[article/view/5695](https://ojs.unifor.br/tec/article/view/5695)>. Acesso em: 23 maio 2024.

11. São Paulo (Estado). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Fiscalização Integrada. In: Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://semil.sp.gov.br/sma/mananciais/>>. Acesso em 19 de fev. de 2024.

12. TESCH, Walter. Operação Defesa das Águas: desafio da gestão integrada dos mananciais de São Paulo 2005-2008. Issuu, 2017. Disponível em: <[https://issuu.com/aguaambiente/docs/dossi\\_\\_opera\\_\\_\\_o\\_defesa\\_das\\_\\_agua](https://issuu.com/aguaambiente/docs/dossi__opera___o_defesa_das__agua)>. Acesso em 05 fev. 2024.

13. São Paulo (Município). Secretaria Municipal de Segurança Urbana. O que é a Operação Defesa das Águas. In: Prefeitura de São Paulo, 20 dez. 2011. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca\\_urbana/defesa\\_das\\_aguas/a\\_operacao/index.php?p=1859](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/defesa_das_aguas/a_operacao/index.php?p=1859)>. Acesso em: 7 fev. 2024.

14. São Paulo (Município). Secretaria Executiva do Programa Mananciais. Programa Mananciais. In: Prefeitura de São Paulo, 25 mai. 2023. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/secretaria\\_executiva\\_do\\_programa\\_mananciais/noticias/index.php?p=332560](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/secretaria_executiva_do_programa_mananciais/noticias/index.php?p=332560)>. Acesso em: 5 fev. 2024.

15. São Paulo (Município). Secretaria Especial de Comunicação. Projeto Revelar leva esporte náuticos para crianças na Represa Guarapiranga. In: Prefeitura de São Paulo, 06 out. 2007. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=132530>>. Acesso em: 5 fev. 2024.

16. São Paulo (Município). Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas. OIDA. In: Prefeitura de São Paulo, 05 dez. 2023.. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/secretaria\\_executiva\\_de\\_mudancas\\_climaticas/participacao\\_social/conselhos\\_e\\_orgaos\\_colegiados/operacao\\_integrada\\_de\\_defesa\\_das\\_aguas\\_oida/index.php?p=336721](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/secretaria_executiva_de_mudancas_climaticas/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/operacao_integrada_de_defesa_das_aguas_oida/index.php?p=336721)>. Acesso em: 13 fev. 2024.

17. LUCCA, Bruno; PRETTO, Nicholas. Crime organizado financia desmatamento da mata atlântica na zona sul de SP: Prefeitura diz ter removido 379 obras irregulares desde 2021; monitoramento mostra expansão de assentamento. Folha de S. Paulo, 27 maio 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/05/>



crime-organizado-financia-desmatamento-da-mata-atlantica-na-zona-sul-de-sp.shtml. Acesso em: 14 fev. 2024.

18.São Paulo (Estado). SABESP. Anexo II - Minuta Anexo Técnico, de 05 de fevereiro de 2024. Desestatização Sabesp: Documentação, 15 fev. 2024. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/desestatizacaosabesp/documentacao/#1707853544434-0c5d84b7-c422>. Acesso em: 19 fev. 2024.

19. São Paulo (Município). Comitê Municipal de Segurança Hídrica. O Sistema Hidroviário do Município de São Paulo, 28 fev. 2024.

**PRAIA SEM MAR?**

1. São Paulo (Estado). Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental (CPLEA); Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (COBRAPE). Relatório Parcial 1. In: CPLEA; COBRAPE. Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cpla/2013/03/aprm-area-de-protecao-e-recuperacao-de-mananciais/>>. Acesso em 05 de abril de 2024.

2. São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente; Governo do Estado (São Paulo). Secretaria da educação de São Paulo. Guarapiranga: Caderno Ambiental. 2008. Disponível em: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/2015/06/Caderno-Ambiental-Guarapiranga.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2024.

3.São Paulo (Município). Secretaria de Municipal de Urbanismo e Licenciamento. APRM-Guarapiranga - Área(s) de Restrição à Ocupação - ARO - Intervenções. In: Prefeitura de São Paulo. 09 de nov. 2018. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/servicos/?p=267143>>. Acesso em: 05 abril 2024.

4.São Paulo (Município). Secretaria de Comunicação Social. Operação Defesa das Águas atua nas várzeas do rio Tietê. In: Prefeitura de São Paulo. 12 de dez. 2007. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=133331>>. Acesso em: 16 abril 2024.

5. São Paulo (Município). Prefeitura entrega aos Bombeiros 3 lanchas e moto aquática para salvamentos nas represas Billings e Guarapiranga. In: Prefeitura de São Paulo, 11 de ago. de 2023. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-entrega-aos-bombeiros-3-lanchas-e-moto-aquatica-para-salvamentos-nas-represas-billings-e-guarapiranga>>. Acesso em: 16 abril 2024.

**MORADORES NO PARQUE?**

Anexo III do Edital - Memorial Descritivo. In: Consulta Pública CP N° 008/2022/SGM-SEDP. In: Prefeitura de São Paulo, 11 de jul. 2022. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/desestatizacao/6lote/06\\_\\_Minuta\\_04\\_\\_Anexo\\_III\\_do\\_Edital\\_\\_\\_Memorial\\_Descritivo\\_1.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/desestatizacao/6lote/06__Minuta_04__Anexo_III_do_Edital___Memorial_Descritivo_1.pdf)>. Acesso em: 14 abril 2024.

**OS FREQUENTADORES DE SEMPRE E OS EVENTUAIS**

1. MATSUNAGA, Melissa Kikumi. Cantinho do Céu. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

2. LOBATO, Mayara Gonzalez de Sá. Etnografia de uma praça: observando o idoso em Copacabana. Ponto Urbe: Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da Usp, v. 9, nº9, 2011.

3. São Paulo (Município). Prefeito prestigia final da Copa do Mundo de Beach Tennis que, pela primeira vez, aconteceu na cidade de São Paulo. In: Prefeitura de São Paulo, 10 dez. 2023. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/prefeito-prestigia-final-da-copa-do-mundo-de-beach-tennis-que-pela-primeira-vez-aconteceu-na-cidade-de-sao-paulo-1>:. Acesso em 17 mai. 2024.

4. ESPN. Copa do mundo de beach Tennis acontece em São Paulo. 8 dez. 2023. Disponível em: [https://www.espn.com.br/tenis/artigo/\\_/id/12968157/copa-do-mundo-de-beach-tennis-acontece-em-sao-paulo](https://www.espn.com.br/tenis/artigo/_/id/12968157/copa-do-mundo-de-beach-tennis-acontece-em-sao-paulo)>. Acesso em: 17 mai. 2024.

5. ESPORTIVIDADE. Paulistano pratica de graça esporte de verão em centros esportivos municipais. 27 jan. 2023. Disponível em: <https://esportividade.com.br/paulistano-pratica-de-graca-esporte-de-verao-em-centros-esportivos-municipais/>>. Acesso em: 11 mai. 2024.

6. São Paulo (Município). Secretaria Executiva do Programa Mananciais. Prefeitura inaugura a 5a fase de implantação do Parque Cantinho do Céu: As 6 etapas da obra abrangem um contingente



de aproximadamente 10 mil famílias e fazem parte do Programa Mananciais, às margens da represa Billings. In: Prefeitura de São Paulo, 22 mar. 2024. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/secretaria\\_executiva\\_do\\_programa\\_mananciais/noticias/?p=363693](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/secretaria_executiva_do_programa_mananciais/noticias/?p=363693)>. Acesso em 21 mai. 2024.

7.São Paulo (Município). Prefeitura inaugura Clube Esportivo Náutico Guarapiranga: Área,que era frequentada por aproximadamente 60 pessoas por mês, foi aberta para toda população neste sábado (19). In: Prefeitura de São Paulo, 19 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/prefeitura-inaugura-clube-esportivo-nautico-guarapiranga>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

8. São Paulo (Município). Prefeitura entrega obras de revitalização do Centro Esportivo Náutico Guarapiranga Clube municipal oferece esportes e lazer aos moradores do M’Boi Mirim. In: Prefeitura de São Paulo, 18 ago. 2023. Disponível em: <<https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/prefeitura-entrega-obras-de-revitalizacao-do-centro-esportivo-nautico-guarapiranga-clube-municipal-oferece-esportes-e-lazer-aos-moradores-do-mboi-mirim>>. Acesso em: 21 mai. 2024.

9. Agência Estado. Algas deixam água com gosto e cheiro ruins em SP: Problema atinge 4 milhões de moradores das regiões sul e leste da cidade. Segundo a Sabesp, a água com algas não faz mal à saúde. G1, 19 set. 2008. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL765854-5605,00-ALGAS+DEIXAM+AGUA+COM+GOSTO+E+CHEIRO+RUINS+EM+SP.html>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

10. São Paulo (Estado). Alckmin lança Programa Nossa Guarapiranga para recuperar a represa. In: Governo do Estado, 07 jun. 2011. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/alckmin-lanca-programa-nossa-guarapiranga-para-recuperar-a-represa-1/>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

11. Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Governo de SP inicia obras do Programa Mananciais na região da Chácara Flórida. Sabesp, 21 jan. 2022. Disponível em: <<https://site.sabesp.com.br/site/imprensa/noticias-detalle.aspx?secaid=65&id=8659>>. Acesso em: 9 abr. 2024.

12. Associação Nossa Guarapiranga. Laudo técnico Reservatório Guarapiranga 2022:

Campanha de Coleta. Julho de 2024. Disponível em: <<https://www.guarapiranga.org/post/laudo-t%C3%A9cnico-sobre-a-qualidade-da-%C3%A1gua-da-guarapiranga-em-2022>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

**PROJETO**

1. São Paulo (Município). Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Inventário de flora, 2021. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/Parque%20Praia%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Parque%20Praia%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf)>. Acesso em 05 de mai. 2024.

2. São Paulo (Município). Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Manual Técnico de Arborização Urbana, abri. 2015. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/MARBOURB.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/MARBOURB.pdf)>. Acesso em 07 jun. 2024.

3.São Paulo (Município). Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Curso Água, Saneamento e Mudanças Climáticas na Complexidade da Metrópole, 2024. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/umapaz/programacao\\_mensal/index.php?p=360941](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/umapaz/programacao_mensal/index.php?p=360941)>. Acesso em: 30 mai. 2024.

4. Brasil (Federal). Presidente da República. Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007 - Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020), 08 jan. 2007. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm)>. Acesso em 17 jun. 2024.

5. BRASIL (Federal). Ministério das Cidades. Plano Nacional de Saneamento Básico, 2014.

6. São Paulo (Município). Secretaria de Municipal de Urbanismo e Licenciamento. APRM-Guarapiranga - Área(s) de Restrição à Ocupação - ARO - Intervenções. In: Prefeitura de São Paulo. 09 de nov. 2018. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/servicos/?p=267143>>. Acesso em: 05 abril 2024.

7. São Paulo (Município). SP Parcerias. Anexo IV do Edital - Plano Arquitetônico Referencial. São Paulo: Sistema Eletrônico de Informação, 2022. Assunto: Concessão para a prestação dos



serviços de gestão, operação e manutenção dos parques municipais da orla da represa Guarapiranga - Parque Guarapiranga, Parque Barragem de Guarapiranga, Parque Praia São Paulo, Parque Praia do Sol, Parque Linear Castelo, Parque Linear Nove de Julho e Parque Linear São José. Referência: Processo SEI N°6011.2021/00003165-5.

8. QUINTELLA, Sérgio. Prefeitura planeja transporte por barcos na represa de Guarapiranga: Enquanto aguarda aval para começar o Aquático-SP na Billings, gestão inicia nova proposta que ligará o bairro Jardim Vera Cruz à Avenida Atlântica. Veja: São Paulo, [s. l.], 1 mar. 2024. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/coluna/poder-sp/barcos-guarapiranga-billings-aquatico>>. Acesso em: 30 maio 2024.

9. PASSANDO A LIMPO. Contratos Públicos: Coleta e destinação de resíduos sólidos domiciliares, limpeza pública e iluminação pública, jan. 2022. Disponível em: <[https://passandoalimpo.nossasaopaulo.org.br/a\\_pesquisa](https://passandoalimpo.nossasaopaulo.org.br/a_pesquisa)>. Acesso em 31 mai. 2024.

10. Brasil (Federal). Presidente da República. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, 03 ago. 2010. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)>. Acesso em: 31 mai. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. São Paulo (Município). Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias. Anexo III do Edital - Memorial Descritivo. In: Consulta Pública CP N° 008/2022/SGM-SEDP. In: Prefeitura de São Paulo, 11 de jul. 2022. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/desestatizacao/6lote/06\\_\\_Minuta\\_04\\_\\_Anexo\\_III\\_do\\_Edital\\_\\_Memorial\\_Descritivo\\_1.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/desestatizacao/6lote/06__Minuta_04__Anexo_III_do_Edital__Memorial_Descritivo_1.pdf)>. Acesso em: 14 abril 2024.

2. São Paulo (Município). Comitê Gestor dos Serviços de Água e Esgoto da Capital Paulista. Plano Municipal de Saneamento Básico de São Paulo, 2019.

3. São Paulo (Município). Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Plano de Gestão dos Parques da Orla da Represa Guarapiranga, 2024. Disponível em: <[159](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/Plano%20</a></p></div><div data-bbox=)

de%20Gestao%20-%20Parques%20Guarapiranga\_ORIGINAL\_compressed.pdf>. Acesso em 10 mai. 2024.

FIGURAS

**Fig. 01:** Base de dados do Geosampa

**Fig. 02:** OTTO, Sibeth. Map of the Central Park. The New York Public Library: 1873. Mapa do Central Park. Disponível em: <<https://digitalcollections.nypl.org/items/4e6a6080-3569-0134-549e-00505686a51c>>. Acesso em: 18 abr. 2024.

**Fig. 03:** Fotografia da autora.

**Fig. 04:** FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO. Vistas das construções em Santo Amaro. mar. 1908. fotografia.

**Fig.05:** FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEAMENTO. Planta Geral das Nova Obras. Sem data. planta técnica.

**Fig. 06:** EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO (Emplasa). Expansão da Área Urbanizada: Município de São Paulo 1881-2022. 2002. Cartografia.

**Fig. 07:** REDE NACIONAL DE CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA EM SANEAMENTO AMBIENTAL. RECESA. Esgotamento Sanitário: Operação e Manutenção de Redes Coletoras de Esgoto – Guia do Profissional em Treinamento. Brasília: Ministério das Cidades, 2008. Desenho esquemático.

**Fig. 08:** Bases de dados do GeoSampa. Cartografia

**Fig. 09:** PROGRAMA LIGUE OS PONTOS (São paulo). Saneamento Básico: Caminhos para o atendimento adequado de esgotamento sanitário na zona sul rural do município de São Paulo. São Paulo, abril de 2021. (não publicado). Cartografia.

**Fig. 10:** Fotografia da autora.

**FIG. 11:** Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Qualidade das águas interiores no Estado de São Paulo. Série Relatórios, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/wp-content/uploads/sites/12/2022/11/RAI-2021-Relatorio-Qualidade-das-Aguas-Interiores-no-Estado-de-Sao-Paulo.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024. Tabela.

**Fig. 12:** Fotografia da autora.

**Fig. 13:** Base de dados do DATAGEO

**Fig. 14:** Base de dados do DATAGEO e do Geosampa.

**Fig. 15:** Base de dados do Geosampa e do Google Maps; São Paulo (Município). Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias. Anexo III do Edital - Memorial Descritivo. In: Consulta Pública CP N° 008/2022/SGM-SEDP. In: Prefeitura de São Paulo, 11 de jul. 2022. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/>



**Fig. 15:** Base de dados do Geosampa e do Google Maps; São Paulo (Município). Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias. Anexo III do Edital - Memorial Descritivo. In: Consulta Pública CP N° 008/2022/SGM-SEDP. In: Prefeitura de São Paulo, 11 de jul. 2022. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/desestatizacao/6lote/06\\_\\_Minuta\\_04\\_\\_Anexo\\_III\\_do\\_Edital\\_\\_\\_Memorial\\_Descritivo\\_1.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/desestatizacao/6lote/06__Minuta_04__Anexo_III_do_Edital___Memorial_Descritivo_1.pdf)>. Acesso em: 14 abril 2024.

**Fig. 16:** Base de dados do Google Earth de 2022.

**Fig. 17:** Base de dados do Street View.

**Fig. 18:** Base de dados do Street View.

**Fig. 19:** Base de dados do Google Earth; Anexo III do Edital - Memorial Descritivo. In: Consulta Pública CP N° 008/2022/SGM-SEDP. In: Prefeitura de São Paulo, 11 de jul. 2022. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/desestatizacao/6lote/06\\_\\_Minuta\\_04\\_\\_Anexo\\_III\\_do\\_Edital\\_\\_\\_Memorial\\_Descritivo\\_1.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/desestatizacao/6lote/06__Minuta_04__Anexo_III_do_Edital___Memorial_Descritivo_1.pdf)>. Acesso em: 14 abril 2024.

**Fig. 20:** Página do Instagram “Lolapraiadosol”. Fotografia,

**Fig. 21:** Base de dados do Google Earth. Imagem satélite.

**Fig. 22:** Fotografia da autora.

**Fig. 23:** Fotografia da autora.

**Fig. 24:** Fotografia da autora.

**Fig. 25:** Fotografia da autora.

**Fig. 26:** Fotografia da autora.

**Fig. 27:** Fotografia da autora.

**Fig. 28:** Fotografia da autora.

**Fig. 29:** Fotografia da autora.

**Fig. 30:** Fotografia da autora.

**Fig. 31:** Fotografia da autora.

**Fig. 32:** Fotografia da autora.

**Fig. 33:** Fotografia da autora.

**Fig. 34:** Fotografia da autora.

**Fig. 35:** Fotografia da autora.

**Fig. 36:** Fotografia da autora.

**Fig. 37:** Base de dados do Google Earth.

**Fig. 38:** Base de dados do Google Earth.

**Fig. 39:** Fotografia da autora.

**Fig. 40:** Fotografia da autora.

**Fig. 41:** Fotografia da autora.

**Fig. 42:** Scanner do folheto.

**Fig. 43:** Fotografia da autora.

**Fig. 44:** Scanner do folheto.

**Fig. 45:** Fotografia da autora.

**Fig. 46:** Fotografia da autora.

**Fig. 47:** 012 News, 22 out. 2021. In: 012 News. Disponível em: <<https://www.012news.com.br/boletim-de-balneabilidade-da-cetesb-aponta-12-praias-impropriadas-para-banho-no-litoral-norte/>>. Acesso em 17 jun. 2024.

**Fig. 48:** Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Bandeira Verde para a Praia dos Milionários, 12 jan. 2017. In: CETESB. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/blog/2017/01/12/praiadosmilenarios-tem-bandeira-verde-hasteada/>>. Acesso em 17 de jun. 2024.

**Fig. 49:** São Paulo (Município). Secretaria Executiva de Desestatização e Parcerias. Anexo III do Edital - Memorial Descritivo. In: Consulta Pública CP N° 008/2022/SGM-SEDP. In: Prefeitura de São Paulo, 11 de jul. 2022. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/desestatizacao/6lote/06\\_\\_Minuta\\_04\\_\\_Anexo\\_III\\_do\\_Edital\\_\\_\\_Memorial\\_Descritivo\\_1.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/desestatizacao/6lote/06__Minuta_04__Anexo_III_do_Edital___Memorial_Descritivo_1.pdf)>. Acesso em: 14 abril 2024.







